



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
NÚCLEO DE SAÚDE
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ELIZANGELA CODINHOTO

**“CORTINAS DE FERRO”: O TRABALHO REAL DE SOCIOEDUCADORES DE
UMA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO DO ESTADO DE
RONDÔNIA**

Porto Velho
2014

ELIZANGELA CODINHOTO

**“CORTINAS DE FERRO”: O TRABALHO REAL DE SOCIOEDUCADORES DE
UMA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO DO ESTADO DE
RONDÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado/MAPSI como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Linha de Pesquisa: Saúde e Processos Psicossociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vanderleia de Lurdes Dal Castel Schlindwein.

**Porto Velho
2014**

FICHA CATALOGRÁFICA

BIBLIOTECA PROF. ROBERTO DUARTE PIRES

C648c

Codinhoto, Elizangela.

Cortinas de ferro: o trabalho real de socioeducadores de uma unidade socioeducativa do estado de Rondônia / Elizangela Codinhoto. Porto Velho, Rondônia, 2014.

146f.: il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Vanderleia de Lourdes Dal Castel Schlindwein.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

1. Trabalho real. 2. Socioeducador. 3. Unidade socioeducativa. I. Fundação Universidade Federal de Rondônia. II. Título.

Bibliotecária responsável: Eliane Gemaque – CRB-11/549

ELIZANGELA CODINHOTO

**“CORTINAS DE FERRO”: O TRABALHO REAL DE SOCIOEDUCADORES DE
UMA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO DO ESTADO DE
RONDÔNIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia – Mestrado/MAPSI como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR

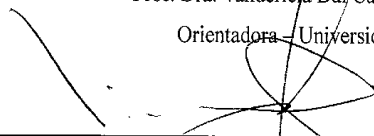
Linha de Pesquisa: Saúde e Processos Psicossociais.

Orientadora: Prof.^a Dra. Vanderleia de Lurdes Dal Castel Schlindwein.

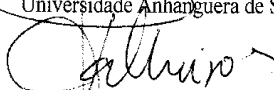
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Vanderleia Dal Castel Schlindwein (Orientadora)
Orientadora – Universidade Federal de Rondônia



Prof. Dra. Maria do Rosário Correa de Sales Gomes (Membro externo)
Universidade Anhanguera de São Paulo



Prof. Dr. Paulo R. Calheiros (Membro)
Universidade Federal de Rondônia

**“Tudo quanto te vier à mão para fazer, faze-o conforme as tuas forças; porque no Seol, para onde tu vais, não há obra, nem projeto, nem conhecimento, nem sabedoria alguma”
(Eclesiastes 9:10).**

*Ao meu pai, **Leonildo Codinhoto** (in memoriam) que foi o primeiro a acreditar na minha capacidade, me dizendo sempre durante a infância: o conhecimento é a maior riqueza que um pai pode deixar ao filho, pois este ninguém tem o poder de lhe roubar.*

AGRADECIMENTOS

Não teria como iniciar os agradecimentos sem antes elevar os meus pensamentos a Deus e engrandecê-lo, pois sem a Sua condução seria impossível a concretização desse sonho.

Muitas foram as pessoas que fizeram parte dessa conquista, entretanto nem todas serão nomeadas neste espaço, logo, deixo aqui as minhas considerações, pois de alguma forma cada uma, em especial, contribuiu para esta realização.

Gostaria de aproveitar o momento para dizer o quanto um professor é importante na vida de um aluno, de quanto sua forma de ser pode determinar a do outro. É assim que registro o carinho e o respeito que tenho pela minha querida orientadora Prof^a. Dr^a. **Vanderleia de Lurdes Dal Castel Schlindwein**, que desde os primeiros momentos em que tive a honra de conhecê-la, passou a ser um exemplo a ser seguido. Agradeço por ter creditado a mim confiança, por ter tido paciência nas instruções, e respeito às minhas limitações, sempre com humildade na forma de expor suas concepções. De uma coisa eu tenho plena convicção, a Elizangela que concretiza esta etapa não é a mesma do início. Os ganhos e as transformações foram evidentes, tenho certeza, não apenas o universo científico, mas também o meu trabalho, os meus amigos, os meus familiares, desde o início passaram a usufruir dos frutos desse projeto, não porque estou cheia de conhecimento, mas porque aprendi ser a humildade a maior característica dos sábios, e foi essa humildade encontrada na minha amável orientadora, assim como nos demais professores do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (MAPSI) da UNIR.

Aos professores que tive o prazer de cursar as disciplinas do Programa: **José Juliano Cedaro, Maria Ivonete Barbosa Tamboril, Marli Lúcia Tonatto Zibetti, Luis Alberto Lourenço Matos, Melissa Andréa Vieira de Medeiros**, digo: vocês são maravilhosos, cada um com uma essência única, me proporcionou estimadas contribuições, as quais me fizeram amadurecer, aprender muito, e a ver o mundo de modo diferente, fatores que, com fé, somaram na edificação desta pesquisa.

Ao gerente regional da Coordenadoria de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, **Adeildo da Silva**, que me recebeu e me deu apoio incondicional para visitar e estudar todas as Unidades Socioeducativas do Estado de Rondônia.

Ao diretor da Unidade Socioeducativa Estudada - UNE, por dispor-se a colaborar e a sonhar com as contribuições do presente estudo, a fim de que este possa levar a uma possível mudança no Sistema Socioeducativo rondoniense.

Aos socioeducadores confiando a mim falar de seus prazeres, sonhos, de suas angústias e sofrimentos.

Aos membros da banca: Prof^a. Dra. **Claudia Regina Brandão Sampaio Fernandes**, Prof^a. Dra. **Maria do Rosário Correa de Sales Gomes** e Prof. Dr. **Paulo Renato Vitória Calheiros**, que com muito carinho e dedicação se colocaram a inteira disposição, dispondo seus conhecimentos e produções, contribuíram assim, na elaboração desta pesquisa.

Por último quero agradecer aos meus filhos: **Aymêe Codinhoto Araújo e Apolo Codinhoto Araújo**, pelo amor correspondido e por me darem a oportunidade de exercer a mais nobre e sublime missão: ser mãe. Peço-lhes perdão pela ausência, pelos dias que estive distante estudando, e pelos dias presentes, nos quais dei preferência aos livros e à escrita. Amo vocês...

CODINHOTO, E. **“Cortinas de ferro”: o trabalho real de socioeducadores de uma unidade socioeducativa de internação do estado de Rondônia.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2014.

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com trabalhadores que atuam em uma Unidade Socioeducativa do Estado de Rondônia, cujos objetivos gerais visam compreender as vivências subjetivas de prazer/sofrimento no trabalho dos socioeducadores, bem como identificar as contradições entre o trabalho prescrito e o trabalho que se faz na Unidade Socioeducativa. Considerando o escopo da pesquisa, optou-se pela perspectiva teórica da Psicodinâmica do Trabalho, Dejours (2008). Privilegiou-se nesta investigação a abordagem qualitativa, utilizou-se como técnica entrevistas individuais com questões semi-estruturadas e observação com Registro no Diário de Campo durante três meses. Foram considerados sujeitos da pesquisa seis socioeducadores. As entrevistas, as quais foram organizadas em categorias temáticas e analisadas a partir da análise de conteúdo de Bardin (2011). Observou-se que as vivências de trabalho dos socioeducadores caracterizam-se por sofrimento, com grande possibilidade de adoecimento. O medo e a insegurança se destacaram como sendo os responsáveis pelas desestabilizações e enfraquecimento do coletivo. As contradições entre o trabalho prescrito e o trabalho real são enfrentadas pelos trabalhadores por diversas formas, o que tem permitido a mobilização subjetiva e gerado o prazer necessário à estabilização e promoção da saúde.

Palavras-chave: Trabalho real. Socioeducador. Unidade Socioeducativa.

ABSTRACT

This research was conducted with employees who work in a Socio Unit of the State of Rondônia, whose general objectives aim to understand the subjective experiences of pleasure / suffering at work socioeducators and identify contradictions between prescribed work and the work that is done in Socio unit. Considering the scope of the search, we chose the theoretical perspective of the Psychodynamics of Work, Dejours (2008). The emphasis in this research is a qualitative approach, was used as technical individual interviews with semi-structured questions and observation Journaling Field for three months. Socioeducadores six were considered subjects of the research. The interviews, which were organized into thematic categories and analyzed through the content analysis of Bardin (2011). It was observed that the experiences of working socioeducadores characterized by suffering, with a high possibility of getting sick. Fear and insecurity stood out as being responsible for the destabilization and weakening of the collective. Workers in various ways, which has allowed the subjective mobilization and generated the necessary stabilization pleasure and health promotion, face the contradictions between prescribed work and real work.

Keywords: Real work. Socioeducator. Socioeducational Unit.



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DOCTRINAS E MODELOS INSTITUCIONAIS DESTINADOS A ATENDER JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NO BRASIL.....	15
1.1 Lei nº. 8.069 de 1990: Estatuto da criança e do adolescente (ECA).....	19
1.2 Medidas Socioeducativas	22
1.3 Sistema Nacional de atendimento socioeducativo- SINASE, Lei nº 12.594	24
2 HISTÓRICO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO ESTADO DE RONDÔNIA: IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS.....	27
2.1 Unidades Socioeducativas e suas funções justapostas às expectativas do modelo de ressocialização contemporâneo: contradições e conflitos	31
2.2 Origens e concepções da profissão “socioeducador”: um ofício em construção.....	38
3 TRABALHO PRESCRITO: DILEMAS E DESAFIOS DA PROFISSÃO DO SOCIOEDUCADOR	42
3.1 Identidade e trabalho do socioeducador: uma articulação indispensável.....	48
3.2 Os conflitos entre o prescrito e o real na atividade do socioeducador.....	53
3.3 A saúde mental do socioeducador: nexos causais entre saúde/doença e as condições de trabalho	58
4 MÉTODO: O CAMINHO PERCORRIDO NA REALIZAÇÃO DO ESTUDO	62
4.1 O cenário: a pesquisadora entra em cena	64
4.2 O lugar da pesquisa: uma breve contextualização	65
4.3 Perfil da clientela atendida pela UNE.....	77
4.4 A escolha dos participantes da pesquisa.....	79
4.5 Os instrumentos da pesquisa	80
4.6 As entrevistas	82
4.7 Procedimentos para análise de dados	83
5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....	85
5.1 TRABALHO REAL DOS SOCIOEDUCADORES	86
5.1.1 Condições de trabalho: “Eu corro muitos riscos”.	86
5.1.2 Trabalho real: “O mínimo de erro que você cometer você não tem perdão” (João).....	91
5.1.3 Entre o prescrito e o real: “Aqui a norma é na cabeça deles. Hoje eu vou algemar, ah! vou. Ah! Hoje eu não vou algemar, não!” (João).	95
5.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: “Trabalhar na UNE é como trabalhar perto de	

uma bomba que pode explodir a qualquer momento” (João).....	98
5.2.1 Conflitos na relação de trabalho: “Se nós trabalhássemos armados aqui era mais fácil um plantão dar um tiro no outro aqui” (Adão).	98
5.2.2 Contradições no modelo de gestão participativa: “Porque você se sente frustrada é ... Você solicita alguma coisa, não vem. Algum material, não vem. Quando vem, vem pela metade” (Aline).	99
5.2.3 Contradições e conflitos no processo de formação do socioeducador no Estado de Rondônia: “ <i>Vocês sim ainda não mexeram no rabo do capeta. Vocês não sabem o que está por vir</i> ”.....	102
5.2.4 Estratégias de enfrentamento: “Às vezes eu tenho medo de abrir a boca” (Aline)...	104
5.2.5 Estratégias de defesa: “Você tem que manter o controle” (João).	107
5.3 PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO: “Agora as coisas vão tranquilizar por aqui” (Berenice, Liliane).	111
5.3.1 Prazer no trabalho: “[...] depois que ele estava lá fora, ele viu que eu fui um camarada que foi produtivo para ele” (Adão).....	111
5.3.2 Sofrimento no trabalho: “Eu vejo que os socioeducadores se sentem humilhados, desrespeitados mesmo. Como pessoa, como profissional, né?! (Aline).....	115
5.4 ADOECIMENTO MENTAL NO TRABALHO DO SOCIOEDUCADOR: “ <i>Eu cheguei no fundo do poço</i> ” (Aline).	117
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS	131
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para a Entrevista	140
APÊNDICE B - Carta De Autorização À Direção Da Unidade Socioeducativa	141
APÊNDICE C - Termo De Concessão	142
APÊNDICE D - Roteiro Da Entrevista Semi-Estruturada Com Os Socioeducadores	143
APÊNDICE E - Parecer Consubstânciado Do Comitê De Ética Em Pesquisa - CEP	144

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa incidiu em razão de algumas motivações; entre elas, pelo interesse da pesquisadora compreender as dinâmicas pertinentes ao trabalho do socioeducador, já que desde o início do ano de 2012 atua como psicóloga junto ao sistema socioeducativo em dois municípios do Estado de Rondônia. Durante o desempenho de suas atividades profissionais, além de proporcionar assistência e orientação psicológica ao adolescente e sua família, vem desenvolvendo um trabalho de escuta, reflexão e orientação aos socioeducadores em momentos críticos vivenciados no cotidiano da Unidade Socioeducativa.

Essa trajetória lhe proporcionou algumas informações relevantes sobre o trabalho dos socioeducadores. Nesse aspecto, uma das características ressaltadas na profissão se faz presente numa dicotomia, a qual requer de um lado, que a função do trabalho aprecie aspectos relacionados à educação, e por outro, que seja utilizada a coerção, empregada sob a forma de contenção e segurança.

Ainda que os objetivos e princípios do atendimento socioeducativo sejam efetuados respaldados nos marcos do modelo socioeducativo, com respeito aos direitos humanos, o contexto socioeducativo parece não deixar de instituir uma punição por um ato infracional cometido.

Não é nosso objetivo produzir argumentos que defendam e tampouco critique a categoria socioeducativa pela forma com que está se relacionado com os internos, mas sim provocar uma reflexão crítica, para que as concepções não sejam construídas a partir de ideias fragmentadas, tendo em vista não apenas os socioeducandos, mas também os socioeducadores demonstrarem-se reféns do aparelho normativo. Isso é o que assinala As Bases Éticas da Ação Socioeducativa:

Um monitor, educador, agente de proteção (a função não tem sequer nome legalmente estabelecido). [...]. Esses funcionários – embora percebidos de forma extremamente negativa pela imprensa e pela opinião pública – acabam sendo, como seus educandos, vítimas e cúmplices da máquina de degradar e (des) educar em que se viu transformado o sistema de execução das medidas socioeducativas (BRASIL, 2006a, p. 56).

Em alguns estados brasileiros, esses profissionais são chamados de agentes de desenvolvimento social, em outros, agentes educacionais, socioeducadores. Frequentemente são denominados de agentes ou monitores. Apesar de os termos serem distintos, suas atividades são as mesmas. Mantêm relação direta com os internos, os acompanhando em todas as atividades. São, por estas razões, as principais vítimas das rebeliões (ASSIS, 1999).

Estudos recentes como: Campos (2005); Frassetto (2005); Grando *et al* (2006);

Moraes e Lima (2007); Saliba, (2006a); Saliba (2006b); Herculano e Gonçalves (2011); Souza (2012); Grego (2011) e Greco *et al* (2013) demonstram que a dualidade da função pode trazer implicações negativas para a saúde do trabalhador, como: conflitos, esgotamento físico e mental, tendo em vista que as atribuições de cada uma das funções (segurança e socioeducação) possuem características adversas entre si, além das já mencionadas, podem existir outras implicações consequentes da organização e das condições de trabalho que serão discutidas no decorrer deste estudo.

Essa dicotomia pode ser confirmada pela imprecisão que se inscreve na estrutura dos espaços destinados ao cumprimento da Medida Socioeducativa (MS), onde os adolescentes ficam internados. As portas dos alojamentos possuem grades e a vigilância (trabalho dos socioeducadores) deve ser constante, ou seja, vinte e quatro horas. Fato que demonstra a privação de liberdade nessas entidades, por isso, além das atividades relacionadas à reeducação, o trabalho requer práticas e técnicas análogas às desempenhadas nos estabelecimentos prisionais. “Tem-se, assim, no Estatuto da Criança¹ e do Adolescente (ECA), um inquestionável sistema penal destinado aos adolescentes, sistema este diferente em aspectos importantes do sistema penal de adultos, mas que nem por isso deixa de ser a ele bastante assemelhado” (FRASSETO, 2005, p. 307). Em suma, estas são algumas das questões que representam um paradoxo à atuação do socioeducador, as quais são caracterizadas por algumas impossibilidades, indefinições e por conflitos, onde o rompimento do equilíbrio psicossocial pode requerer a necessidade de uma intervenção sobre a situação de trabalho.

Nesse sentido, foram levantadas as seguintes questões norteadoras: Como os socioeducadores sentem e vivenciam os conflitos existentes entre o trabalho prescrito e o trabalho que se faz? Qual o impacto da organização do trabalho na saúde mental dos trabalhadores? Como os socioeducadores vivenciam os diferentes papéis que lhe são esperados na instituição, o de vigilante/educador? Quais as estratégias de enfrentamento utilizadas para evitar o adoecimento? Estas são algumas das questões que norteiam esta pesquisa e trazem à tona a problemática da atividade dos socioeducadores no sistema socioeducativo brasileiro.

Para buscar respostas aos questionamentos levantados optou-se pela abordagem metodológica da Psicodinâmica do Trabalho consagrada como “[...] o estudo dos movimentos psicoativos gerados pela evolução dos conflitos inter e intrasubjetivos. A análise

¹ É considerada criança a pessoa com idade inferior a doze anos e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em Lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre doze e vinte e um anos de idade (BRASIL, 1990, p. 11).

psicodinâmica estende-se até a esfera da concretude e aponta seletivamente o drama vivido, seu conteúdo e o sentido que reveste para aquele que o vivencia” (DEJOURS, 2008, p. 96).

Embora haja uma quantidade importante de produção de conhecimentos ligados à Saúde Mental e Trabalho, poucos foram os estudos levantados na literatura atual estritamente relacionados ao trabalho do socioeducador. Talvez, a escassez de produções nesta área seja por se tratar de uma nova profissão, que apesar de existir a várias décadas trazendo outras nomenclaturas, começou a ser reconhecida a partir da promulgação do ECA (1990) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE (2006).

Desta forma, os objetivos gerais desta pesquisa visam identificar as vivências subjetivas de prazer/sofrimento no trabalho dos socioeducadores de uma Unidade Socioeducativa do Estado de Rondônia; compreender as contradições entre o trabalho prescrito e previsto nas normas e o trabalho que se faz na Unidade Socioeducativa. Tem como objetivos específicos: Conhecer o trabalho do socioeducador, suas dificuldades, suas angústias, os seus medos e as impossibilidades do real de sua atividade; Entender como o socioeducador lida com situações de violência presente no ambiente de trabalho; perceber o sentido do trabalho do socioeducador que atua no cumprimento de Medida Socioeducativa e analisar as estratégias defensivas individuais e coletivas utilizadas pelos socioeducadores para lidarem com situações de sofrimento no trabalho. Para tanto os capítulos estão estruturados da seguinte forma:

Na primeira seção, realiza-se um breve resgate das principais características das instituições de atendimento a criança e ao adolescente infrator durante as antigas doutrinas: direito penal e situação irregular, nas quais, teve-se início o trabalho dos cuidadores, monitores, agentes de segurança, profissões as quais sequencialmente, deram suporte e resultaram na profissão socioeducador, que hodiernamente atuam nas Unidades Socioeducativas de Internação, inseridas na atual doutrina da proteção integral.

Na segunda seção, apresenta-se o histórico do atendimento socioeducativo no estado de Rondônia e a atual configuração do Sistema socioeducativo rondoniense; a definição de Unidade Socioeducativa e suas funções aplicadas às expectativas do modelo de ressocialização contemporâneo bem como os conflitos e as contradições vivenciadas pelos trabalhadores dessas instituições; e por último debate-se sobre as origens e concepções da profissão socioeducador, a qual demonstra estar em plena construção.

Na terceira seção, apresenta-se o trabalho prescrito na legislação vigente e os parâmetros relacionados ao modelo e métodos que dão suporte a atuação do socioeducador com a finalidade de refletir acerca das suas práticas e discursos bem como compreender o seu

contexto de atuação, trazer à tona os conflitos entre prescrito e o real da atividade socioeducativa, as características subjetivas da profissão e sua relação na constituição da identidade do trabalhador. Por último, relacionam-se as condições organizacionais de trabalho aos estados mobilizadores de prazer e sofrimento no trabalho.

Na quarta seção, trata-se de expor o método, nela esclarece-se o caminho percorrido pela pesquisadora para elaboração da pesquisa: está fundamentada numa abordagem qualitativa. Em seguida, apresenta-se: o cenário e lugar da pesquisa; como se deu a escolha dos participantes; quais os instrumentos utilizados e, por fim, os procedimentos para análise dos dados coletados.

Na seção subsequente, apresentam-se os depoimentos obtidos na ida a campo. Concomitante a sistematização e análise das falas dos socioeducadores realiza-se a discussão teórica destas expressões a partir dos pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho. Organizados em categorias temáticas, os dados foram divididos em quatro categorias de sentido: 1) trabalho real do socioeducador; 2) organização do trabalho; 3) Prazer e sofrimento no trabalho e 4) adoecimento mental no trabalho.

Posteriormente a apresentação e discussão dos fenômenos identificados, são expostas as considerações finais da pesquisa. Observou-se que as vivências de trabalho dos socioeducadores caracterizam-se pelo sofrimento, com grande possibilidade de adoecimento. O medo e a insegurança se destacaram como sendo os responsáveis pela desestabilização e enfraquecimento do coletivo. As contradições entre o trabalho prescrito e o trabalho real são enfrentadas pelos trabalhadores por diversas formas, o que tem permitido a mobilização subjetiva e gerado o prazer necessário à estabilização e promoção da saúde.

1 DOUTRINAS E MODELOS INSTITUCIONAIS DESTINADOS A ATENDER JOVENS EM CONFLITO COM A LEI NO BRASIL

Esta seção tem o objetivo de fazer um breve resgate das principais características das instituições de atendimento à criança e ao adolescente infrator no Estado de Rondônia durante as antigas doutrinas: direito penal e situação irregular², nas quais teve início o trabalho dos cuidadores, monitores, agentes de segurança, e sequencialmente deram suporte, resultando na profissão socioeducador, profissional que atua nas Unidades Socioeducativas de Internação, inseridas na atual doutrina da Proteção Integral.

As Leis e as políticas sociais que contemplam os jovens em conflito com a lei no país compõem-se na atual configuração do sistema socioeducativo brasileiro e se distinguem pela forma democrática como foram formuladas, assim o ECA (1990), fundamentado na doutrina da Proteção Integral, refere-se a um conjunto de normas pertencentes ao ordenamento jurídico brasileiro, cujo objetivo visa à proteção da criança e do adolescente de modo absoluto, administrando medidas e emitindo encaminhamentos para o judiciário (BRASIL, 1990).

Apesar de muito criticado, o ECA tem sido avaliado como um avanço significativo relacionado aos direitos humanos de crianças e adolescentes, pois se trata de um marco legal, regulatório e serve de esteio para aos princípios que dão suporte, proteção e reeducação aos jovens no país. As doutrinas antecedentes a ele sobressaíam-se como uma forma de punir/educar, e foi por meio dessa demanda que começaram a surgir às instituições destinadas a trabalhar com jovens em conflito com a Lei. Neste sentido, antes de discutirmos os temas que se referem ao trabalho executado nos Centros Socioeducativos rondonienses, se faz necessário fazer uma sucinta explanação acerca de tais princípios voltados ao contexto nacional.

Saraiva (1999) mostra a identificação, pelos estudiosos do tema, de pelo menos três diferentes escolas que tratam das normas referentes à criança e ao adolescente: 1ª Doutrina do Direito Penal, 2ª Doutrina da Situação Irregular, e 3ª. Doutrina da Proteção Integral. Para esse autor, a Doutrina do Direito Penal foi adotada no Brasil pelo Código Criminal do Império de 1830 e pelo primeiro Código Criminal da República de 1890. Durante a vigência dessas normas, os menores eram punidos com pouca diferenciação em relação aos adultos.

No que se refere à construção das instituições privativas de liberdade para crianças e adolescentes no Brasil, Silva (1997) as categoriza em cinco modelos ideológicos e

² Na situação irregular não se fazia diferenciação entre os jovens abandonados e aqueles que praticavam infração e/ou sofriam maus tratos, todos estariam na mesma condição, a irregular (RIZZINI, 1997).

cronológicos: O primeiro caracteriza-se pela Filantropia (de 1500 a 1884). Rizzini (1997, p.149) assim explica o teor desse período:

Filantropia é comumente definida como o amor à humanidade. No qual [...] proliferavam inúmeras sociedades filantrópicas destinadas a amparar a pobreza – sentimento que para Rousseau estaria no âmago da natureza humana, nada tendo a ver com a religiosidade. O humanitarismo característico deste período está associado à emergência da sociedade liberal no contexto de desenvolvimento do capitalismo.

No segundo modelo destaca-se a Filantropia-Higienista (de 1874 a 1922). Neste período, as instituições para abrigo de jovens não aceitos pela sociedade e tutelados pelo Estado se ergueram e foram marcadas pelo sanitarismo. Nele, jovens eram classificados em três classes: 1) Carentes: aqueles, cujas famílias, não tinham condições mínimas de sustento. 2) Abandonados: aqueles legalmente desamparados, ou cujos responsáveis perderam, por determinação judicial, o pátrio poder. 3) Infratores: autores de infração penal. Inicialmente são adicionadas às propriedades: indiferença face à violência, com os vícios, tóxicos e com a morte. Sexualidade precocemente aguçada; falta de consciência de seu próprio valor, como implicação torna-se portador de grande agressividade, reação natural ao abandono familiar e social (SILVA, 1997).

No terceiro modelo é colocado por Silva (1997) como Institucional (de 1964 a 1990); Os marcos representantes dessa fase, Silva e Guerres (2003) apontam: a criação do Juizado Privativo de Menores em 1924 (Lei n. 2059 - decreto n. 3828/25); a formação do Conselho de Assistência e Proteção ao Menor, a formulação do Código de Menores “Mello Mattos” de 1927, e a instituição do Serviço Social de Menores (decreto n. 9744/38); a implantação do SAM - Serviço de Assistência ao Menor, órgão do Ministério da Justiça, análogo ao Sistema Penitenciário para aos adultos, com enfoque caracteristicamente correccional-repressivo.

O quarto modelo surge o Assistencialismo (de 1924 a 1964), cujas principais características são: 1- É fortemente marcado por tratados e convenções internacionais, dos quais o Brasil se tornou signatário; 2- A assistência à infância torna-se, preferencialmente, uma responsabilidade do Estado; 3- São consagradas em leis as primeiras distinções entre menor desassistido e menor infrator; 4- O Poder Judiciário torna-se hegemônico no trato das questões da infância (SILVA, 1997, p. 45).

Nos primeiros anos do século XX surgiu uma movimentação em torno do entendimento de uma justiça prioritariamente voltada aos menores. De acordo com os padrões de moralidades vigorantes da época, enquadravam-se na definição de menores, os filhos advindos de famílias consideradas incapazes de cuidar de suas crianças, os filhos de pais pobres que necessitavam de intervenção judiciária (RIZZINI, 1997).

A partir do juizado de menores foram instituídos os Códigos de 1927 e 1979, Lei nº 6.697/79, primeira legislação específica para menores no Brasil (SARAIVA, 1999). Segundo Volpi (2001), o principal objetivo do Código de Menores era controlar os jovens abandonados e delinquentes. Assim sendo, foram criados vários estabelecimentos de assistência/proteção (asilos, orfanatos e educandários) à infância abandonada e ao delinquente.

No fim dos anos 1970, surge um movimento social com uma nova visão sobre a criança e o adolescente – como sujeitos de sua história – evidenciando a perversidade e a ineficácia do ciclo apreensão – triagem – rotulação – confinamento do Código de Menores e da PNBEM. Porém, essa visão, mais uma vez, não eliminava qualquer das duas anteriores – a repressiva e a assistencialista – de maneira que os três enfoques continuavam a coexistir na sociedade brasileira (SILVA; GUERESI, 2003, p. 11).

Ainda como um marco do período institucional Rizzini (2005) aponta a solidificação da Política Nacional do Bem-Estar do Menor – PNBEM que norteou a concepção da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor – FUNABEM e, que deu origem no Estado de São Paulo, às Unidades de Internação da Fundação Estadual do Bem Estar do Menor – FEBEM. Outros destaques para esta fase são as mudanças políticas, econômicas e sociais no país, principiados pela ditadura militar. Este marco legal-institucional se fundamentou na Lei de Segurança Nacional, cujo foco era, entre outros, a repressão e a violência, que também se materializaram como símbolos na história dos grandes complexos da FEBEM.

A quinta fase inicia-se a partir de 1990, e Silva (1997) a denomina desinstitucionalização. Esta representa um marco valioso para a infância no Brasil, para a solidificação da Constituição Federal Brasileira de 1988 e logo em seguida, para a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

De acordo com Rizzini (1997; 2005) e Campos (2005), o Brasil procurou resolver os problemas sociais relacionados aos menores investindo em instituições cujos objetivos da reinserção social objetivavam a correção, e cujas preocupações articulavam-se no receio de que o aumento da criminalidade poderia gerar grandes prejuízos à sociedade, dessa forma, o investimento nos jovens, visando o mercado de trabalho seria uma das saídas, por isso: “A docilização do caráter e a incursão de hábitos saudáveis através do trabalho conformavam como o modelo requisitado de homem para o desenho de uma nação civilizada”. Os ideais de futuro daquele momento intencionavam preparar as futuras gerações de brasileiros, com transformações que apareceriam na sua força produtiva. Dessa forma, o trabalho foi concebido como um meio ético capaz de regenerar a sociedade (ZANIANI, 2012, p. 67).

Ainda assim, ao tratar de internação, nos ordenamentos de outrora, prevalecia uma lógica meramente coercitiva. Naquela ocasião, o tema responsabilidade penal não continha

uma abordagem exclusiva, não se fazia as distinções atuais como a separação entre infrator, infrações, idade, da compleição física, gravidade da infração, garantias que aos poucos foram sendo construídas. Prevalencia uma concepção higienista, com a proposta de “preparar o equilíbrio de adaptação entre mentalidade individual e o meio físico social” (ZANIANI, 2012, p. 52). Portanto, a higienização mental fundamentava-se na segregação dos avaliados incapazes de fazer parte da sociedade, de tal modo, os menores apenas seriam objetos do Estado se estivessem na condição de abandonados ou cometessem alguma infração (RIZZINI, 2004).

Albergaria (1999) corrobora que não existia diferenciação entre os jovens abandonados e aqueles que cometiam alguma infração ou sofriam maus tratos, todos estariam na mesma condição, a de situação irregular. Desde que tivessem idade inferior a dezoito anos, a internação se daria por um tempo entre três e sete anos para o menor desamparado, corrompido ou em risco de o ser. A internação, durante a vigência do Código de Menores, não tinha prazo determinado para o término e na falta de local adequado, poderia ocorrer em estabelecimento proposto a maiores.

Segundo Gonçalves (2005), o Brasil possui uma longa tradição de institucionalização de crianças e adolescentes. Sobre esta memória Rizzini (2005) enfatiza como as polícias provinciais desempenhavam a função de apreender e distribuir os menores encontrados nas ruas. Instituições como as Companhias de Aprendizes Marinheiros e as Escolas de Aprendizes dos Arsenais de Guerra recebiam os menores que cometiam crimes das capitais brasileiras, estando, portanto, reservado a esses infratores o convívio com os adultos encarcerados.

Para Gonçalves (2005), essa realidade foi o motor dos muitos estudos, que buscavam entender a origem de uma questão até então, pouco avaliada. As práticas de repressão à infância ameaçadora, institucionalizadas durante tantos anos, tomavam visibilidade, finalmente. O primeiro retrato da decadência da Doutrina da Proteção Irregular, representada pelo Código de Menores, começou a ser desenhado no ano de 1976 pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do menor. As denúncias validadas deram a propulsão inicial e demonstraram que o aumento da marginalização estava associado às práticas repressivas e a dura realidade dos internatos.

Vale ressaltar que a problemática do adolescente autor de ato infracional, teve sua história escrita e se manteve por longa data, acoplada ao sistema penal, com tendência à punição³. A Doutrina da situação irregular no trato de crianças e adolescentes no Brasil foi

³Zaniani (2012) destaca que a criminalidade infantil seria o indício do declínio moral da sociedade. Quanto a tendência à punição, esta propunha disseminar os objetivos da higienização mental desde o Brasil Republicano,

solidificada por uma trajetória de Leis, políticas e instituições que fracassaram, pois não deram conta de atender e/ou resolver os acirrados problemas sociais (ZANIANI, 2012).

Em razão dessas circunstâncias, os grupos sociais e sindicatos, as pastorais e os partidos políticos principiaram ampla mobilização em volta dos direitos humanos, propondo romper com a prática do até então vigente. Munidos com documentos e pesquisas que apoiavam a falência do atendimento correccional repressivo, por meio da Constituinte de 1987, demonstrou-se que: os internatos não eram o melhor meio de proteção à criança e que o papel do técnico (atual socioeducador), não tinha um caráter terapêutico e educativo (BRASIL, 2006c).

Desse modo, foram reproduzidos embates para instigar a oficialização de uma legislação que apreciasse os direitos dos menores em sua integralidade. Assim, o Código de Menores foi revogado após a elaboração e validação da Lei 8.069 de 1990, que trouxe uma perspectiva pedagógica de atendimento focalizada no direito a singularidade do adolescente, cuja ideologia se inscreve na terceira Doutrina, a Proteção Integral.

1.1 Lei nº. 8.069 de 1990: Estatuto da criança e do adolescente (ECA)

A Doutrina da Proteção Integral teve ascendência na Declaração Universal dos Direitos da Criança (1959) por trazer em sua introdução a finalidade de adotar a perfeição de uma proteção caracterizada, instituindo que a criança, pelo motivo de ausência de maturidade física e intelectual, necessita de proteção jurídica adequada desde antes, e depois do seu nascimento. De tal modo, a proteção integral contempla todas as necessidades dos jovens para o completo desenvolvimento de sua personalidade, para isto, deve-se oferecer atenção individualizada, com o objetivo de certificar e satisfazer todas as necessidades fundamentais da criança e do adolescente (SARAIVA, 1999).

A partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, crianças e adolescentes passaram a ser reconhecidos como sujeitos de direitos. Esta Lei estabelece em seus artigos 204, 227 e 228, os “fundamentos das mudanças que orientaram a legislação específica, aprovada pelo Congresso Nacional na forma de Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei Federal nº 8.069/1990” (GONÇALVES, 2005, p. 37). O ECA constituiu-se, em grande parte, inspirado nos Instrumentos Internacionais de Direitos Humanos das Organizações Nações Unidas (ONU), em especial, na Declaração dos Direitos da Criança, nos

pela qual nomeava-se à infância e sua família como sendo alvos de suas obras, justificando tais ações em favor do futuro da nação.

Princípios das Nações Unidas para a prevenção da delinquência juvenil, e nas Regras das Nações Unidas para proteção de menores privados de liberdade (CONANDA, 2010).

Segundo Ferrão *et al* (2012, p. 45) “A mudança paradigmática do antigo Código de Menores para o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi a condição *sine qua non* para um novo olhar à infância e adolescência brasileira, principalmente no que diz respeito aos mais desfavorecidos economicamente”.

Ao fazer uma análise do ECA, Arantes (2005, p. 76) chegou à conclusão que, por ser constantemente confrontada com os altos índices de criminalidade e decadência

[...] a sociedade brasileira tem demandado providências cada vez mais repressivas como, por exemplo, o rebaixamento da maioridade penal. Aponta-se, insistentemente, como causa do aumento da criminalidade entre os jovens uma suposta impunidade proporcionada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Há mesmo aqueles que desejam a pena de morte ou a mera execução, levando-nos a indagar se a sociedade brasileira não tem nada melhor a oferecer às suas crianças e aos adolescentes pobres do que a exploração, o encarceramento e o extermínio.

Sobre essa problemática, Volpi (1997) aponta a resistência de alguns representantes de setores do Poder Judiciário e da imprensa por conferir ao Estatuto o encargo pelo avanço da delinquência, assim, protegem a tese do rebaixamento da maioridade penal. Diante da impotência dos poderes públicos no combate eficiente à criminalidade e ainda devido à interiorização da ideologia da deficiência e da periculosidade da pobreza, tem orientado a, alguns segmentos da sociedade brasileira a lutarem pelo rebaixamento da idade penal, em razão, principalmente, do medo e da falta de segurança, haja vista que apenas a Lei não daria conta de solucionar os problemas atualmente vivenciados acarretados em decorrência da prática de ato infracional cometidos por adolescentes.

O Conselho Nacional das Crianças e do Adolescente (CONANDA⁴) demonstra ser conivente com esse ponto de vista ao admitir que “Nesse cenário, são comuns as demandas da opinião pública por redução da maioridade penal e agravamento das medidas, como no caso do aumento do tempo de internação” (CONANDA, 2010, p. 21).

Com a Lei nº 8.069/90, fundamentada na Doutrina da Proteção Integral, passou a ser garantido e determinando às crianças e adolescentes direitos, deveres e responsabilidades, estas devem ser tanto para o Estado quanto para a família. Nesta norma estão regularizados todos os direitos fundamentais da criança e do adolescente bem como os direitos processuais

⁴ O CONANDA é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal. Foi criado pela Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991 e é o órgão responsável por tornar efetivos os direitos, princípios e diretrizes contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Conta, em sua composição, com 28 conselheiros, sendo 14 representantes do Governo Federal, indicados pelos ministros e 14 representantes de entidades da sociedade civil organizada de âmbito nacional e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, eleitos a cada dois anos.

derivados da sentença. Por conseguinte, estabelece modificações resumidas no tratamento que o Estado disponibiliza à criança e ao adolescente, empobrecidos. Volpi assim expõe sua concepção da mudança doutrinária:

Compreende-se, a partir dessa nova concepção da criança e do adolescente empobrecidos, que não são eles que estão em situação irregular, e sim as condições de vida a que estão submetidos. Portanto, a ação do governo e da sociedade não deve ser direcionada exclusivamente para o controle e repressão dessa parcela da população, mas para a garantia de condições de vida com dignidade (VOLPI, 1997, p. 47).

A partir da Doutrina da Proteção Integral houve uma importante transformação de foco: a responsabilidade sobre a anterior percepção de condição de “irregularidade”, que reincidia sobre a criança e o adolescente, passou a ser dos atores incumbidos de zelar pelo respeito aos direitos deste público.

A adoção da doutrina da Proteção Integral desencadeou alterações de referenciais e protótipos com reflexos ainda no trato da questão infracional como lembra Gonçalves (2005, p. 37): “Segundo o Estatuto, os direitos são assegurados para todas as crianças e todos os jovens, inclusive àqueles que chegam à Justiça em razão da autoria de ato infracional”. Neste sentido, “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei” (BRASIL, 1990, p. 36). Entretanto, ser penalmente inimputáveis não significa que o infrator não deverá responder pelo que fez, mas sim que receberá uma Medida Socioeducativa, com ideais educativos, os quais visam fortalecer seus vínculos sociais e familiares.

Em relação à política de atendimento aos adolescentes autores de ato infracional, o novo modelo fundamenta-se em três importantes subsídios: 1) distinção das crianças e adolescentes que cometem infrações daqueles que se encontram em situação de risco e vulnerabilidade social; 2) participação ativa do sujeito da ação socioeducativa em todo processo de atendimento; e 3) a responsabilização do adolescente pelos atos infracionais praticados.

Ao discorrer sobre o ato infracional, Volpi (1997, p. 15) destaca que, em correlação “[...] com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, o ECA considera adolescente infrator como uma categoria jurídica, passando a ser sujeito de direitos estabelecidos pela Doutrina da proteção integral, inclusive do devido processo legal”. Para o autor, essa conceituação elimina a percepção de adolescente infrator como categoria sociológica faltosa, introduzida no antigo Código de Menores. Os ideais do atendimento ao adolescente a partir do ECA, passaram a diferenciar-se da Política do Bem-Estar do Menor, que organizava-se para

atender ao menor que cometia um ato infracional como delinquente. Na nova Doutrina, os ideais objetivam atender um adolescente que infringiu um regulamento.

Sobre o processo legal Edson Seda, um dos estudiosos do tema, membro da comissão redatora do Estatuto da Criança e do Adolescente, entende quando o adolescente é acusado e caso haja provas e indícios verdadeiros “deve ser processado, para que no processo se apure sua culpa ou sua inocência e provada a autoria de ato que o Direito brasileiro descreve como crime, o juiz aplicará ao adolescente as punições com ênfase pedagógica chamadas medidas sócio-educativas” (SEDA, 2000, p. 2).

Conforme a Legislação vigente “Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal” (BRASIL, 1990, p. 36). Assim, o ato infracional é estabelecido em ajuste com o sujeito da conduta, criança e/ou adolescente, ou seja, sob a prática do ato infracional poderá haver consequências: se o autor do ato for criança (até doze anos), a ela poderá ser aplicada uma das Medidas de Proteção⁵, e caso seja adolescente (entre doze e dezoito), além das Medidas de Proteção, podem ainda ser-lhe-á aplicada as Medidas Socioeducativas.

1.2 Medidas Socioeducativas

Medidas socioeducativas são ações aplicáveis a adolescentes autores de atos infracionais e estão previstas no Art. 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Apesar delas se configurarem como sendo uma resposta à prática de um delito, apresentam um caráter predominantemente educativo e não punitivo, visando reparar o dano social, e são aplicadas conforme a prática do ato. Além disso, para serem aplicadas necessita-se da “[...] existência de provas suficientes da autoria e da materialidade da infração” (BRASIL, 1990, p. 38). Após análise da capacidade do adolescente de cumprir a medida, análise das circunstâncias do fato e da gravidade da infração, compete ao Juiz da Infância e Juventude pronunciar a sentença socioeducativa que pode ser de **Meio aberto** e **Privativa de liberdade**.

Na sequência, apresentar-se-á uma breve descrição do alcance e da caracterização das Medidas Socioeducativas. Nas de **Meio aberto** podem ser aplicadas: *Advertência*: Incide em repreensão verbal, que será restringida a termo e assinalada. *Obrigação de reparar o dano*: Neste caso, a autoridade competente, ao verificar que se trata de ato infracional com representações patrimoniais, poderá determinar que o adolescente, devolva o bem,

⁵O artigo 98 do ECA dispõe sobre as medidas de proteção, as quais são aplicadas sempre que os direitos reconhecidos das crianças e adolescentes forem ameaçados ou violados pelo Estado, pelo responsável ou devido ao comportamento do indivíduo (BRASIL, 1990).

promovendo a indenização do dano, ou por outra configuração pague o prejuízo da vítima; ainda neste caso, se for exposta alguma impossibilidade, a obrigação de reparar o dano poderá ser trocada por outra mais adequada à situação. *Prestação de serviços à comunidade*: Esta medida incide em realizar tarefas gratuitas junto a instituições públicas, bem como em programas comunitários ou governamentais. O seu tempo de realização, não deve ultrapassar a seis meses e a oito horas semanais, não atrapalhar a educação formal, sendo atribuída conforme aptidão do adolescente. *Liberdade assistida*: Esta medida visa dar assistência, acompanhar e nortear o adolescente. A mesma será tomada sempre que se afigurar a medida mais apropriada para os seus objetivos. Ainda será acompanhada por pessoa competente e terá prazo mínimo de seis meses, podendo ser adiada, anulada ou substituída (BRASIL, 1990).

Privação de liberdade: A privação de liberdade caracteriza-se pelo Regime de Semi-liberdade e Internação. *Semi-liberdade*: O regime de Semi-liberdade pode ser apontado desde o princípio, ou como meio de passagem para o meio aberto, permitindo o desempenho de atividades externas, independente da ordem judicial. Entretanto, a escolarização e a profissionalização são obrigatórias. Esta medida não permite limites de tempo, e no que couber, deverão ser aplicadas disposições relacionadas à internação (BRASIL, 1990).

A **Internação provisória** é outra modalidade de internação, e caracteriza-se por uma medida preventiva, a qual pode ser definida pelo juiz por um limite de 45 dias. *Internação*: Esta medida consiste em privação de liberdade, no entanto, deve seguir os princípios da brevidade, da excepcionalidade, e do respeito à condição peculiar da pessoa em desenvolvimento. Durante o tempo de internamento, mesmo no caso da provisória, é obrigatória a inclusão de atividades pedagógicas no processo socioeducativo. Será consentida a prática de atividades externas, a critério da equipe técnica⁶ da instituição, salvo propaganda decisão judicial impedindo. Não admite prazo estipulado, por isso o adolescente deverá ser reavaliado a cada seis meses, sendo que o limite de internação, em nenhuma hipótese poderá exceder a três anos. Quando o socioeducando completar vinte e um anos, a liberação será imperativa. No caso de haver outra medida adequada, a internação não será aplicada. Esta deverá ser exercida em entidade específica, que não seja abrigo, satisfeita rígida separação, obedecendo aos critérios da idade, da compleição física e da gravidade da infração (BRASIL, 1990).

No ECA está previsto o direito material do ato infracional, explicitando as Medidas Socioeducativas, prezando ainda pela fase do processo legal. Entretanto, este Estatuto não

⁶ Compõem a Equipe Técnica das Unidades Socioeducativas, os profissionais das seguintes áreas: Saúde, Pedagogia, Psicologia, Assistência Social e Direito (SINASE, 2006).

contempla a fase de execução da Medida Socioeducativa, exclusivamente com a Lei nº 12.594, de 18 de Janeiro de 2012 é que o assunto foi concebido legalmente.

1.3 Sistema Nacional de atendimento socioeducativo- SINASE, Lei nº 12.594

O empenho da construção do SINASE busca dar efetividade a essência inerente ao ECA, bem como garantir a proteção integral à infância e à adolescência, reassegurando as atribuições do Estado, da família e da sociedade na promoção e assistência dos direitos da população infanto-juvenil, e da importância à condição de sujeito em desenvolvimento.

A transformação paradigmática e a solidificação do Estatuto expandiram o acordo e o encargo do Estado e da Sociedade Civil por recursos hábeis e enérgicos para o sistema socioeducativo, garantindo aos adolescentes em conflito com a Lei a chance de desenvolvimento e uma nova experiência de reconstrução de seu projeto de vida. Portanto, esses direitos estabelecidos em normas devem ressoar diretamente na consolidação de políticas públicas e sociais que abranjam o adolescente que cometeu alguma infração à Lei (SINASE, 2006).

Em relação a essas políticas públicas e ao atendimento socioeducativo, o CONANDA (2010) registra que, a Convenção Internacional sobre Direitos da Criança (1989), assinada pelo Brasil em 1990, nomeou diversas percepções de política de atendimento aos adolescentes em conflito com Lei.

Neste sentido, além do ECA, existem outras ferramentas jurídicas de caráter internacional que assinalam diretrizes para o emprego e efetivação das Medidas Socioeducativas, são elas: As Regras Mínimas das Nações Unidas para Administração da Justiça Juvenil ou Regras de Beijing (1985); Especificamente para os Jovens Privados de Liberdade, temos: as Regras Mínimas das Nações Unidas (1990); e Administração da Justiça Juvenil e/ou Diretrizes de Riad (1990), que aborda a prevenção da Delinquência.

O SINASE nasceu da necessidade da previsão de normas para unificar os métodos jurídicos que compreendem os adolescentes, essas vão desde a apuração do ato infracional até a aplicação das Medidas Socioeducativas. O documento foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do CONANDA, e recentemente aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Sua implementação objetiva, fundamentalmente, o incremento de uma ação socioeducativa amparada nos princípios dos direitos humanos e visa resguardar a ideia das disposições conceituais, estratégicas e operacionais, idealizada, sobretudo, em bases éticas e pedagógicas.

Esse sistema prioriza a educação, a saúde, o lazer, o esporte e a profissionalização. Suas diretrizes estão organizadas em nove capítulos, cujas temáticas abordam: a) uma breve análise da realidade sobre a adolescência, focalizando o adolescente em conflito com a Lei, e das Medidas Socioeducativas no Brasil, com realce para as privativas de liberdade; b) define o conceito e a unificação das políticas públicas; c) os seus princípios judiciais; d) trata da disposição do sistema; e) a gestão dos programas; f) os parâmetros da gestão pedagógica no atendimento socioeducativo; g) os parâmetros arquitetônicos para os programas socioeducativos; h) a gestão do programa e financiamento e i) o monitoramento e avaliação. O anexo do documento ainda exibe o delineamento técnico das normas, demarcações e passos para elaboração de projetos arquitetônicos e integrantes das Unidades de atendimento socioeducativo de internação (SINASE, 2006).

O SINASE contempla-se numa norma nacional que abrange os sistemas: estadual, distrital e municipal, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção aos adolescentes. Dessa forma, visa à inclusão do adolescente em conflito com a Lei à sociedade, demandando ações de diferentes campos de políticas públicas e sociais.

O promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná, Digiácomo (2012), entende que o SINASE é destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais variados órgãos e agentes, deverão oferecer, por direito, o acolhimento individualizado ao adolescente que comete o ato infracional, por isso:

[...] trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades, bem como procurando corrigir algumas distorções verificadas quando do atendimento dessa importante e complexa demanda (DIGIÁCOMO, 2012, p. 1).

Além dessas inovações, o Sinase (2006) padroniza o processo de apuração das infrações, estabelecendo as Medidas Socioeducativas que precisam ser tomadas, assim como a política de atendimento ao adolescente em conflito com a Lei em todo o país, tem o objetivo de eliminar toda a possibilidade de o adolescente cumprir pena em unidade prisional destinada a adultos.

No que corresponde às entidades de atendimento, o sistema registra que as Unidades Socioeducativas “desempenham função eminentemente pública e são responsáveis pela instalação e pela própria manutenção, pelos recursos humanos e pelos materiais necessários ao desenvolvimento de programas de atendimento (SINASE, 2006, p. 37). Sobre as

especificidades da função do socioeducador e as características das Unidades Socioeducativas, tratar-se-á em tópicos correlacionados na sequência deste estudo.

Nesse sentido, ressalta-se que a função do Estado é ser agente de políticas públicas e guardião dos direitos das crianças e dos adolescentes. Dessa forma apresentar-se-á no próximo capítulo, expondo como o Estado de Rondônia adequou-se às reivindicações do ECA e SINASE.

2 HISTÓRICO DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO ESTADO DE RONDÔNIA: IMPLANTAÇÃO DAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS

Nesta seção será apresentado o histórico do atendimento socioeducativo no Estado de Rondônia, as origens e concepções da profissão socioeducador, a atual configuração do Sistema socioeducativo rondoniense, a definição de Unidade Socioeducativa e suas funções aplicadas às expectativas do modelo de ressocialização contemporâneo.

Em relação às políticas de atendimento ao menor privado de liberdade, Rizzini (2005) explica que os modelos de atendimento ao focalizar as experiências da então capital federal, por motivo de se estabelecer no centro político do país, tinham suas iniciativas disseminadas ao restante da nação, logo, infere-se que com Rondônia não foi diferente do que aconteceu com os demais estados brasileiros. Por conseguinte, com a nova legislação, o Estado precisou criar estratégias e implantar os novos modelos⁷ de atendimento e aplicação das Medidas Socioeducativas, entre as quais o objetivo deste estudo delimita-se à internação.

Em decorrência dessas mudanças paradigmáticas, assim como o restante do país, o Estado de Rondônia, teve que se adequar ainda quanto à ação socioeducativa, estrutura organizacional, recursos humanos, espaços arquitetônicos, entre outros. Dessa forma, as instituições que atendiam à Doutrina da Situação Irregular bem como as ações (trabalho) desempenhado pelos antigos técnicos/monitores foram movidos a principiar um processo de reordenamento objetivando um ajustamento aos novos regulamentos sucedidos do ECA.

Com a promulgação da Lei 8.069/90, o Estado de Rondônia definiu por meio do Decreto nº 5548 de 08 de maio de 1992, que a administração dos prédios para o atendimento do adolescente em conflito com a Lei ficasse a cargo da Fundação de Amparo ao Menor Carente e Ação Social, portanto, a execução das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade passaram a ser realizadas no Centro Profissionalizante de Menor Masculino-CPMM, persistindo até o ano de 1993, quando a comunidade circunvizinha depredou completamente o prédio, situação ocasionada em consequência de um dos internos ter cometido latrocínio (CONEDCA/RO, 2010).

No ano de 1994, o Decreto 548 de 08 de maio de 1992 foi revogado e substituído pelo de nº 6400, transferindo para o âmbito da Secretaria de Justiça e Cidadania (SEJUCI), a

⁷ Anterior a esse modelo institucional, os profissionais responsáveis pelo trabalho socioeducativo eram denominados monitores, tinham a função de cuidar, e de vigiar os internos, diferenciando-se da conjuntura atual, quando o trabalho deve ser especialmente realizado por um socioeducador, de cujo resultado da sua atuação deve-se sobressair à educação sucedida de sensibilidade e empatia (BRASIL, 2006b).

responsabilidade pela administração dos prédios e execução das Medidas de Internação e Semiliberdade, essas passaram a ser realizadas nas dependências da Delegacia da Criança e do Adolescente, em caráter emergencial e provisório, até que o Estado passasse a dispor de local adequado para o atendimento. As condições oferecidas foram consideradas desumanas e impróprias, tanto em relação à habitabilidade e higiene quanto em relação à carência de profissionais para realizar o trabalho socioeducativo aos padrões previstos no Estatuto (CONEDCA/RO, 2010).

No ano de 2000, a incumbência pela execução das Medidas de Internação e Semiliberdade passou a cargo da Fundação de Assistência Social do Estado de Rondônia - FASER. Quanto ao atendimento socioeducativo, não houve empenho do governo em disponibilizar equipe própria para a área em questão, onde além do diminuído número de profissionais, ausência de programa de capacitação continuada, existia-se ainda a inconstância dos funcionários, visto que estes pertenciam a outras Secretarias (CONEDCA/RO, 2010).

Nessa conjuntura, os conflitos se davam constantemente, até que, em 2002, se registrou na instituição, o primeiro homicídio de um dos internos. “Na época, a situação ganhou as páginas das notícias e a sociedade civil organizada através do Fórum DCA começou a exigir um posicionamento das autoridades de âmbito nacional” (CONEDCA/RO, p.105). Nesse cenário, foi estabelecida a CERPEMSE - Comissão Estadual de Reestruturação dos Programas de Execução das Medidas Socioeducativas - que organizou a política estadual de atendimento socioeducativo e as diretrizes de atendimento para as unidades de internação e semiliberdade do Estado (CONEDCA/RO, 2010).

Em janeiro de 2004, quando se registrava o aumento de inumeráveis conflitos e o registro do quarto HOMICÍDIO de adolescentes na Unidade de Porto Velho, a sociedade civil, por meio do Fórum DCA, embravecida com o descaso do Estado em relação ao cuidado das vidas ali ceifadas, preparou um dossiê sobre as Medidas Socioeducativas em Porto Velho. O mesmo foi conduzido às várias autoridades do Estado (CONEDCA/RO, 2010).

Visando regulamentar a execução das Medidas Socioeducativas destinadas a adolescentes autores de ato infracional, o SINASE (2006) iniciou a priorização da municipalização dos programas, mediante a articulação de políticas intersetoriais em nível local e a regionalização dos programas de privação de liberdade a fim de garantir as especificidades culturais e o direito à convivência familiar e comunitária dos adolescentes infratores.

Foi nesse cenário que se deu a criação das primeiras Unidades Socioeducativas do Estado de Rondônia. Para tal, foram assinados Termos de Ajustamento e Conduta (TACs)

entre os municípios a que pertenceriam as Unidades e a FASER. Nestes TACs a responsabilidade atribuída aos municípios foi a de instituir as redes de atendimentos, com local para instalação física das Unidades. A SEJUS ficou incumbida do subsídio financeiro e suporte profissional, competindo a ela a contratação de trabalhadores: socioeducadores, psicólogos e assistentes sociais (RONDÔNIA, 2002). Em oposição “[...] à política aprovada pelo CONEDCA, a FASER construiu locais sem qualquer estrutura para apreender adolescentes por vários municípios do interior, em cumprimento aos Termos de Ajustamento de Conduta-TAC, firmados com o Ministério Público do Estado” (CONEDCA/RO, 2010, p. 106).

Em 2006, o CONANDA (2010) aprovou o SINASE (2006), transformado em proposta parlamentar encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional. Em 2007, o governo federal lançou o Projeto “Na medida certa”, integrante da Agenda Social Criança e Adolescente. Nessa perspectiva, foi priorizado o cofinanciamento pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de 872 municípios com mais de 20 mil habitantes para a criação de serviços de execução das medidas em meio aberto. Também foram criadas 21 Escolas do SINASE para a formação das equipes de meio fechado e aberto, bem como o desenvolvimento e implantação da nova versão do SINASE. De 2003 a 2010, a Secretaria de Direitos Humanos (SHD) financiou 71 obras para o sistema socioeducativo nas 27 unidades da federação (CONANDA, 2010).

O Estado de Rondônia vem ao longo da história da Lei n. 8.069/90 buscando efetivar a implementação das políticas públicas, referente à implantação das Unidades e das Medidas Socioeducativas previstas pelo SINASE. Portanto, com a extinção da Fundação de Assistência Social do Estado de Rondônia (FASER), através da Lei Complementar nº 412, de 28 de dezembro de 2007, o Governo do Estado criou a Secretaria de Justiça (SEJUS), e vinculada a esta secretaria criou a Coordenadoria de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CAA) para trabalhar especificamente com as Medidas Socioeducativas, conforme estabelecimento da Lei 8069/90 e do SINASE. Cabendo à responsabilidade da CAA/SEJUS, a manutenção das Unidades Socioeducativas, bem como o planejamento e execução dos programas socioeducativos destinados aos adolescentes em cumprimento das medidas de: meio aberto (Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade), Semi-liberdade e internação (RONDÔNIA, 2002).

A CAA foi criada em 28 de dezembro de 2007 pela Lei Complementar nº 412, aprovada pela Resolução nº 073 de 2002 do Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente de Rondônia (CONEDCA), vinculada a SEJUS. Desde que assumiu a

responsabilidade pelas Medidas Socioeducativas, esta Coordenadoria tem buscado implementar as ações instituídas no SINASE e no Programa de Execução das Medidas Socioeducativas (PEMSE). Trata-se de um sistema social voltado ao adolescente em conflito com a Lei, e tem como dever garantir a proteção integral dos direitos, proporcionar o acesso às políticas sociais, garantir o pleno conhecimento do regulamento disciplinar, uniformizar procedimentos operacionais, promover no Estado de Rondônia o atendimento ao adolescente em cumprimento de Medidas Socioeducativas com eficácia, eficiência e efetividade, de acordo com as Leis, normas e recomendações de âmbito Estadual e Nacional (RONDÔNIA, 2002).

Ao realizar um resgate dos aspectos históricos referentes à implementação das Unidades Socioeducativas no Estado de Rondônia, Oliveira (2011) registra que durante a realização da XXIII Assembleia do Fórum Nacional de Dirigentes Governamentais de Entidades Executoras de Política de Proteção e Direitos da Criança e do Adolescente (FONACRIAD), realizado na cidade de Salvador – no mês de outubro de 1996 – foram feitas algumas recomendações, entre elas que a responsabilidade das Unidades Socioeducativas não permanecesse com o sistema penitenciário. Uma das propostas apresentadas pela Assembleia às Unidades Federadas foi que os programas designados à proteção especial (abandonados e vitimados) e os sociojurídicos (atendimento ao adolescente em conflito com a Lei), ficassem sob a responsabilidade de um mesmo órgão e secretaria de Estado. Neste caso quem deveria assumir tal atributo seria a secretaria que representasse o trabalho e a promoção social. No entanto, quem assumiu e permanece com tal responsabilidade foi a mesma secretaria que se destina ao sistema penitenciário, SEJUS. Este fato foi alvo de denúncia na Corte Interamericana de Direitos Humanos da OEA.

Sendo assim a CAA continua sendo parte integrante da SEJUS e é composta por: Coordenador Geral; Gerência de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei; Núcleo Psicossocial; Núcleo de Saúde; Núcleo Pedagógico; Núcleo de Humanização; Núcleo PLA/PSC; Núcleo Jurídico e Unidades de Internação. Apesar de ter uma composição aparentemente bem estruturada, a CAA tem enfrentado alguns problemas derivados de sua falta de autonomia, principalmente pelo fato de estar ligada à Secretaria destinada ao sistema prisional, fato que acaba comprometendo os recursos e investimentos liberados, logo a prioridade acaba sendo direcionada às unidades prisionais, colocando em segundo plano as Unidades Socioeducativas, fatores que podem afetar a qualidade do atendimento prestado aos adolescentes em conflito com a Lei, cujo ECA e SINASE, garantem prioridade absoluta.

Diante de toda a trajetória aqui lembrada, ratifica-se a necessidade da implantação de uma política eficaz de atendimento socioeducativo, “[...] quer seja por meio da criação de uma secretaria ou fundação específica, a que melhor se adequar ao caso para que o Estado tenha de fato uma política de atendimento socioeducativo da forma que preconiza o SINASE, pondo fim à cultura de improvisação” (CONEDCA/RO, 2010).

Durante o encontro para elaboração do novo Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo no Estado de Rondônia que aconteceu nos dias 30 e 31 de junho de 2014, no qual a pesquisadora esteve presente, a Assistente Social do 1º Juizado da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça-RO, Eliete Cabral de Lima, que participou da elaboração do primeiro Plano Estadual de Medidas Socioeducativas estadual, no ano de 2002, enfatizou que Rondônia, mesmo antes da implantação das exigências do Sinase (2006), já executava as ações que o Sistema passaria a exigir. Para a palestrante, o Estado já foi tido como um modelo positivo no que se refere ao atendimento ao adolescente autor de ato infracional, diferente do que tem sido considerado na atualidade, devido às mortes que frequentemente tem ocorrido no interior de suas Unidades Socioeducativas.

2.1 Unidades Socioeducativas e suas funções justapostas às expectativas do modelo de ressocialização contemporâneo: contradições e conflitos

O lugar onde o adolescente cumpre Medida de Internação é uma instituição denominada Unidade Socioeducativa, é representada por um grupo de pessoas/profissionais que devem “auxiliar no estabelecimento de um ambiente saudável e terá como objetivo fundamental desenvolver o atendimento que o adolescente necessita” (RONDÔNIA, 2002, p. 18).

O SINASE (2006, p. 51) define Unidade Socioeducativa como “[...] o espaço arquitetônico que unifica, concentra, integra o atendimento ao adolescente com autonomia técnica e administrativa, com quadro próprio de pessoal, para o desenvolvimento de um programa de atendimento e um projeto pedagógico específico”.

As instituições que prestam atendimento ao adolescente em conflito com a Lei fundamentam suas atividades no Regimento Interno e no Plano Político Pedagógico (PPP), os quais são estruturados baseados nas deliberações fundadas no ECA e no SINASE. Esses documentos devem ter como fundamental objetivo, o desenvolvimento de ações que contribuam para o distanciamento do adolescente do comportamento ilegal, bem como para a construção de uma identidade pautada no respeito às normas e à sociedade. Assim sendo, as

Unidades de Internação são contempladas no ordenamento atual como o lugar responsável pela transformação de adolescentes que estão em conflito com a Lei, todavia, verifica-se uma problemática que as envolve, e que parece acompanhá-las desde os ordenamentos de outrora, como será apresentado nesta sequência.

No que se refere à metodologia da gestão das Unidades Socioeducativas, o Sinase (2006, p. 40) prevê que, independente da estrutura organizacional de cada Estado ou município, é essencial a configuração de um arranjo que considere a existência de um responsável pela instituição, uma equipe diretora e /ou coordenadores dos programas de atendimento socioeducativo. Dessa forma, o sucesso nas atividades realizadas nos programas está inteiramente arrolado à qualidade de seus métodos de gestão. Consequentemente, o impacto social de seus serviços terá maior ou menor visibilidade de acordo com: a eficiência do planejamento; a clareza e definição da missão; a formatação dos serviços, visando atender adequadamente a necessidade de seus destinatários (os adolescentes). Sendo assim, planejar, definir, formatar, organizar, monitorar e avaliar em conjunto garante ações mais sólidas. Diante da conjuntura apresentada, torna-se imprescindível uma gestão participativa que aprecie com eficiência, eficácia e efetividade as demandas do atendimento socioeducativo.

Muitas são as demandas realçadas no atendimento socioeducativo brasileiro, elas vão desde os recursos humanos, físicos, entre outros. Sobressai nesse íterim, à violência que permeia os centros socioeducativos, principalmente no contexto rondoniense, que até o momento não encontrou uma resposta plausível, e requer soluções imediatas, infringindo a base do ordenamento atual, a proteção integral dos jovens.

A fim de romper com o ciclo da violência que permeia as instituições socioeducativas alvitra-se que a construção das Unidades: “por fora, funcionem como prisões, para garantir níveis adequados de contenção e segurança, mas que, por dentro, funcionem como escolas de educação para a vida, capazes de preparar esses jovens para o retorno ao convívio social” (BRASIL, 2006b, p.55).

Embora as Unidades Socioeducativas possuam grades, não se trata de cadeias, e sim de estabelecimentos educacionais. Da mesma forma, os profissionais que nessas instituições trabalham, apesar de também cuidarem da segurança, não são agentes penitenciários e/ou de segurança, mas sim socioeducadores. Entretanto os documentos e notícias divulgadas nos meios de comunicação denunciam que as experiências no contexto das Unidades Socioeducativas brasileiras colocam em evidência a violência que se caracteriza com rebeliões e mortes ocorridas dentro das Unidades Socioeducativas.

No que concerne à realidade vivenciada no interior das Unidades Socioeducativas, uma pesquisa realizada pela *Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente* - ANCED (2011) adverte que, no Estado de Rondônia, aparece uma das três instituições investigadas no Brasil com mais casos de homicídios documentados, nove adolescentes mortos entre 2007⁸ e 2010⁹. Alusivo a essa temática, verifica-se que o cotidiano das Unidades Socioeducativas rondonienses continua registrando situações de rebeliões e conflitos¹⁰. De 2002 até 2010 foram mortos catorze adolescentes sob custódia da Unidade de Internação em Porto Velho e sete mortes distribuídas nas outras Unidades do Estado, sendo os mesmos assassinados da forma mais brutal que se possa imaginar (CONEDCA/RO, 2010).

Durante a realização do *Seminário Nacional da Atuação do Psicólogo no Sistema Socioeducativo*, que aconteceu no ano de 2006, foi constatado que existe um sinal vermelho na tendência ao encarceramento mais concentrado nas Regiões Norte¹¹ e Nordeste do Brasil (BRASÍLIA, 2006). De acordo com o *Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil* (2006a), no Estado de Rondônia, havia 255 adolescentes cumprindo medidas sócio-educativas em meio fechado. A taxa de adolescentes em meio fechado no total da população

⁸No dia 22 de outubro de 2013, um adolescente que cumpria medida de internação em uma das Unidades Socioeducativas de Porto Velho foi assassinado por outro adolescente de 14 anos, este teria feito um buraco na parede, adentrando o alojamento ao lado, onde estava a vítima e desferiu contra ela, com aproximadamente 52 golpes de “chuncho”, arma artesanal feita pelos próprios internos com barras de ferro. Durante o crime uma grande agitação foi suscitada no interior da Unidade. Os trabalhadores informaram que não haviam barulhos, estava tudo tranquilo, e ficaram sabendo do crime quando foram chamados pelos adolescentes para lhes informar sobre o ocorrido (GOMES, 2013).

⁹No dia 29 de Novembro de 2013 foi encontrado o corpo de um menor de 17 anos dentro de um dos quartos da Casa Socioeducativa de Jarú. O adolescente que teria cometido o crime argumentou que a vítima teria xingado sua mãe, esse foi o motivo que levou a matá-lo (MENOR, 2013).

¹⁰ Dois socioeducadores e um militar da reserva remunerada foram agredidos por internos que tentavam fugir de uma Unidade de Internação. Os trabalhadores sofreram lesões no olho esquerdo e em várias partes do corpo. Além das agressões físicas, os servidores ainda sofreram ameaças de morte. Os fatos foram registrados na Unidade Integrada de Segurança Pública – Unisp Amazonas, através do boletim de ocorrência n. 12E1005005643. O presidente do Singsperon voltou a cobrar do Estado mais estrutura e proteção aos socioeducadores, pois episódios análogos a esse vêm ocorrendo dentro das Unidades de internação rondonienses. Existem vários servidores afastados de suas funções por tentarem fazer com que o ECA seja cumprido, contudo acabam sendo vítimas desse sistema. Esses trabalhadores pedem socorro, pois trabalham sem condições, sem efetivo satisfatório, como verdadeiros heróis. “Eles vivem com medo de tantas ameaças de morte e agressões que diariamente ocorrem, sendo que por outro lado, o Estado tampa o sol com a peneira, como se nada estivesse acontecendo”, narrou o sindicalista. Segundo ele, as políticas de recuperação de adolescentes nas Unidades Socioeducativas não funcionam porque o Estado investe muito mal os recursos. “A grande maioria dos adolescentes, quando completam a maioridade, acabam cometendo outros crimes e sendo presos nos presídios da Capital. É uma vergonha o dinheiro mal gasto pelo poder público nesse sistema furado” (ASCOM – SINGEPERON, 2012).

¹¹ Rondônia é uma das 27 unidades federativas do Brasil, localizado na região Norte. Tem como limites os Estados do Mato Grosso a leste, Amazonas ao norte, Acre a oeste e a República da Bolívia a oeste e sul. O Estado possui 52 municípios e ocupa uma área de 237.576,167 km². É o terceiro Estado mais populoso desta macrorregião, com seus 1.728.214 milhão de habitantes em 2013, sendo superado apenas pelo Pará e Amazonas.

de adolescentes entre 12 e 18 anos era de 11,39/10.000. Em meio aberto, entre julho e agosto do mesmo ano, havia 1.225 adolescentes cumprindo medidas na capital (BRASIL, 2010).

O *Relatório Nacional sobre os Direitos Humanos no Brasil*, realizado pelo Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) aponta um crescimento, entre 2004 e 2006, no número de adolescentes (entre 12 e 17 anos) cumprindo medida de internação, a região Norte teve a maior alta de jovens infratores internados (70%). Rondônia aparece com crescimento de 690% (BRASIL, 2010).

Uma *Inspeção Nacional nas Unidades de Internação de Adolescentes em Conflito com a Lei* no Brasil realizada no ano de 2006, ao mencionar algumas das Unidades do Estado de Rondônia, relata que o local onde os internos cumprem medida se destaca como celas e não como alojamentos. Na época da vistoria registrou-se que, além dos alojamentos estarem sujos e com vasos sanitários entupidos, havia esgoto exposto nos corredores. As instalações elétricas também foram consideradas precárias, com fiação exposta e vários fios descascados, alguns dos quais eram utilizados pelos internos para fazerem faísca e acender cigarros. Esses dados contribuíram para que algumas Unidades fossem consideradas inadequadas ao cumprimento das medidas previstas no ECA (BRASIL, 2006c).

O CONANDA (2010), ao tratar das características das entidades de atendimento ao adolescente no Brasil, destaca como problemas que acompanham o desenvolvimento do país, a superlotação das Unidades de internação, as condições de insalubridades, as técnicas punitivas, as torturas dos agentes contra os adolescentes, a inadimplência dos prazos na internação provisória e o acautelamento ilegal em cadeias públicas como marcas vigorantes herdadas do modelo FEBEM.

Conjectura-se que os riscos existentes não são apenas para os socioeducandos¹², mas também para os profissionais, que ao desempenharem suas atividades laborais estão sujeitos a diversos tipos de angústias e agressões. De acordo com Rizzini (2005) esta realidade demonstra ser apenas sintoma de uma política que se arrasta ao longo dos séculos e que ainda não alcançou recursos estimáveis¹³.

¹² No dia 13 de Maio de 2013, um adolescente de quinze anos planejou e executou a morte de outro interno, de catorze anos dentro de uma das Unidades Socioeducativas do Estado de Rondônia. Enquanto estavam no banho de sol, o primeiro utilizando-se de uma toalha de banho, seduziu o segundo, dizendo que lhe ensinaria como asfixiar uma vítima e a matou (ROLIM DE MOURA, 2013).

¹³ O crescimento industrial fortalecia as relações de produção, fomentando cada vez mais uma sociedade de classes, o que destacava a pobreza, onde as crianças, cujas condições eram diferentes das demais, uma vez que permaneciam nas ruas, ou que não estavam incluídas nas escolas, passaram a representar um obstáculo para a sustentação da ordem social (ZANIANI, 2012).

Mesmo que o poder público, por meio de seus gestores, adote esforços que busquem transformar as instituições repressivas de outrora em Unidades Socioeducativas, as mudanças parecem caminhar a passos lentos, e poucas diferenças são registradas. O *Relatório Caravanas*, ao tratar especificamente das Unidades de Atendimento Socioeducativo para adolescentes que cometeram ato infracional, relata que forçoso é admitir a discrepância desses estabelecimentos em relação aos parâmetros do Estatuto, servindo, a maior parte delas, somente como contenção e encarceramento, uma vez que os adolescentes estariam, na realidade, cumprindo penas em prisões (BRASIL, 2006b).

Diante dessas averiguações, infere-se que a realidade pode ir além das notícias e registros, é preciso olhar para todo o contexto e não apenas para os objetivos e conclusões das investigações entre as quais se destacam: Sinase (2006), Brasil (2010), Brasil (2006b; 2006c). A realidade publicada em tais documentos, embora de modo não explícito, denuncia os fatores de risco à integridade psicossocial não apenas dos adolescentes, mas ainda dos trabalhadores que empregam e tem a função de serem modelos e, portanto colaborar para que suceda a ressocialização por meio de suas constantes atitudes (SINASE, 2006).

Os desafios entre a realidade e finalidade das instituições socioeducativas também são problematizados pela *Inspeção Nacional às Unidades de Internação de adolescentes em conflito com a Lei*, que sob o enfoque dos Direitos Humanos, faz um retrato das Unidades de Internação no Brasil. Este relatório constatou que no Estado de Rondônia existem Unidades de internação que “[...] assemelham-se ao modelo carcerário, a mini-presídios, porque, na maioria das vezes, são heranças de antigas unidades prisionais” (BRASIL, 2006c, p. 118). Outra questão eminentemente importante faz relação ao espancamento¹⁴ perpetrado por alguns socioeducadores contra os internos. Sobre as consequências dessa forma de trabalho tem-se a seguinte explicação:

O resultado desta forma violenta de tentar corrigir os erros infantis ensina à criança, ainda pequena, um modelo agressivo de resolver problemas. Também incute um sentimento de pouco ou nenhum afeto por parte do cuidador e permite que uma imagem negativa de si próprio se desenvolva, pois a criança acredita ser merecedora desta punição, pois, via de regra, as punições físicas são seguidas de ameaças, humilhações, xingamentos, que propiciam um rebaixamento constante da auto-estima (BRASIL, 2006c, p.115).

Como se percebe, as violações de direitos humanos dos adolescentes em cumprimento de internação se arrastam ao longo dos anos nos Estados brasileiros. Lembrando que diante deste quadro, além de termos violação dos direitos humanos, continua sendo

¹⁴ Por “espancamento” entende-se o uso de instrumentos (pedaços de paus, cacetetes, borrachas etc.) para bater, que produzem lesão na vítima (BRASIL, 2006c, p. 115).

praticamente impossível alcançar os objetivos da ressocialização alvitrados pela Doutrina da Proteção Integral.

Diante dessa suposição verifica-se uma demanda psíquica/comportamental relacionada aos profissionais que atuam nas instituições socioeducativas, já que há indícios de que alguns deles não estariam conseguindo realizar a tarefa prescrita conforme as orientações do Sinase. Tendo em vista que o atendimento socioeducativo é uma questão que requer maiores investimentos, recomenda-se que além de se pensar os impactos desses conflitos, precisa-se analisar de onde vêm e por que a problemática permanece no trabalho socioeducativo hodierno. Deve-se levar em consideração não apenas as necessidades dos adolescentes, mas também a dos demais envolvidos, bem como a real conjuntura do sistema, entre elas as condições de trabalho, já que deste se tem significativas expectativas referentes à ressocialização/transformação do adolescente em conflito com a Lei (BRASIL, 2012).

O *Conselho Nacional de Justiça* - CNJ, ao realizar uma investigação social, com a intenção de traçar um panorama da situação dos adolescentes em conflito com a Lei no Brasil, avaliou positivamente a quantidade e a distribuição das Unidades de Rondônia, destacando que o Estado é a quinta unidade da federação que mais possui estabelecimentos de internação, apresentando a melhor distribuição geográfica, sendo superada apenas por São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Minas Gerais. De acordo com o CNJ todas essas Unidades Socioeducativas possuem capacidade, para, no máximo, 40 internos, fator que teoricamente favorece o melhor funcionamento, aproxima a equipe multidisciplinar dos adolescentes e mantém o corpo profissional diminuído (BRASIL, 2012). Apesar de fazer uma avaliação positiva em relação à quantidade e distribuição das Unidades, a referida investigação faz uma crítica à qualidade do atendimento prestado, mencionando que essa é uma questão que deixa a desejar.

Sobre a distribuição das Unidades Socioeducativas no estado, apresentar-se-á a seguir o quadro da conjuntura das Unidades em funcionamento em Rondônia:

Quadro1: Dados sobre as Unidades Socioeducativas do Estado de Rondônia

Nº	Unidade	Adolescentes	Vagas
1	PVH provisória	21	20
2	PVH feminina	04	05
3	PVH UISM I	33	35
4	PVH UISM II	17	18
5	Alta Floresta	04	18
6	Alvorada	05	07
7	Ariquemes	15	21
8	Cacoal	09	14
9	Cerejeiras	03	12
10	Guajará Mirim	02	20
11	Jarú	06	36
12	Ji Paraná	09	09
13	Nova Brasilândia	02	08
14	Pimenta Bueno	05	16
15	Rolim de Moura	04	08
16	Vilhena	10	19
Total	16	149	266
Total de servidores			481

Fonte: Elaborado pelo autor a partir das informações obtidas do Grupo de Trabalho/Coordenadoria de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei/ SEJUS.

Conforme demonstra o quadro 1, Rondônia possui uma quantidade de dezesseis Unidades distribuídas entre os seus principais municípios. O número total de servidores que trabalham nessas instituições resulta na quantidade de 481 socioeducadores. Observa-se que sobram vagas para internação, tendo em vista que a quantidade oferecida são 266 e possuem internados 149. Todavia, mais uma Unidade fora construída na cidade de Ji-Paraná, esta por sua vez, possui arquitetura conforme os parâmetros do SINASE, entretanto ainda não foi liberada para internação.

No Estado de Rondônia, as Medidas Socioeducativas funcionam com uma estrutura considerada pequena, tanto no que alude a recursos humanos quanto materiais. Os relatórios demonstram que a falta de atendimento apropriado é um dos fatores que tem contribuído para a permanência de adolescentes no sistema socioeducativo, o que denota que grande parte deles principia o cumprimento de medidas aos 12 anos e continua reincidindo por toda a adolescência, portanto, com o advento da vida adulta e sem novas alternativas, resta-lhes o sistema prisional, isso quando permanecem vivos, pois muitos são mortos antes mesmo de sair da adolescência (CONEDCA/RO, 2010).

Em função do comportamento dos internos, do risco que oferecem aos demais adolescentes e dos constantes conflitos que permeiam as Unidades socioeducativas

rondonienses, os adolescentes que cumprem medidas nas Unidades Socioeducativas da capital são frequentemente encaminhados para as Unidades do interior do Estado.

2.2 Origens e concepções da profissão “socioeducador”: um ofício em construção

As Unidades de Internação desempenham a função eminentemente ressocializadora, portanto, para oferecer atendimento de qualidade, necessita-se ter em sua estrutura organizacional¹⁵ pessoas qualificadas para a função. Assim, o profissional que realiza o acolhimento dos adolescentes nas Unidades de Internação é denominado socioeducador, de cujo trabalho se espera resultados relacionados à reeducação e a reinserção do jovem que cometeu ato infracional. Nessa conjuntura, apresentaremos na subseqüência, a definição da ocupação do socioeducador bem como de suas respectivas atribuições.

Para compreendermos as origens da profissão do socioeducador se faz necessário abordar a educação como um todo. A concepção de tal procedência é esclarecida por meio dos Parâmetros para a Formação do Socioeducador (2006), BRASIL (2006a), BRASIL (1990) e SINASE (2006), que oferecem subsídios para uma proposta inicial de reflexão e debate desta profissão.

Atualmente, a educação brasileira está dividida em dois grandes campos que se articulam e se inter-complementam: a Educação Geral (Básica a Superior) e a Educação Profissional. Com base nestas duas modalidades de trabalho educacional foi surgindo e se solidificado uma terceira vertente de atuação educacional: A educação social, cujo objetivo é preparar pessoas para o convívio social pleno. Esta forma de educação acontece e adquire ampla importância no campo das medidas protetivas e socioeducativas instituídas pelo ECA. Trata-se de uma modalidade de atuação educacional que se efetiva, normalmente, em espaços diferentes dos comumente conhecidos como o lar e a escola, pois contempla outros contextos institucionais e comunitários (SINASE, 2006).

No âmbito do ECA a Educação Social se dá em duas vertentes: 1) Educação Social que tem um caráter protetivo, e está relacionada a crianças, jovens e adultos em situações de ameaças ou de transgressões de direitos, por ação ou falha da família, da sociedade ou do Estado ou, ainda por seu próprio comportamento, que provocam risco pessoal e social; 2) Educação Social que tem um caráter socioeducativo, esta modalidade se volta, principalmente, para o trabalho social e educativo, e tem como alvo os adolescentes e jovens

¹⁵ Estrutura Organizacional é a configuração pela qual as atividades desenvolvidas por uma organização são divididas, organizadas e coordenadas. Num aspecto mais amplo contempla a exposição dos aspectos físicos, humanos, financeiros, jurídicos, administrativos e econômicos.

que se encontram em conflito com a Lei, pelo motivo de ter cometido ato infracional¹⁶. Trata-se de uma modalidade educacional destinada ao preparo de adolescentes e jovens para o retorno à convivência social, a agir como pessoas, cidadãos, profissionais e que assim não mais recaiam sobre as práticas de atos infracionais (SINASE, 2006). Neste sentido, considera-se socioeducadores os profissionais de níveis distintos (fundamental, médio e superior) e de várias áreas que atuam no campo da execução de Medidas Socioeducativas atribuídas aos adolescentes a quem se aplique o empreendimento de atos infracionais.

Igualmente como acontece na Educação Profissional, a socioeducação se divide em três níveis: 1) Nível Básico: direcionada para socioeducadores com escolaridade equivalente ao Ensino Fundamental; 2) Nível Médio: direcionada para socioeducadores com escolaridade correspondente ao Ensino Médio; 3) Nível Tecnólogo: direcionada para socioeducadores com formação superior, aspirando à propriedade das tecnologias sociais e educativas solicitadas para o desempenho nesse campo (SINASE, 2006). Em sentido amplo pode-se inferir que quem desenvolve o trabalho nas Unidades Socioeducativas são os profissionais socioeducadores. Feita tais distinções podemos mencionar uma educação social de caráter protetivo e outra de caráter socioeducativo, que é destinada ao preparo de adolescentes para o convívio social.

Como elucidado anteriormente, no Estado de Rondônia, as Unidades Socioeducativas foram construídas a partir das exigências dispostas no ECA e no SINASE. Todavia, entre a implementação das exigências, estava à necessidade de selecionar profissionais e capacitá-los para trabalharem nessas instituições.

Sobre a contratação de socioeducadores a Secretaria de Justiça do Estado de Rondônia, esta até o momento, realizou dois concursos públicos para provimento de vagas do cargo de socioeducador em regime estatutário. O primeiro selecionou 307 profissionais e foi realizado no ano de 2007. O segundo aconteceu no ano de 2010 e selecionou 55 trabalhadores.

No ano de 2012, a SEJUS realizou processo seletivo para contratação temporária de 150 socioeducadores. A exigência para exercer o cargo foi do ensino médio completo, com o salário de R\$ 962, 57 mais benefícios cabíveis para a jornada semanal de 40 horas. A seleção compreendeu apenas a avaliação de títulos. Os candidatos foram admitidos em caráter emergencial e temporário pelo prazo de um ano, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período. Após a admissão foi oferecida uma semana de treinamento, sendo ministradas

¹⁶ Considera-se ato infracional a conduta do adolescente, que corresponde a crimes e contravenções, se cometidos por adultos (BRASIL, 1990).

noções sobre o SINASE, Recursos Humanos e ECA. O curso foi interrompido depois de deflagrada a greve pela categoria.

Precedente a esses concursos, os profissionais que trabalhavam nos Centros de internação, eram selecionados por análise de currículos, cedidos pelos municípios e/ou outras secretarias. Porquanto, nesse período ainda não havia cursos de formação para o exercício da profissão. Até o ano de 2012, ainda existiam servidores sem capacitação para a função atuando nas Unidades Socioeducativas de Rondônia. Porém, com a intervenção constante do Ministério Público nessas entidades, esses profissionais têm sido reconduzidos aos cargos de origem.

O processo de seleção dos socioeducadores constituiu-se nas seguintes etapas: a) Provas de conhecimentos gerais ou específicos, de caráter classificatório e eliminatório; b) Teste de aptidão física, de caráter eliminatório; c) Avaliação psicológica, de caráter eliminatório; d) Curso de formação básica, de caráter eliminatório; e) Investigação social, de caráter eliminatório.

O *Relatório das Unidades de Internação do Estado de Rondônia* (2010) registra que a SEJUS investiu mais em mecanismos de coerção, repressão e violência o que se sobrepôs à proposta socioeducativa recomendada nas Normativas Nacionais e Internacionais. Nessa época, o único progresso identificado foi o concurso para seleção de socioeducadores, o que em grande parte, diminuiu do seu quadro os agentes penitenciários, que trabalhavam como socioeducadores. Porém a contratação de técnicos ainda não é uma das prioridades da SEJUS. Em 2010 foi realizado concurso para psicólogos, porém não houve aprovação. No momento foi publicado edital para realização de concurso de 13 (treze) psicólogos. Diante do que, conservam-se contratações por meio de portarias, circunstâncias que causam rotatividade de profissionais nas unidades, prejudicando a condução dos trabalhos (CONEDCA/RO, 2010).

No ano de 2014, a SEJUS publicou o edital 098/GDRH/SEARH/RO, de 13 de junho de 2014 para realização de concurso público e contratação de cinquenta socioeducadores e treze psicólogos. Ressalta-se que, apesar dos concursos e seleções realizados até o momento, Rondônia possui junto aos Estados do Rio de Janeiro, Ceará e Paraná, o quadro de pessoal mais reduzido (BRASIL, 2010).

Conjectura-se que os concursos e os processos seletivos realizados no Estado de Rondônia, para contratação de socioeducadores, evidenciam o aumento da demanda de profissionais para trabalhar no sistema socioeducativo. Fato este também foi motivo das greves realizadas nos anos de (2012-2013), deflagradas pelos socioeducadores e agentes

penitenciários por meio do Sindicato dos Agentes Penitenciários e Socioeducadores - SINGEPERON¹⁷, que entre as reivindicações, exigia-se a contratação de novos servidores.

¹⁷O SINGEPERON foi fundado em 22 de março de 1990 quando passou de associação para o registro de Sindicato, é organizado para fins de representação legal de todas as categorias e servidores de carreira vinculados à Secretaria que administra o Sistema Penitenciário do Estado de Rondônia, composto pelas categorias profissionais de Agentes Penitenciários, Sócio – Educadores, Técnicos Penitenciários, Agentes Administrativos.

3TRABALHO PRESCRITO: DILEMAS E DESAFIOS DA PROFISSÃO DO SOCIOEDUCADOR

Esta seção apresentará o trabalho prescrito na legislação vigente e os parâmetros relacionados ao modelo e métodos que dão suporte a atuação do socioeducador. O conteúdo aqui exposto tem a finalidade expor a atividade prescrita relacionando-a com a atividade real¹⁸ dos socioeducadores. Objetiva ainda, debater como as características subjetivas da profissão interferem na constituição da identidade no trabalho do socioeducador. Por último, visa relacionar as condições organizacionais de trabalho aos estados mobilizadores de prazer e sofrimento no trabalho.

O conceito de atividade prescrita se refere às definições impostas indicando a forma com que o trabalho deve ser realizado. Relaciona-se ao que é esperado no âmbito de um processo de trabalho específico. De um lado, a atividade prescrita é vinculada a regras e aos fins definidos pela organização do trabalho e, de outro, às condições oferecidas para sua execução. De forma concisa, pode-se proferir que a prescrição da atividade sugere aquilo que se deve fazer em um determinado processo de trabalho (DEJOURS, 2012a). Nesse sentido, Lancman e Sznclwar, (2008, p. 67) definem trabalho como “[...] a atividade manifestada por homens e mulheres para realizar o que ainda não está prescrito pela organização do trabalho”.

Dejours (1992) afirma que a organização e as condições do trabalho podem gerar sofrimento no trabalhador. A primeira relaciona-se: à divisão do trabalho, ao conteúdo da tarefa, as relações de poder, as relações de hierarquia e entre os pares. A segunda refere-se às condições de trabalho: a) ambiente físico (temperatura, pressão, barulho etc.; b) ambiente químico (vapores, gases tóxicos, poeiras, fumaças etc.; c) aspecto biológico (vírus, bactérias, parasitas, fungos etc.); se refere ainda as condições de higiene e segurança.

Com base nos conceitos da Psicodinâmica do Trabalho¹⁹ será apresentado na

¹⁸Dejours (2012a, p. 39) descreve o real como aquilo que se deixa conhecer por quem trabalha por sua resistência ao saber-fazer, aos procedimentos, as prescrições, aquilo que se revela, geralmente, como forma de resistência à habilidade técnica, ao conhecimento.

¹⁹A psicodinâmica do trabalho “é uma disciplina clínica que se apoia na descrição e no conhecimento das relações entre trabalho e saúde mental; (...), é uma disciplina teórica que se esforça para inscrever os resultados da investigação clínica da relação com o trabalho numa teoria do sujeito que engloba, ao mesmo tempo, a psicanálise e a teoria social” (DEJOURS, 2004, p. 28). Seu ponto fundamental é a relação que se dá entre o sujeito e a organização do trabalho, a qual pode causar o sofrimento mental; já a liberdade do trabalhador é condição necessária ao seu equilíbrio psicossomático. Portanto, a Psicodinâmica do Trabalho se desenvolve penetrando no campo da vivência subjetiva, do sofrimento e do prazer no trabalho. Por privilegiar a apreciação das vivências subjetivas, o individualismo acaba perdendo o poder socialmente estabelecido. A pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho permite aos sujeitos progredirem em suas interpretações da organização do trabalho. É por meio dessa elaboração que se dá uma análise mais precisa das condições de trabalho e consequentemente possibilita viabilizar sugestões de ações apropriadas com vistas a transformar a organização do trabalho

sequência (quadro 2) uma breve exposição da organização da prática socioeducativa bem como das ações que caracterizam o trabalho prescrito do socioeducador.

Quadro 2- Descrição das atividades básicas do socioeducador Estado de Rondônia

ATIVIDADES SOCIOEDUCATIVAS	ATIVIDADES DE SEGURANÇA
Executar as atividades socioeducativas de acordo com o especificado pela instituição.	Preservar a integridade física e psicológica do adolescente, dos funcionários, quanto às atividades pedagógicas.
Participar em reuniões, encontros, comissões e debates conforme especificação no programa/projeto ou determinação por instâncias superiores.	Auxiliar no acompanhamento e fiscalização para garantir aplicação dos preceitos contidos no ECA e SINASE.
Participar em atividades ocupacionais, recreativas e sociais.	Zelar pelo patrimônio da instituição e pela qualidade do ambiente de trabalho.
Participar no atendimento e na integração do adolescente em conflito com a lei, em cumprimento da medida socioeducativa, junto à família e a sociedade.	Fiscalizar cumprimento das atividades socioeducativas pelos adolescentes.
Participar na construção do projeto de vida do adolescente, executando proposta pedagógica definida pela instituição de forma a permitir redimensionar hábitos, valores com a perspectiva de formação para o exercício da cidadania.	Observar, advertir e orientar os adolescentes, tendo em vista a aplicação das regras de disciplina adotadas pela instituição como meio para a realização da ação socioeducativa.
	Zelar pela atuação dos órgãos e servidores da área de segurança, criando mecanismo eficiente de repreensão à adoção de medidas arbitrárias, ilegais ou violentas.
	Orientar servidores para atuar em situação-limite.
Auxiliar no acompanhamento sistemático registrando dados observados a partir de encontros individuais e ou em grupos durante o atendimento socioeducativo.	Implantar e implementar o plano operacional de segurança interna e externa das unidades de atendimento, definindo-se, entre outros: a) Estratégia de intervenção preventiva; b) Técnicas de contenção; c) Táticas de negociação, gerenciamento de crises e atuação em situação-limite; d) Procedimento para a intervenção dos Grupos de Apoio, da Polícia Militar e outros órgãos de segurança, que colaboram com a Unidade. e) Procedimento para o transporte de adolescente para apresentação externa, sem escolta armada, de acordo com as normas em vigor; f) Procedimento para a revista de familiares e visitantes; g) Procedimento para revista do alojamento, de alimentos, bens de consumo, correspondências e demais pertences; h) Procedimento para revista do adolescente; i) Padronização dos alimentos, bens de consumo com entrada permitida na unidade de atendimento, de acordo com o programa de nutrição.
Manter a vigilância para assegurar a proteção pessoal dos adolescentes e servidores da Unidade.	
Comunicar aos superiores informações relevantes sobre o acompanhamento dos adolescentes. Incentivar os adolescentes a cumprir com os horários e as atividades pedagógicas propostas.	

Fonte: Regimento Interno das Unidades Socioeducativas (RONDÔNIA, 2013a, p. 18).

No que concerne à implementação das diretrizes a serem cumpridas pelos Centros de Internação, o SINASE (2006), estabelece que a relação numérica dos socioeducadores que uma Unidade Socioeducativa necessita deverá considerar a dinâmica institucional bem como

os diferentes eventos internos e externos, ou seja, para cada cinco adolescentes, deve-se ter um socioeducador, esse número pode variar dependendo das necessidades pedagógicas dos socioeducandos (SINASE, 2006).

Nas situações de custódia hospitalar e quando houver comprometimento da ordem emocional ou mental associados ao risco de suicídio, é necessário que assegure vigília constante, com um socioeducador para cada adolescente internado, e quando a situação do trabalho envolver risco de fuga e agressão, será necessário dois socioeducadores para cada adolescente internado. A relação educativa implica no estabelecimento de vínculo. Logo, é imprescindível que o profissional tenha tempo para prestar atenção no adolescente e que ele tenha um grupo reduzido destes sob sua responsabilidade (SINASE, 2006).

O socioeducador é o profissional que colabora para a avaliação do cumprimento da Medida Socioeducativa, sendo assim, esse trabalhador “[...] é responsável pela contenção, revistas pessoais e nos alojamentos, acompanhamento dos adolescentes nas atividades diárias, tanto tarefas relativas à preservação da integridade física e psicológica dos adolescentes e dos funcionários quanto às atividades pedagógicas” (RONDÔNIA, s. d., p. 7).

Apesar de alguns dos procedimentos acima descritos serem adotados apenas em caso de situações limites como briga, quebradeiras, motins, invasões, incêndios, agressões entre outras ocorrências, a descrição anterior evidencia que as atividades de segurança parecem sobressair-se às socioeducativas. Dessa forma, pressupõe-se que, se existe a prescrição de tantos procedimentos que requerem segurança, é porque provavelmente deve haver uma realidade necessidade/demanda que requer tais intervenções, mesmo na acepção de proteção do coletivo.

Do ponto de vista educacional, a ação socioeducativa possui alguns métodos, por meio dos quais o socioeducador deverá ser capaz de realizar suas tarefas, são eles: a) Presença educativa que se trata de uma atitude fundamental perante o educando assinalada pela busca deliberada e constante da abertura, da reciprocidade e do compromisso no relacionamento; b) Relação de Ajuda que consiste numa forma metódica de acolhimento; c) Educação para valores os quais devem ser vividos, identificados e incorporados pelo educando por meio do exemplo constante; d) Protagonismo juvenil, este prepara o jovem para o convívio social construtivo, criativo e solidário (BRASIL, 2006b).

As ações socioeducativas devem conformar-se em atos de exercício de cidadania. Portanto, nos ambientes de socioeducação está a chance de instituir-se *locus* onde o adolescente tenha a oportunidade de edificar o seu modo de ser e expressar-se. A partir deste ponto de vista, a socioeducação, apreendida como o método de formação humana integral,

age sobre os meios para a representação da vida. Nesse sentido, a socioeducação, articulada a partir dos eixos do desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, poderá estabelecer-se facilitando a prática da cidadania integral, devendo oferecer aos adolescentes diversas possibilidades em constituírem-se sujeitos de direitos e portadores genuínos da proteção integral.

O SINASE especifica que os socioeducadores devem atuar orientados e fundamentados por práticas pedagógicas descritas nas 12 diretrizes abaixo:

- 1) Prevalência da ação socioeducativa sobre os aspectos meramente sancionatórios;
- 2) Projeto pedagógico como ordenador de ação e gestão do atendimento socioeducativo, nele deve conter o Regimento Interno da instituição e o Plano Individual do Adolescente (PIA), que trata-se de um plano compartilhado e criado pelos profissionais da equipe, junto aos adolescentes e familiares, onde as atividades a serem desenvolvidas devem ser planejadas mensal, semestral e anual, respeitando a individualidade do adolescente;
- 3) Participação dos adolescentes na construção, no monitoramento e na avaliação das ações socioeducativas;
- 4) Respeito à singularidade do adolescente, presença educativa e exemplaridade como condições necessárias na ação socioeducativa;
- 5) Exigência e compreensão, enquanto elementos primordiais de reconhecimento e respeito ao adolescente durante o atendimento socioeducativo;
- 6) Diretividade no processo socioeducativo;
- 7) Disciplina como meio para a realização da ação socioeducativa: no processo educativo esta diretriz tem por objetivo resguardar a integridade física e psicológica do adolescente, e ainda, ampliar valores morais tais como: responsabilidade e respeito; capacidade de autodomínio, desenvolvimento pessoal e social;
- 8) Dinâmica institucional garantindo a horizontalidade na socialização das informações e dos saberes em equipe multiprofissional;
- 9) Organização espacial e funcional das Unidades de atendimento socioeducativo que garantam possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para o adolescente;
- 10) Diversidade étnico-racial, de gênero e de orientação sexual norteadora da prática pedagógica;
- 11) Família e comunidade participando ativamente da experiência socioeducativa;
- 12) Formação continuada dos atores sociais. Além das etapas previstas na contratação de socioeducadores. (SINASE, 2006, p. 47).

A maioria destas diretrizes são bem claras quanto aos seus objetivos, todavia algumas delas despertam um interesse maior neste estudo. Observa-se que a educação mais uma vez aparece como premissa, mesmo diante das ações que exigem práticas de segurança/contenção, recomenda-se a sua prevalência. Outra questão refere-se à Diretividade, a qual defende que exercer autoridade é diferente de exercer autoritarismo, desta forma, os socioeducadores são os responsáveis pelo direcionamento e manutenção de ações harmônicas garantindo a participação dos adolescentes e instigando o diálogo constante.

Há ainda o destaque para a formação contínua, ou seja, os funcionários do sistema socioeducativo necessitam ser recapitados para desempenharem suas atividades com eficácia. Tanto que em outros pontos, o documento refere-se à importância da implantação de um plano de carreira para que os servidores tenham a chance de crescimento no desempenho de suas funções.

A atuação²⁰ dos socioeducadores é ajustada, principalmente, pela experiência adquirida na academia, quando se realiza um treinamento teórico e prático por um período de quarenta e cinco e/ou sessenta dias, visando capacitá-los para atuar junto à ressocialização do adolescente em conflito com a Lei. As disciplinas ministradas durante o curso de formação foram: Adolescência; Conselhos e Entidades de Proteção à Criança e ao Adolescente; ECA/ Sistema de Justiça Juvenil; Fases da Ação Socioeducativa; Protocolo de Segurança em Unidades de Internação; Estudo de Caso; Gerenciamento de Crise; Incompletude Institucional e Trabalho Articulado em Rede; Regimento Interno dos Centros Socioeducativos; Diretrizes da Ação Socioeducativa - Manual do Socioeducador; Dinâmica Funcional em Unidades de Internação; Normas e Procedimentos de Rotina em Unidade de Internação; Caracterização do Adolescente em Conflito com a Lei; Internação Provisória e Internação; Plano Individual do Adolescente (PPA); Trajetória Jurídica - Processual.

Concomitantemente à finalidade da apropriação do conhecimento ministrado durante o treinamento explanaram-se os objetivos da Medida Socioeducativa bem como do resultado final do trabalho do socioeducador, os quais sustentam os ideais visionários dos SINASE, que entre outros objetivos, aspiram educar e preparar o adolescente que praticou ato infracional para voltar a conviver em sociedade (SINASE, 2006; BRASIL, 2006b).

Além dessas finalidades, o Regimento Interno das Unidades Socioeducativas do Estado de Rondônia e o SINASE colocam como sendo um dos deveres do socioeducador, o comprometimento com o processo socioeducativo do adolescente, possibilitando que o desempenho de sua atuação profissional sirva como um modelo positivo no qual o socioeducando possa se espelhar (SINASE, 2006; RONDÔNIA, 2013a).

[...] o socioeducador representa, concretamente, a referência padrão aos adolescentes e suas atitudes e as ações precisam do contraponto do mundo até então conhecido como única realidade por estes jovens. Nessa troca constante de orientações, observações e diálogos (falas e escutas) é que o vínculo qualificado para a transformação se estabelece. O ambiente continente, proposto, tem na Equipe de Socioeducadores, seu principal agente. É sua competência executar, supervisionar e orientar junto aos adolescentes, todas as atividades previstas nas rotinas diárias (RONDÔNIA, 2002, p. 44).

A função do socioeducador destaca-se como sendo o agente principal e transformador do ambiente socioeducativo, suas atitudes devem pautar-se no papel

²⁰ No ano de 2010, momento em que fora concordada a construção da Unidade referência na cidade de Ji-Paraná também foi realizado um encontro na Unir com a participação de vários atores, onde foi ajustada a questão do envolvimento da universidade na criação de um curso de capacitação continuada para socioeducadores, bem como a promoção de produção acadêmica pertinente ao tema dos conflitos educacionais e sociais procedentes da problemática das infrações cometidas por adolescentes. Entretanto, não se obteve mais notícias referente ao assunto.

pedagógico/educativo e na possibilidade de ressocialização. Sendo que é nas 24 horas do seu dia a dia que o espírito da proposta de atendimento deve manifestar-se.

O *Manual de Orientações Para o Programa de Atendimento ao Adolescente Privado de Liberdade* assinala que o exemplo comportamental deve fazer parte do perfil do profissional que trabalha com o adolescente em conflito com a Lei:

Destaca-se, então, que o socioeducador precisa exercer uma presença educativa, favorecendo a mudança de comportamento, através do próprio exemplo, vivenciando uma relação de ajuda com os adolescentes, independente do que eles tenham feito ou do que aparentam ser. [...] Aquele que se propõe a exercer a tarefa de socioeducador precisa ter disposição interior para aceitar o que é deixado à margem da sociedade, aceitar não o que foi feito (ato infracional), mas o que é (adolescente- ser humano, pessoa em desenvolvimento) (RONDÔNIA s. d., p. 8).

Ao tratar do ambiente institucional, o *Programa de Execução das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade do Estado de Rondônia* - PEMSE assinala a importância do aspecto de segurança como sendo uma variável que deve estar presente no cotidiano do trabalho. A efetivação do programa pedagógico-terapêutico abrange situações de risco pelo caráter da execução da Medida (RONDÔNIA, 2002).

Observa-se que dentre os métodos contemplados na ação socioeducativa, evidencia-se apreensões que se relacionam ao socioeducando partindo da concepção adolescência²¹, tendo em vista que esta é uma das etapas do desenvolvimento humano qualificada por alterações físicas, psíquicas e sociais, sendo que as duas últimas recebem interpretações e aceções diversas ficando sujeitas à época e à cultura na qual estão inseridas (ARIES, 1981).

Na socioeducação, o socioeducador será o próprio processo de trabalho (BRASÍLIA, 2006a). Neste sentido, almeja-se que esse profissional considere e creia em si próprio, sempre levando em consideração a sua dimensão transformadora. Por outro lado, esse mesmo ator não pode esquecer a essência delitiva que é inerente à conduta do adolescente em conflito com a Lei, e que se faz presente no real da atividade, embora a ação socioeducativa acolha as dimensões pedagógicas prescritas, os profissionais dessa categoria precisam ter consciência constante sobre os cuidados imprescindíveis para garantir a segurança do coletivo (RONDÔNIA, 2002).

Em suma, a função social do trabalho realizado pelo socioeducador nas Unidades de internação demonstra sobressair-se como elemento relevante do que se espera da educação social. As ações desse profissional evidenciam a emersão da experiência vivida, dos sentidos

²¹ Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), adolescente é o indivíduo que se encontra entre os dez e vinte anos de idade. No Brasil, o ECA institui outra faixa etária: dos doze aos dezoito anos.

expressos, das lógicas diversificadas e trajetórias idiossincráticas, todas elas entrelaçadas pelas relações que permeiam o processo da tarefa socioeducativa.

3.1 Identidade e trabalho do socioeducador: uma articulação indispensável

Diante das diversas transformações, especialmente daquelas decorrentes do progresso instrumental jurídico, o papel social do socioeducador vem sendo redefinido, fato que requer introjeção à dupla função que lhe é exigida. Em decorrência de tais exigências faz-se necessário compreender como se dá o processo de constituição da identidade em relação ao trabalho.

De acordo com Jacques (1998) o termo identidade indica uma noção de constância e se rebate a processualidade e ao caráter de constituição imutável que lhes são próprios, ao mesmo tempo, o termo se refere o semelhante e o diferente, o imutável e o mutante, o pessoal e o coletivo. A disposição contemporânea é de concebê-la como uma sinopse lógica, e ontológica e permitir às relações sociais a função de destaque na sua composição. Da mesma forma que a identidade, ao trabalho, lhe é atribuído uma associação controvertida, relacionada a sofrimento e a transformação da natureza, por meio da atividade humana (ALBORNOZ, 2006).

A identidade pode ser concebida tanto como determinada quanto determinante concomitantemente, uma vez que, a partir de sua inserção, o indivíduo, pode ter ou não um papel ativo na sua constituição, transformação e apropriação. Ao se tratar do espaço humano, no qual se inscreve o indivíduo, deve-se levar em consideração a singularidade que o distingue. Portanto, é importante que se apreenda esse humano, inscrito numa conjuntura sócio histórico que exacerba a ação do trabalho e lhe conferir um significado positivo, facultando-lhe valor ímpar na vida e o instituir como um representante do eu. Em outros termos, esse enunciado poderia resumir-se em: diga-me o que fazes e eu direi quem tu és (JACQUES, 1998).

Estudos apontam que o trabalho é fundamental na vida do indivíduo, pois engaja toda a subjetividade do trabalhador (JACQUES, 1998; DEJOURS, 2012a). Segundo Dejours (2007) e Dejours (2012b), o trabalho tem sido o ponto fundamental nos processos relacionados à identidade, à saúde, a auto-realização, à constituição das relações pessoais, à evolução do homem, ao convívio social e à cultura. No que diz respeito à subjetividade e sua relação com o trabalho, Dejours (2012a, p. 34) enfatiza que:

O trabalho é sempre uma provação para a subjetividade, da qual esta sempre sai ampliada, engrandecida ou, ao contrário, reduzida, mortificada. Trabalhar constitui, para a subjetividade, uma provação que a transforma. Trabalhar não é apenas produzir, mas ainda transforma-se a si próprio e, no melhor dos casos, é uma ocasião oferecida à subjetividade de provar-se a si mesma, de realizar-se.

Parece-nos que diante da ampliação e engrandecimento da subjetividade, o trabalho é concebido como promotor da saúde. Entretanto, caso esse seja reduzido ou mortificado o resultado dessa transformação, o mesmo pode levar ao desequilíbrio psíquico. É neste sentido que se conclui que o trabalho não é neutro para o indivíduo, uma vez que, também conduz a um processo de variação e pode desencadear tanto a saúde quanto o adoecimento.

Trazendo a temática identidade para o mundo contemporâneo e seus efeitos na vida moderna, ao qual estamos submetidos, Sennett (2002) aponta que o novo capitalismo afeta o caráter pessoal dos indivíduos, sobretudo porque não proporciona condições para edificação de uma narrativa linear de vida, amparada na experiência. Tais fatores podem suscitar situações de ansiedade nas pessoas, que não conhecem os riscos a que estão expostas e a que lugar irão aproximar-se com esta nova configuração do trabalho, ficando assim em teste o próprio senso de caráter²² pessoal.

Avocamos o sentido de novo capitalismo a partir da concepção de Giddens (2002), que o concebe como modernidade, podendo ser entendida como equivalente ao mundo industrializado, não referindo apenas à dimensão institucional, mas também às relações sociais. O autor chama atenção para as tribulações do eu, tendo em vista que viver numa cultura secular do risco é inquietante, na qual o indivíduo passa a ter perturbações de segurança, e ansiedade. Portanto, ninguém pode eximir-se das alterações incitadas pela modernidade, esta transforma radicalmente a natureza da vida social cotidiana e afeta os aspectos mais pessoais de nossa existência.

A fragmentação, e os novos formatos de tempo e espaço, característicos dos contextos societários hodiernos, no mundo laboral, exclusivamente, se materializam nos processos indenitários dos trabalhadores quando estes vivenciam momentos de transição e/ou interrupção em seu papel profissional (SENNETT, 2002). Tais fatores levam-nos a inferir que o contexto laboral pode contribuir para a fragmentação e transformação dos sujeitos e, consequentemente, tende a avigorar a fragilidade e a condição transitória e efêmera da identidade como aponta Bauman (2005), que projeta sujeito num mundo em que tudo é superficial, onde a angústia, a dor e a insegurança ocasionadas pela vida em sociedade

²² Para Sennett (2002, p. 10) caráter é “[...] o valor ético que atribuímos aos nossos próprios desejos e às nossas relações com os outros... são os traços pessoais a que damos valor em nós mesmos, e pelos quais buscamos que os outros nos valorizem”.

demandam um diagnóstico resignado e sucessivo da realidade e do modo como os indivíduos são inseridos na modernidade líquida. Ressalva-se que estas rupturas nas trajetórias da identidade, ao longo da vida, podem ser resignificadas através de novos processos de identificação e transformação.

Retomemos a concepção de identidade apreciando as contribuições da análise institucional relativas à produção da subjetividade no contexto institucional a partir das concepções de Goffmann (1974), que ao mencionar os efeitos das instituições fechadas²³ nas relações sociais, conclui que esses modelos institucionais despersonalizam o ser humano, o desprogramando em sua individualidade. O autor denomina de mortificação do eu, o artifício pelo qual a instituição total, por meio da disciplina, transforma o modo do sujeito compreender aos demais. Desta forma, todos os atores sociais que interagem dentro da instituição podem vivenciar conflitos e levar a despersonalização das suas características singulares.

Considerando que as Unidades de Internação emolduram-se no quadro instituições fechadas, pelo caráter da internação que as permeiam, e também porque não permitem o contanto social aberto infere-se que as relações e as interações presentes em seu contexto podem ser afetadas pelas conjecturas anteriormente expostas, prioritariamente voltadas pela influência dos aspectos humanos não apenas na organização do trabalho, mas também nas experiências e comportamentos.

Neste sentido Campos (2005, p. 117) aprecia o socioeducador a partir do que se espera da influência do socioeducador no tratamento com o adolescente:

Considerando que o socioeducador é o profissional que mantém o mais próximo e o mais frequente relacionamento com os adolescentes acautelados por determinação judicial, pode-se acreditar que ele seja o elemento que exerce maior influência sobre os internos. É isso que de fato ocorre: o agente de disciplina determina muitos comportamentos no âmbito interno das instituições, os quais podem vir a ser extensivos à vida em liberdade. [...] Visa incentivar o adolescente ao trabalho, aos estudos, ao lazer saudável, enfim ao convívio em sociedade. No entanto a influência indireta, a mais verificada nas instituições, a do comportamento do próprio agente, do seu exemplo pessoal, nem sempre é orientada por princípios idôneos, próprios de um educador.

A identidade do profissional socioeducador deve caracterizar-se, principalmente, sob duas importantes áreas, a socioeducação e a segurança. Dessa forma, infere-se que se o

²³ São também denominadas de Instituições Totais e caracterizam-se como aquelas que controlam ou buscam controlar a vida dos indivíduos a elas submetidos. Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico. Estas instituições serviram de base para o aparecimento de outras, tais como colégios internos, orfanatos ou reformatórios para menores infratores, trazendo o mesmo discurso de socialização dos indivíduos (GOFFMAN, 1974).

socioeducador atua entre dois papéis, visto que “É no espaço entre esse prescrito e esse real que pode ocorrer ou não a sublimação²⁴ e a constituição da identidade no trabalho” (MERLO, 2007, p. 133).

Todo profissional que tenha suas funções orientadas a acompanhar adolescentes que cumpram medida de privação de liberdade, precisa ter características psicológicas²⁵ para a execução de seu trabalho, por isso deve ser educador. Por meio de atitudes, intenções, sentimentos, obras e exemplos, o socioeducador deve exercer uma influência positiva na ação educativa dos socioeducandos. Deve ainda partilhar com o educando momentos e situações de angústias, anseios, frustrações, quietude, oscilação, encontros e desencontros (BRASIL, 2006b).

De acordo com Campos (2005) até mesmo o comportamento dos adolescentes acabam sendo característicos das instituições destinadas aos adultos. Talvez essa analogia se dê em razão da estrutura organizacional e física das Unidades de internação, que pouco se diferenciam dos presídios como corroboram os estudos Brasil (2006a; 2012), e Brasil (2006b). Tais similaridades podem, por consequência, influenciar a vivência e o trabalho dos socioeducadores.

Há consenso entre os estudiosos do assunto, da existência da necessidade imediata de se refletir a especificidade da carreira do socioeducador, de modo que sejam apreciados os aspectos educativos em detrimento dos punitivos a partir de sua formação. Nesse lapso de imprecisão de papéis, é de se antever que a ansiedade seja protagonista entre os profissionais da comunidade socioeducativa (ZAMORA, 2005).

A partir das duas vertentes (socioeducação/contenção) levanta-se uma discussão sobre o perfil do trabalhador que atua nas Unidades de internação, uma vez que as evidências demonstram a impossibilidade desse profissional conservar uma identidade constantemente educativa, fator que consequentemente afeta negativamente a formação/transformação da identidade de outrem, como se espera de sua influência no relacionamento com os internos.

²⁴ A sublimação para a psicodinâmica do trabalho desempenha um papel de destaque na construção da identidade. Sublimar não é apenas mobilizar a nossa subjetividade; é ainda – independentemente de nossa vontade – engajar-nos na ação para o reconhecimento social de nosso trabalho por nossos pares e pela sociedade (LACMAN; SZNELWAR, 2011).

²⁵ Sobre esta questão, faz-se necessário explicitar o ponto de vista de Sato (2003). Para a autora as pessoas reagem de distintas formas frente as pressões no ambiente de trabalho em razão de que as diferenças pessoais não se dão apenas no plano psicológico, mas ainda no plano físico. Portanto, caso o trabalhador não consiga realizar o seu trabalho conforme o esperado, caso busque meios pessoais para adaptação e se de alguma forma sofra ou adoça em razão das falhas nas formas de enfrentamento o entendimento comum sobre o que é psicológico vem à tona, destacando-se como forma de fraqueza pessoal, fingimento, fatores que contribuem sobressair as concepções individualizantes, o que de forma negativamente exime da análise o contexto e a organização do trabalho.

Neste aspecto, a situação vai ao encontro do que coloca Lancman e Sznclwar (2008), pois afirmam que as defesas e o trabalho intervêm na dinâmica das relações sociais.

Ao referirem-se às questões pertinentes ao relacionamento nos Centros Socioeducativos Moraes e Lima (2007, p. 1) apontam que “A problemática se avulta quando se vêem às voltas com problemas de conduta no tratamento destes com os adolescentes, especialmente quando são abertas sindicâncias sobre problemas surgidos nos centros”.

Esta alusão traz à discussão, não apenas aquilo que se cobra em relação ao perfil e as exigências do profissional que trabalha no interior das instituições socioeducativas, mas também as condições de trabalho do socioeducador, uma vez que está exposto ao risco de vida (insegurança), à insalubridade, ao desgaste emocional e a despersonalização. Saliba, (2006b, p. 103) aponta que “É possível verificar, nos processos dos adolescentes infratores, como se efetiva pelo Poder Judiciário brasileiro a estratégia de vigilância e normalização, camuflados pelo propósito educativo”. Neste segmento os profissionais que trabalham com adolescentes em conflito com a Lei se transformam em guardiões e vigilantes sem interrupção, ou seja, não se desligam do trabalho. Todavia, mesmo parecendo uma ideia disfarçadamente formosa e bem recebida pela sociedade, o que se espera da função socioeducativa contemporânea dissimula a verdadeira tática do sistema, que é vigiar e regularizar os comportamentos.

Para Seligmann - Silva (2009) o trabalho causa impactos nos níveis operacionais de uma organização, que repercutem fortemente na sua dinâmica intersubjetiva. A questão é que os processos psicossociais intervêm diretamente na emancipação do indivíduo. Sobre esta temática, Campos (2005) entende que, como em qualquer categoria profissional, os trabalhadores podem ser identificados por grupos distintos, dessa forma, classificou os agentes de segurança (socioeducadores) em três categorias:

1) Linha Dura: Grupo formado pelos que protegem a aplicação de medidas rígidas, aos adolescentes que infringem as regras internas das unidades de atendimento; creem que o ECA seja uma legislação fundamentada em conceitos inadequados à realidade brasileira; acreditam que os adolescentes sejam irrecuperáveis; são adeptos à aplicação de Medidas Socioeducativas severas e protegem a redução da maioria penal.

2) Linha Educativa: Acreditam na ressocialização; enxergam as atividades religiosas, esportivas entre outras decisivas no processo de reeducação. São menosprezados e criticados pelos agentes classificados como Linha Dura, estes, às vezes, empregam termos pejorativos como “mamãezada” com o intuito de inibir, ridicularizar as atitudes de dedicação dos que são classificados nesta linha.

3) Indiferentes: São visivelmente desinteressados pelas implicações da ação socioeducativa; declaram que trabalham com o propósito único de prover seu sustento. Não apresentam interesse pela evolução profissional. A maioria é favorável à aplicação de castigos físicos, entretanto apenas nos casos imprescindíveis. Uma suposta neutralidade serve como fachada para demonstrarem uma imagem de bom relacionamento.

Outra questão eminentemente importante, traçada no estudo de Campos (2005), se refere ao fato de que é o perfil dos responsáveis pela entidade de atendimento que determina o modo de agir dos funcionários em geral, em outros termos, a forma com que os adolescentes acautelados são tratados, está sujeita a idiossincrasia dos gestores e diretores.

Por outro lado, nem todo agente que tem comportamentos rudes no trato com os internos, classifica-se na categoria de Linha Dura, ou é realmente o que demonstra ser. Em algumas situações, a imagem de durão serve para esconder um indivíduo humano e solidário, capaz de ajudar e se indignar diante das injustiças. Esse disfarce ocorreria pela necessidade do indivíduo ser aceito e para não desagradar o grupo devido a certas forças coercitivas. Quanto àqueles funcionários que muitas vezes demonstravam serem extremamente arrogantes, com sentimentos de nojo aos adolescentes infratores, ao lidarem com os internos e com as situações de conflitos, exprimiam atitudes de submissão sem reagir às humilhações (CAMPOS, 2005). Entende-se que em tais comportamentos podem estar ocultas algumas estratégias de defesa que os profissionais classificados nessa categoria utilizam para se adaptarem às pressões de trabalho com o objetivo de conjurar o sofrimento.

3.2 Os conflitos entre o prescrito e o real na atividade do socioeducador

A atividade real é a forma como o indivíduo executa o que foi prescrito, ou seja, cada profissional interpreta e cria um modo de realizar o seu trabalho, que nem sempre é feito conforme o determinado. A ação representa então, o real efetivamente realizado pelo indivíduo, o modo como o trabalhador consegue realizar o que foi prescrito (MERLO, 2007).

Na realidade, independente das “[...] qualidades da organização do trabalho e a organização real do trabalho, e da concepção, é impossível nas situações comum de trabalho, cumprir com os objetivos da tarefa respeitando escrupulosamente as prescrições, as instruções e os procedimentos” (DEJOURS, 2006, p. 30).

Tal impossibilidade é definida por Dejours (2012a, p. 38) como um lugar vago, portanto, “A lacuna entre o prescrito e o que é efetivo nunca é definitivamente preenchida”. Para o autor, é bem nessa lacuna que se dá a ação, o trabalho, em que o sujeito acrescenta algo

que é sua criação para alcançar os objetivos que lhe são acreditados. Ademais, é o que ele deve oferecer de si mesmo para fazer funcionar aquilo que lhe foi designado a executar.

No estudo de Herculano e Gonçalves (2011), realizado no Estado do Paraná, enfatizam-se os desafios e contradições inerentes à função do socioeducador. Essa abrange duas linhas de ação: a de socioeducar e a de vigiar. Os autores chegaram à conclusão de que há divergências entre as equipes de plantão. A dificuldade de não perceber qual o caráter da atividade que está desempenhando em determinado momento pode causar conflitos e falta de equilíbrio e, além disso, danificar a qualidade de sua atividade. Há também o risco do profissional, por alternar os papéis exercidos, não se adaptar com parte do trabalho que lhe é atribuído e optar por apenas um deles (educar e vigiar).

Nesta perspectiva, compreende-se que a atividade do socioeducador situa-se entre dois campos essenciais. De um lado, se encontra o atendimento socioeducativo, fundamentado em normas que se fomentam ideias educacionais e visam a ressocialização, e de outro, a atividade real defronta-se com as condições de trabalho atuais (imposições de horário, ritmo, adaptação aos conflitos, tomada de decisão, contenção, educação, exemplo como forma de educar etc.), as quais devem estar à altura da organização do trabalho.

Transformações na legislação, nas políticas públicas e na reestruturação das instituições são alguns dos aspectos relevantes dessa tendência história à punição. A questão é que a materialidade do trabalho do socioeducador se efetiva dentro de um espaço disciplinar, onde a prioridade educacional corre o risco de ser superada pelas ações de controle e monitoramento. Em certa medida, na cultura da obediência, ainda se depara com fragmentos da cultura do castigo herdados do passado, e que ainda se encontram em iminência, o que pode ser contemplado nas expectativas sociais voltadas à punição²⁶. Os efeitos da cultura da punição e do castigo não são hodiernos, se regressarmos à cultura grega encontraremos diversos fragmentos nos quais o castigo aparece no decorrer da história, e que diante do cristianismo e modernidade passam a assumir outras formatações (PASSETTI, 2013),

Menicucci e Carneiro (2011) analisaram as formas de implementação do ECA e do SINASE em dois Centros Socioeducativos de Minas Gerais e concluíram que o modo como os trabalhadores lidam com a presença de duas lógicas coexistentes (coerção e socialização)

²⁶O jovem como ator de ato infracional sempre foi visto pela sociedade com uma visão penitenciária, ou seja, quando alguém é vítima de um adolescente, o seu desejo é que o mesmo seja punido e que a justiça cumpra o seu papel, contrariando o ideal atuante protetivo de que este adolescente seja reeducado ou ressocializado como prevê a legislação em vigor. Predomina-se a tendência punitiva, embora esteja claro que apenas a prisão não seja suficiente para a recolocação social. Atualmente vivencia-se uma grande e frequente discussão pela opinião pública e legisladores, onde muitos lutam pelo rebaixamento da idade penal. A ideologia desta visão decorre do ponto de vista daqueles que enfatizam a punição ao invés da ressocialização (SOARES, 2000).

está longe de ser unificada, pois de certa forma, há um alto nível de adaptabilidade admitida e almejada na política de atendimento, que atende a um público vulnerável e procura transformar trajetórias a partir do respeito à individualidade. Portanto, “A complexidade do trabalho exige “invenções” por parte dos profissionais, tanto no sentido de adaptar a política às possibilidades do adolescente, como também no sentido de se adequar à estrutura existente e às limitações impostas por ela” (MENICUCCI; CARNEIRO, 2011, p. 554).

Greco *et al* (2013) apontam que as condições reais de trabalho do socioeducador, destacam-se pela falta de autonomia, contudo esse profissional precisa ter condutas profissionais harmônicas relacionadas a criatividade, ao equilíbrio emocional bem como a procedimentos moderados e criteriosos. Estas são algumas das peculiaridades que não aparecem nas prescrições da ação socioeducativa, mas que se destacam no real da atividade, que em caso de fracasso pode comprometer a integralidade de direitos prevista no SINASE e ECA.

Sobre os efeitos da história e do trabalho realizado nas instituições que visam a reeducação de jovens no Brasil, Campos (2005, p.114) assinala que “é no relacionamento dos internos com os monitores (inspetores, agentes de disciplina, técnicos, instrutores educacionais ou qualquer que seja a nomenclatura utilizada) que está escrito seu mais dramático capítulo”.

Os aspectos históricos referentes à realidade vivenciada pelos profissionais e pela clientela atendida nas entidades que acolhem o adolescente infrator no Brasil é marcada por trágicos conflitos (RIZZINI, 2004). Nesse âmbito destacam-se as rebeliões e as denúncias de maus tratos contra os adolescentes, sucedidas em alguns Centros de Internação que visam à ressocialização de jovens (BRASÍLIA, 2006). Estas circunstâncias acabam permitindo que tais entidades designem para si e para seus representantes (socioeducadores) uma imagem e/ou rótulo negativo.

Mesmo diante de uma imagem previamente impresumível, o socioeducador se destaca como um dos mais importantes pilares na ação socioeducativa, pois ele é o profissional mediador entre os adolescentes e os demais servidores que compõem o sistema socioeducativo, seria ainda, o elo entre o adolescente, a equipe técnica, os professores e os demais trabalhadores da entidade.

Ao analisar os documentos legais, Brasil (1990; 2006c; 2012), Brasil (2006b; 2006c), Rondônia (s.d.) e Rondônia (2002; 2013), os quais contemplam a ação dos socioeducadores, observa-se que as cobranças e as expectativas são um tanto expressivas em relação ao que se espera do resultado do trabalho dos socioeducadores. Por certo, quase não são identificados

itens que contemplam e/ou discutem as demandas do trabalho e/ou amparam esses profissionais no que diz respeito às vivências reais de enfrentamento/sofrimento na atividade, em outras palavras, as prescrições relacionadas aos deveres se sobressaem aos riscos psicossociais e as tarefas relacionadas à profissão.

Em algumas das discussões previstas nas *Bases Éticas da Ação Socioeducativa*, as quais tratam das vivências nos ambientes socioeducativos, encontramos expressões que corroboram tais contradições, entre eles destaca-se: “O que se estabelece, realmente, nas Unidades de atendimento ao jovem privado de liberdade é uma ambivalência do tipo apagar fogo com gasolina” (BRASIL, 2006b, p. 71).

Nessa perspectiva, Zamora (2005) faz uma crítica ao trabalho prestado pelas Unidades de Internação, a autora salienta que entre as entidades consideradas adequadas, algumas visam mais a sustentação da segurança, do que a elaboração de uma proposta efetivamente socioeducativa, isto em razão de que a maioria das Unidades preserva características essencialmente prisionais.

A questão é que a problemática avultada nos Centros Socioeducativos parecem perpassar suas paredes e chegam até o seu corpo organizacional. Estudos realizados com profissionais do sistema socioeducativo no país demonstram que existe uma contradição em relação à identidade da profissão, requerendo que, de um lado, a função do trabalho aprecie aspectos relacionados à educação, e por outro, que seja utilizada a força física, empregada sob a forma de contenção, de segurança, de revistas pessoais e em alojamentos, de acompanhamento dos adolescentes nas atividades diárias, de escoltas – quando os adolescentes são transferidos – ouvidos e levados ao médico etc. (CAMPOS, 2005; FRASSETO, 2005; HERCULANO; GONÇALVES, 2011; ZAMORA, 2005; MORAES; LIMA, 2007; SALIBA, 2006a; SALIBA, 2006b; SOUZA, 2012).

Saliba (2006a, p. 6), em sua tese de doutorado, desenvolveu um estudo focalizando a incoerência da ação socioeducativa. O autor observou que há, na estratégia do projeto, e nos trabalhos, uma grande impossibilidade entre o que é prometido e o que é oferecido, chegando à conclusão de que “[...] o propósito educacional dilui e oculta uma estratégia de vigilância, controle e normalização”.

Souza (2012, p. 181) ao estudar os processos de desenvolvimento dos educadores sociais conclui que:

[...] por um lado, estes processos são circunscritos pela cultura socioeducativa e são mediados por relações interpessoais de grande coesão ou de grande rivalidade no dia a dia por condições ruins, por processos de adoecimento no trabalho; e por identidades profissionais historicamente construídas para a repressão e

disciplinarização, o que têm favorecido a conversão progressiva dos “educadores sociais” em “agentes de segurança”. Por outro lado, os educadores sociais exercem sua agência subjetiva, ao reconstruírem a cultura institucional socioeducativa e a si mesmos, ao longo do seu desenvolvimento profissional.

Necessita-se analisar, a partir do exposto, que os socioeducadores devem conciliar em suas tarefas a função educativa com a de segurança, nas quais estão inclusas ações que caracterizam prevenção e caso esta última venha a falhar, estes profissionais devem estar prontos para as ações de intervenção e repressão. Há de se levar em consideração, que cada sujeito é dotado de um modelo profissional derivado da subjetividade de cada um, fatores que podem contribuir para instalação das confusões de papéis, onde o profissional poderá confundir socioeducação com assistencialismo e/ou segurança com repressão.

Assim sendo, fica a imprecisão em relação à atuação dos profissionais que executam tarefas nas Unidades de Internação: Como conciliam as duas funções, ora segurança, ora educador? Tendo em vista que “O maior desafio do trabalho socioeducativo é o desenvolvimento, nos adolescentes autores de atos infracionais, de novas competências pessoais e relacionais: aprender a ser e a conviver” (BRASIL, 2006b, p. 12).

Mendes (1995, p. 35) confirma as concepções referentes às diferentes formas de reação dos indivíduos frente às dificuldades das situações de trabalho, haja vista que possuem uma história única e pessoal. Portanto, “Os problemas, neste contexto, nascem de relações conflituosas. De um lado, encontra-se a pessoa e sua necessidade de prazer; e do outro, a organização, que tende à instituição de um automatismo e à adaptação do trabalhador a um determinado modelo”.

Seria, portanto, entre as necessidades pessoais, a busca de prazer, das formas de enfrentamento da realidade paradoxal, e principalmente a opção de escolher o que melhor se adequa as ações: segurança e a socioeducação que o trabalhador em debate executa suas atividades. Amparados nos dois pontos norteadores descritos, o socioeducador deve estar preparado para o real da atividade, como conjecturam Herculano e Gonçalves (2011, p. 85):

Presume-se, então, que a segurança de uma unidade socioeducativa está ligada à autoridade exercida pelos educadores sociais sobre os adolescentes, e que o limite desta autoridade vincula-se à segurança dos adolescentes, visto que evita abusos. Ora, se o objetivo é evitar abusos, a segurança deve ser vista sobre a ótica educativa e de garantia de direitos, tanto para os adolescentes quanto para os servidores.

A partir do exposto, infere-se que há, na atividade formal do socioeducador, uma lacuna entre o prescrito e o que é atingido pelos trabalhadores. Sobre este lugar, Dejours (2012a) nomeia como paradoxo do real. Para o autor o momento do real é quando todo o saber se choca com a resistência do mundo. E o que era considerado como verdadeiro aparece

como falso. Então, o real é a verdade que se manifesta por sua negativa. Logo, os sujeitos se deixam serem vistos pelo fracasso, pela experiência desagradável, dolorida, ou com o sentimento de ineficácia, angústia, irritação, decepção, desânimo. Dessa forma, entende-se que o paradoxo presente no trabalho do socioeducador, evidenciado no real da atividade, pode acarretar vivências que desencadeiam tanto o prazer, evidenciado pela criatividade bem como sofrimento, momento de luta do sujeito contra as forças que o empurram em direção à doença mental.

3.3A saúde mental do socioeducador: nexos causais entre saúde/doença e as condições de trabalho

A introdução da Psicologia no campo da Saúde do Trabalhador abre um conjunto variante de probabilidades de atuação, entre essas, o estabelecimento do nexo causal entre o trabalho e o adoecimento mental. Jacques (2007) discute essa correlação e aponta que para tal análise necessita-se levar em consideração não apenas as características do trabalhador, mas toda a conjuntura de trabalho, e à vida como um todo. Em face desta realidade, exporemos na sequência algumas produções que colocam em evidência a interlocução entre trabalho e saúde/doença mental no contexto socioeducativo brasileiro.

Moraes e Lima (2007, p. 1) realizaram um estudo com os socioeducadores focando-se nos aspectos ergonômicos do trabalho que se prende à separação entre o que é prescrito ao trabalhador e o seu correspondente real. Os autores afirmam que existem evidências de que há um grande número de trabalhadores do setor socioeducativo adoecendo. Dos sintomas apresentados por grande parte dos trabalhadores das instituições estudadas sobressaem: humor depressivo, diminuição do apetite, agressividade com a família, insônia e manifestações paranóicas. Os resultados das pesquisas ressaltam a patogenia presente no contexto/ambiente de trabalho do socioeducador, que possui indicadores patogênicos e insalubres, sobretudo no que [...] “diz respeito à falta de treinamentos, pouco reconhecimento da chefia e da sociedade e a tensão permanente sobre a linha tênue que existe entre reeducação, contenção, confronto e manutenção do emprego”.

O PEMSE corrobora o estudo anterior predizendo que o ambiente socioeducativo pode ser continente do sofrimento tendo em vista que os internos descarregam ofensas e são constantemente agressivos com os socioeducadores. Por isso, adverte que este ambiente não poderá se desestruturar ou se desorganizar com os ataques desses jovens, deverá sim,

continuar a desenvolver o atendimento necessário que o adolescente carece (RONDÔNIA, 2002).

Entre os estudos que exploram os aspectos relacionados ao adoecimento dessa categoria, encontra-se a investigação de Greco (2011), onde observou que há uma associação positiva entre estresse psicossocial (alta exigência e trabalho ativo) e distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores dos Centros Socioeducativos do Rio Grande do Sul.

Outro estudo com essa população aparece na pesquisa de Grando *et al* (2006), que teve o objetivo de identificar as cargas e doenças arroladas ao trabalho. Nesta investigação foi identificado que as cargas em destaque no contexto de trabalho eram tanto físicas quanto psíquicas²⁷. Os autores ainda detectaram um alto grau de sofrimento psíquico no trabalho dos monitores evidenciado pelo absenteísmo.

Sobre as condições de saúde dos socioeducadores Greco *et al* (2013) explicam que estes trabalhadores são constantemente exigidos, no sentido de atitudes e procedimentos profissionais harmônicos com a situação laboral (estado de alerta, mediação de conflitos, equilíbrio emocional, prudência nas condutas).

Grando *et al* (2006) entendem que as atividades presentes no cotidiano do socioeducador envolvem situações desgastantes. Os autores consideram esse um trabalho perigoso, pois requer um alto grau de atenção devido às situações de emergência. O trabalhador necessita estar sempre preparado, no aspecto físico e psicológico, para fazer rápidas intervenções. Os riscos à saúde são constantes, uma vez que o “[...] acompanhamento direto ao adolescente torna o agente mais propício a receber ameaças, agressões, intimidações, e a tornar-se refém em caso de motim” (GRECO *et al* 2013, p. 95). Os autores enfatizam que o profissional socioeducador tende a empregar sua capacidade mental e física para que esse sistema (instituição) permaneça em funcionamento, e que sejam alcançados os objetivos da ressocialização do adolescente.

O socioeducador deve encontrar formas de enfrentar a violência e o sofrimento presente nas condições de trabalho, buscando meios para suportarem a lógica do sistema. Respectivo a essa demanda, Zamora (2005) explica que as instituições repressivas reforçam a violência e convocam esse componente para fins políticos. Ao tratar da agressividade dos socioeducadores contra os internos a autora faz as seguintes perguntas: Como se produz a subjetividade do agressor? Como se figura esse homem com habilidades intencionais a

²⁷ A noção de carga psíquica é geralmente associada à preocupação de quantificação e objetividade. A subjetividade da relação HOMEM - TRABALHO tem muitos efeitos concretos e reais, mesmo se eles são descontínuos: encontramos a marca no absenteísmo, nas greves, ou naquilo que alguns nomeiam “presenteísmo”, isto é, um engajamento excessivo a uma tarefa [...] (DEJOURS, 2009, p. 22-23).

produzir sofrimento em outro ser humano? Levando em consideração a atual conjuntura, infere-se tratar-se de um trabalho que traz em sua essência alguns riscos, entre eles o de acarretar o sofrimento psíquico²⁸ e afetar a saúde mental²⁹ do profissional socioeducador.

Na medida em que os socioeducadores buscam estratégias para lidar com as situações que lhes causam sofrimento no trabalho por meio de um programa de ação coletiva, fazemos uma analogia desse procedimento com a lógica das ideologias defensivas propostas por Dejours e Abdoucheli (2009), pois há eventos em que a estratégia defensiva³⁰ transforma-se ela mesma tão valiosa para os trabalhadores que ao se avigorarem para encarar as influências psicológicas do trabalho terminam transformando tal estratégia em um fim em si mesma. Sobre ela concentram todos os empenhos propondo conservar e derrotar tudo o que venha desregulá-la. As ameaças contra a estratégia defensiva são eficazmente combatidas e a estratégia pode ser transformada em objetivo. O sofrimento deixa de ser visto como advindo do trabalho. Contrariamente, a estratégia de defesa passa a ser vista como promessa de felicidade, e a defesa da defesa passam a ser edificadas em ideologia.

Da mesma forma que “a ideologia defensiva desemboca em conflitos de poder, que não resultam em nenhuma solução para a questão dos efeitos patogênicos das pressões organizacionais” (DEJOURS; ABDOUCHELI, 2009, p. 130), a prática secreta dos socioeducadores descrita por Zamora (2005) não resolve o problema, apenas provoca mais sofrimento e angústia, uma vez que, por mais simples que seja o ritual, violência gera violência por mais simples ou silenciosa que seja a sua manifestação.

Nessa conjuntura, Zamora (2005, p. 95) faz uma crítica ao modelo de atendimento socioeducativo da atualidade e menciona que “Deve-se chamar o Estado e a sociedade para

²⁸O sofrimento psíquico no contexto de trabalho pode ser desencadeado em razão do homem se achar incapaz de realizar transformações, alterações na atividade que realiza, ou seja, em torná-las mais adequadas às suas necessidades fisiológicas e a seus anseios psicológicos, isto é, quando o trabalho se torna inteiramente alheio a quem o executa. Este sofrimento ainda pode ser decorrente de uma incompatibilidade entre a história individual do sujeito, decorrida por sonhos, aspirações, necessidades, projetos, expectativas, e por conseguinte de uma organização do trabalho que não leva em consideração tais aspectos (DEJOURS, 1992).

²⁹A Organização Mundial de Saúde (OMS) assegura que não há uma aceção oficial de saúde mental. Diferenças culturais, ponderações subjetivas, e teorias relacionadas adversárias comprometem a definição de saúde mental. Esta é um termo empregado para delinear o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional. Podendo ainda incluir a habilidade de um indivíduo de contemplar a vida e buscar um equilíbrio entre as atividades e os empenhos para alcançar a resiliência psicológica.

³⁰Essas estratégias são vistas pela Psicodinâmica do Trabalho como mecanismos empregados para recusar ou diminuir a percepção da realidade. Sendo assim, essas defesas, num primeiro instante cogitam atitudes necessárias à saúde mental, na medida em que servem para estabilizar as contradições presentes na organização do trabalho, como por exemplo, a falta de autonomia, de poder, de apoio (FACAS, 2013).

sua responsabilidade, para fazer sua parte e para romper com essa forma de segregação, que pune tanto o jovem quanto o agente”.

Em um estudo realizado durante uma experiência no curso de capacitação com socioeducadores, Zamora (2005) constatou que esses profissionais demonstravam uma ansiedade quanto a uma vigilância onipresente. Durante os encontros, os próprios trabalhadores chegaram até a sugerir que deveriam receber treinamentos para além de lidarem com violência dos internos, também lidarem com a própria violência. A autora explica como esses profissionais resistem à doença, uma vez que os riscos deste trabalho podem ser visíveis no corpo do trabalhador:

A forma como estabelece-se uma estratégia de resistência configura sempre uma tentativa de diminuir a opressão sobre o corpo disciplinado e de afastar o sofrimento. A revolta do corpo - ou a mera consciência dele - constitui um ponto importante contra as formas de controle da instituição. Afinal, os corpos dos trabalhadores destas instituições também são marcados, sua saúde muitas vezes é frágil, eles são institucionalizados de alguma forma (ZAMORA, 2005, p. 89).

Com a exposição de tais estudos compreende-se que a ciência demonstra evidências de que a saúde mental do socioeducador pode ser influenciada pelas condições de trabalho bem como pela sua organização, produzindo tanto o sofrimento como o prazer. Portanto, chega-se ao conceito base da proposta da pesquisa em Psicodinâmica do Trabalho - a normalidade como enigma, o que nos leva ao seguinte questionamento: Como fazem os socioeducadores para resistir às pressões psíquicas do trabalho e para regular a descompensação ou a loucura? Nesse aspecto Dejours e Abdoucheli (2008); Dejours (2006); Dejours (2012a) respondem que é possível desvendá-la explorando o sofrimento, concebido como vivência subjetiva intermediária entre a saúde e a doença, ou seja, é o próprio sofrimento quem aciona o sujeito a lutar contra as forças ligadas a organização do trabalho por meio das estratégias defensivas.

4 MÉTODO: O CAMINHO PERCORRIDO NA REALIZAÇÃO DO ESTUDO

Não se anda porque existe um caminho; por andar é que se abre o caminho (DAISAKU IKEDA).

Viver é uma arte que se inscreve em vários aspectos, entre eles a decisão pode ser considerada uma das suas mais importantes vertentes, pois seria por meio dela que traçamos nossos objetivos e sonhos. É assim que o tão comentado “livre arbítrio” se destaca em nosso viver, tendo em vista que desde que nascemos, somos provocados a optar por este ou aquele caminho. No início, vamos tomando decisões impulsivas e sem raciocínio, como se estivéssemos seguindo uma maré, sem compreender ao certo o porquê de nossas preferências em tomar determinadas direções. Todavia, quando começamos a compreender sobre o que queremos fazer com nossa vivência e optamos por tomar as rédeas em nossas mãos, a situação parece melhorar, pois o controle nos permite prever alguns resultados futuros. Essa autonomia nos coloca como sujeitos de nossa história, e o conhecimento dela nos faz aprender tanto com os erros, bem como os acertos já experienciados. Dessa forma, o saber passa a ser de suma importância contribuindo para errarmos menos, acertarmos mais e consequentemente termos sucesso naquilo que planejamos. Logo, não basta apenas usufruir daquilo que já foi descoberto, necessita também descobrir, investigar, perguntar, pesquisar, enfim contribuir com a produção do conhecimento.

O conhecimento passa a ser necessário em nossas vidas. Portanto, a forma com que o mesmo é produzido ganha visibilidade, uma vez que, para ser creditado necessita de critérios específicos para sua produção. Dessa forma, a chave do saber está no aprofundamento da pesquisa, como diria o ditado popular “entrar de corpo e alma” para que não permaneça somente em um juízo superficial, mas que faça parte de nossas vidas por meio de um conhecimento sólido, penetrado através da ciência.

O desígnio da atividade científica é o alcance da verdade, por meio da constatação de conjecturas, que, por sua vez, são pontes entre a observação dos acontecimentos e a teoria científica, que explica a realidade. O método é considerado como o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior garantia e moderação, admite o alcance do objetivo – de informações fidedignas - delinea o caminho a ser seguido, detecta erros e ampara as decisões do pesquisador (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Considerando as especificidades surgidas no contexto laboral dos participantes, esta seção tem como objetivo relatar o trajeto percorrido na realização do presente estudo. Nela serão apresentados os motivos pelos quais se decidiu pela pesquisa de natureza qualitativa.

Assim sendo, apresentaremos o cenário, os participantes e os instrumentos empregados para a sua concretização.

A função do método é contemplar a realidade a partir das interrogações elaboradas pelo investigador. Em harmonia a esse procedimento tem-se o método qualitativo, por meio do qual o pesquisador busca a compreensão da história, das relações, das representações, das crenças e das percepções que o ser humano tem de sua vivência. Outro constructo que a abordagem qualitativa contempla seria a investigação dos grupos e segmentos focalizados, de histórias da sociedade sob o olhar dos atores a serem investigados, e ainda, a apreciação dos discursos dos sujeitos (MINAYO, 2010).

Privilegiando a experiência humana e procurando compreender o homem e seu trabalho, a investigação qualitativa oferece subsídios capazes de nortear o pesquisador, visto que tal abordagem é uma tática fundamentada nos “[...] dados coletados em interações sociais ou interpessoais, analisados a partir dos significados que sujeitos e/ou pesquisador atribuem aos fatos. Neste tipo de pesquisa, o pesquisador se propõe a participar, compreender e interpretar as informações” (CAMPOS, 2008, p. 57).

A escolha da metodologia adequada é essencial para que o caminho do pesquisador seja previamente traçado, para assim construir com o saber. Desta forma “A metodologia ocupa um lugar central no interior da sociologia do conhecimento, uma vez que ela faz parte intrínseca da visão social de mundo, veiculada na teoria. Em face da dialética, por exemplo, o método é o próprio processo de desenvolvimento das coisas” (MINAYO, 2010, p. 44).

Optou-se pela utilização dos pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho por considerá-la favorável aos objetivos desta investigação, uma vez que permite o acesso às vivências subjetivas do trabalhador, bem como por amparar e subsidiar o caminho que leva a compreensão do prescrito e real da atividade. Além disso, seu caráter qualitativo valoriza a escuta e passa pela palavra dos trabalhadores para ter acesso ao sentido dado ao trabalho pelo indivíduo (DEJOURS; JAYET, 2009). Outra característica importante dessa abordagem é que ela busca identificar as modificações, as incoerências, as relações de poder e as estratégias defensivas (MERLO, 2007).

Lancman e Sznclwar (2008, p. 42) reforçam a colocação anterior, ao afirmarem que só é possível ter acesso à vivência do trabalho se a palavra for mediatizada. Segundo os autores “A práxis ligada à inteligência da prática, a ação deliberada e refletida não pode ser entendida sem que o sujeito fale sobre ela, elabore o seu próprio discurso sobre ela”. Nessa perspectiva, Merlo (2007) entende que o campo da Psicodinâmica do Trabalho é aquele do sofrimento e do conteúdo, é neste espaço que se pode obter um significado de como o

sofrimento está organizado, o qual pode ser analisado em um estado pré-patológico, ou seja, antes da patologia ser instalada.

Para a Psicodinâmica, a clínica está intimamente ligada às situações reais de trabalho, ela se desenvolve em torno de um espaço clínico e social (LIMA, 2007). Merlo (2007) corrobora com Lima (2007) ao enfatizar que essa abordagem “[...] propõe-se a estudar o espaço que separa o comportamento livre, de outro estereotipado, referindo-se a palavra livre, aqui, ao modelo comportamental que faz intervir uma tentativa visando transformar a realidade que o circunda [...]” (MERLO, 2007, p.132).

Nessa perspectiva, acredita-se que os pressupostos teóricos contemplados na construção e análise do presente estudo dão suporte aos objetivos delineados, tendo em vista que entre suas contribuições, o método privilegia a escuta do socioeducador, sujeitos investigados, bem como suas vivências de prazer e sofrimento no trabalho e, ainda, porque este assegura promover a identificação das contradições entre o trabalho prescrito e o trabalho real executado numa Unidade Socioeducativa Estudada- UNE³¹.

4.10 cenário: a pesquisadora entra em cena

Os primeiros passos dados no início do estudo foi promover uma reunião com o gerente regional do sistema socioeducativo do Estado de Rondônia, a fim de verificar a possibilidade da realização do estudo em uma das entidades de atendimento ao adolescente privado de liberdade em Rondônia. Após autorização verbal, e assinatura do Termo de Concessão, o gerente imediatamente entrou em contato com o diretor da Unidade informando-o sobre sua liberação para a realização da pesquisa. Num segundo momento, realizou-se visita ao diretor da instituição para apresentação da pesquisadora, consultando sobre a possibilidade de efetivação do estudo, bem como para marcar data e horário para apresentação do projeto.

Na sequência, foram feitas algumas visitas à Coordenadoria de Atendimento ao Adolescente em conflito com a lei (CAA), com o intuito de se ter acesso aos registros históricos da criação das Unidades Socioeducativas e delimitar o campo da pesquisa. A escolha da instituição, onde o estudo foi realizado, se deu em razão da facilidade de acesso da pesquisadora à instituição e aos seus servidores, esses fatores facilitaram a coleta de dados devido à boa relação interpessoal com os trabalhadores.

Depois da delimitação do campo, apresentou-se o projeto e a Carta de autorização à direção da instituição definida, que aprovou a pesquisa e se dispôs a colaborar no que fosse

³¹ UNE - Sigla utilizada para identificar a Unidade Socioeducativa Estudada.

necessário. Após esse momento, o projeto de pesquisa foi enviado para aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal de Rondônia (UNIR).

Durante uma reunião que acontece trimestralmente na UNE foi realizada a apresentação dos objetivos do projeto, da metodologia adotada, do tema de estudo bem como dos fatores que contribuíram para a escolha da Unidade. O tema interessou os trabalhadores, que se expuseram solícitos ao convite para maiores explicações sobre o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e realização das entrevistas. Aqueles que não participaram desta reunião foram informados individualmente, seguindo os mesmos preceitos adotados no encontro formal.

Apesar de a pesquisadora ter acesso à instituição, há pelo menos dois anos, e estar sempre conversando com os trabalhadores sobre o trabalho bem como tendo se colocado à disposição para ouvi-los diante das situações emergentes presentes no cotidiano do trabalho, foi possível perceber certa insegurança com a possibilidade de a pesquisa ser realizada com o grupo. A preocupação se dava em torno do medo de exporem-se, da desconfiança sobre as intenções da pesquisa, entre as inquietações expressas pelo grupo, destaca-se: “De que lado será que ela está? Será que alguém pode ficar sabendo do que eu falar” (Sic). Para que tais dúvidas e preocupações fossem sanadas realizou-se uma reunião com os servidores, momento no qual a pesquisadora ofereceu explicações detalhadas sobre todos os procedimentos éticos adotados na pesquisa. Depois desse encontro, observou-se que a equipe de servidores se sentiu acolhida e menos temerosa, portanto confiantes e confortáveis com a participação no estudo.

4.2O lugar da pesquisa: uma breve contextualização

A pesquisa de campo foi realizada no período entre junho de 2013 e Fevereiro de 2014 em uma das dezesseis Unidades Socioeducativas do Estado de Rondônia.

A instituição está investida numa área de setecentos e setenta metros quadrados. A edificação é composta por: uma sala para direção, na qual ficam os objetos de monitoramento, como as câmeras e equipamentos de segurança. Ressalta-se que os equipamentos de monitoramento não estão sendo utilizados por falta de programa de instalação. Uma sala multifuncional (para desenvolvimento de atividades técnicas e pedagógicas); uma sala para atendimento psicológico; uma sala para atendimento de assistência social; uma sala para atendimento de enfermagem; um almoxarifado, onde são guardados materiais de higiene, limpeza, escritório, pastas/arquivos, entre outros; uma cozinha com uma geladeira, uma pia e

um armário; um refeitório anexo à cozinha para uso dos funcionários e socioeducandos; um banheiro no corredor; uma quadra com grades destinada ao banho de sol dos internos; uma quadra de areia para atividades esportivas dos internos; uma varanda (área de segurança), posto onde os socioeducadores improvisaram uma guarita³²; uma sala para repouso noturno (quarto de hora) dos socioeducadores, local onde guardam seus pertences; dois alojamentos para o cumprimento de Medida socioeducativa de Semiliberdade; três alojamentos para o cumprimento de Medidas Socioeducativas de Internação; uma recepção; um espaço para triagem.

De acordo com as informações obtidas por meio de entrevistas com a direção, antes da interdição judicial da Unidade, havia seis alojamentos em funcionamento, o que caracterizava dezoito vagas, considerando três adolescentes para cada alojamento. Entretanto, no ano de 2011, dois alojamentos foram desativados, passando a serem salas de plantão e sala de informática³³, além disso, mais dois alojamentos estão desinterditados parcialmente³⁴ por não terem infraestrutura adequada. Dessa forma, a Unidade, no momento, possui apenas dois alojamentos em uso legal, o que resulta em quatro vagas.

Os alojamentos estão estruturados da seguinte forma: tamanho de 3x2 possuem grades nas portas e janelas, um banheiro sem chuveiro, colchão sem cama; três dos alojamentos possuem vaso tipo bacia turca; três estão interditados pelo Ministério Público devido a problemas de estrutura, sendo um dos motivos o vaso sanitário não ser bacia turca³⁵. No último ano a Unidade atendeu, em média, a cinco adolescentes por mês.

Apesar da UNE possuir um local específico para escolarização, com uma biblioteca considerada razoável, contendo vários livros didáticos, livros de literatura, de possuir quadro branco, data show, material pedagógico (tinta, cadernos, vídeo, lápis, pinceis, telas, cartolinas etc.), não há oferta de ensino regular e não tem em seu quadro de profissionais o pedagogo. Observa-se que a maior parte dos adolescentes atendidos não concluiu Ensino Fundamental. Para aqueles internos que já finalizaram a quarta-série, o correto seria a efetivação da matrícula no Sistema de Educação de Jovens e Adultos (CEEJA), uma vez que a Secretaria de Educação-SEDUC seria a responsável por oferecer educação aos adolescentes em virtude de

³²Local para abrigo de uma sentinela, de um guarda-chaves etc. Nele contém uma televisão, os livros de registros, um bebedouro, uma escrivaninha e algumas cadeiras.

³³ Os computadores para aula de informática não estão ativos em razão da falta de instalação de programas.

³⁴Em casos de necessidade, os alojamentos interditados parcialmente podem ser usados esporadicamente para adolescentes que descumpriram medida de meio aberto e/ou para adolescentes com baixo potencial ofensivo.

³⁵Utiliza-se esse tipo de vaso sanitário para evitar que o socioeducando possa utilizar o material do vaso para confeccionar objeto cortante.

que no mês de Setembro do ano de 2009, a SEJUS firmou um Termo de Cooperação³⁶ com a Secretaria de Educação-SEDUC com o propósito de garantir educação ao sistema de internação socioeducativo e prisional do Estado de Rondônia. Todavia, apenas em Abril do ano de 2010, após a audiência pública ocorrida em março do mesmo ano, as instituições do interior do Estado, incluindo a UNE, foram notificadas formalmente sobre o convênio e solicitadas a enviar um relatório à SEJUS, por meio do qual foi respondido um questionário da SEDUC, que teve como objetivo fazer um diagnóstico da situação educacional a fim de auxiliar as ações pedagógicas a serem seguidas, bem como a acessibilidade de recursos humanos e físicos.

Portanto, deve-se ressaltar que nos últimos dois anos não havia sido possível realizar a matrícula dos adolescentes, pois a SEDUC não tem cumprido com a sua parte no acordo. O diretor da UNE verbaliza que tem tomado as medidas cabíveis a fim de resolver o problema, entre elas informou ao Ministério Público sobre a questão. Durante a realização deste estudo, alguns funcionários da SEDUC, chegaram a fazer uma visita a UNE, em outros momentos alguns professores também frequentaram a instituição, mas nenhum se dispôs a trabalhar com seus internos. Em reunião com a equipe de socioeducadores, houve a pronúncia de que nenhum professor, até o momento se dispôs a trabalhar na UNE devido à representação negativa dos internos bem como do medo em terem que trabalhar com adolescentes em conflito com a Lei. Sendo assim, não há escolarização com os internos da UNE.

Após a recusa dos profissionais pedagogos a trabalharem na UNE, a estratégia utilizada por seus trabalhadores foi matricular os internos no sistema de ensino modular de ensino oferecido pelo CEEJA. O diretor da UNE, em momentos que não havia outras atividades passou a dar aula para os socioeducandos, fator que colaborou na aprovação de algumas disciplinas e conclusão da quarta série do ensino fundamental de um dos internos.

A estrutura organizacional da Unidade é formada por: 01 diretor Geral; 01 diretor de Segurança; 01 psicóloga; 01 técnica de enfermagem; e 16 socioeducadores. Esses profissionais são distribuídos em três grupos hierárquicos; o primeiro deles se refere à equipe administrativa, a qual compõe o diretor geral e o diretor de segurança, que subordina-se ao primeiro. O segundo grupo contempla a equipe multidisciplinar, que deve ser composta por: psicólogo, assistente social, coordenador pedagógico, enfermeiro e técnico de enfermagem. O

³⁶ MEMO. CIRC. N. 002/ NP/CAA/SEJUS de 16 de Abril de 2010 encaminhando o Termo de Cooperação Técnica entre as Secretarias de Educação –SEDUC e a Secretaria de Justiça – SEJUS; MEMO. CIRC. N. 003/ NP/CAA/SEJUS de 19 de Abril de 2010 encaminhando o questionário para Levantamento Educacional do Sistema de Internação do Estado de Rondônia.

terceiro grupo é composto pelos agentes de segurança ou socioeducadores. Em algumas Unidades existe a função de chefe de equipe de plantonistas ao qual subordinam-se os socioeducadores (RONDÔNIA, 2013a). Na atualidade, a entidade enfrenta sérios problemas em relação ao quadro de funcionários, pois não tem em sua equipe: enfermeira, assistente social e pedagogo³⁷. Fatores que comprometem o trabalho prescrito pelo SINASE, executado tanto pela equipe multidisciplinar quanto pela equipe plantonistas (socioeducadores).

A carga horária de trabalho, igualmente, é organizada conforme a hierarquia. Dessa forma, a equipe administrativa e a equipe multidisciplinar trabalham no expediente, hora corrida, seis horas direta ou meio turno. Quanto os socioeducadores, ao início deste estudo cumpriam sua carga horária em regime de plantão, isto é, 12hs por 24hs e posteriormente 12hs por 72hs. Em algumas Unidades os plantões eram realizados em regime de 24hs por 96hs.

Todavia, importantes mudanças na carga horária dos socioeducadores que faziam plantões ocorreram nos últimos meses. O governo do Estado, alegando que a escala acima descrita era inconstitucional, uma vez que o total de horas trabalhadas mensalmente não alcançava quarenta horas semanais, instituiu um banco de horas no âmbito da Secretaria de Estado de Justiça de Rondônia, por meio da Portaria nº 786/GAB/SEJUS de 25 de Outubro de 2013, o qual teve que ser aplicado exclusivamente aos servidores que trabalham em regime de escala de plantão. Sendo assim, os socioeducadores tiveram que pagar as horas devedoras por meio de uma escala extra, denominada banco de horas. Portanto, a direção administrativa de cada Unidade passou a ter o dever de controlar a jornada de trabalho do servidor plantonista, respeitando o cumprimento da Jornada de quarenta horas semanais. Com relação à Folha de Frequência, passou a ser utilizado um novo modelo, fazendo constar o termo Complemento de Jornada e não Banco de Horas.

Atualmente a jornada de trabalho dos plantonistas socioeducadores tem sido uma das questões mais debatidas na luta dos direitos da categoria. O Presidente do SINGEPERON, após uma reunião com a assessoria jurídica da entidade, manifestou-se perante os seus filiados recomendando o não cumprimento de escalas extras de plantão, requeridas além da realização normal da escala de plantão que já havia sendo rotineiramente efetivadas há vários anos. O sindicalista ainda ressaltou que em setembro de 2012, quando aconteceu uma formalização de um acordo judicial entre o SINGEPERON e o Estado de Rondônia relacionado aos motivos

³⁷ No mês de Fevereiro de 2014 foi publicado edital pela SEJUS, a fim de selecionar por meio de concurso público 13 psicólogos e 58 socioeducadores, e mesmos havendo uma demanda por referente a educação, mais uma vez não houve menção sobre a seleção de pedagogos.

pelas recorrentes greves da categoria, não houve nenhum acordo para o implante de escalas extras de serviço, todavia tão somente pelo pagamento de horas extras, momento em que o Secretário de Justiça se empenhou a implantar prontamente um Banco de Folgas, com cálculo mensal, de modo que o servidor com crédito de horas trabalhadas teria, na folha do mês ulterior ao trabalhado, o acréscimo das horas extras recompensadas na forma da Lei (RONDÔNIA, 2013b).

O Presidente também registrou que a tentativa de modificação da escala de plantão versa em mais um ato abusivo por parte do Estado, com a finalidade de se esquivar do pagamento das horas extras aos servidores, e mais uma vez explanar represália à categoria, que sagrou-se vitoriosa no último movimento grevista, por meio de medida judicial adotada pelo sindicato. Este se colocou à disposição de todos os filiados, caso haja qualquer atitude retaliativa por parte do Estado, motivo este que poderá ser retomada a greve (RONDÔNIA, 2013b).

Assim como as mortes já citadas, ocorridas dentro das Unidades Socioeducativas, o aumento das horas de trabalho destaca-se como a segunda problemática em evidência relacionada ao trabalho do socioeducador, sendo mais um dos temas que se avultou no meio de nosso estudo. Este assunto ainda não foi resolvido, pois o último pronunciamento da SEJUS aconteceu no mês de dezembro de 2013, informando a não negociação quanto à escala de plantão. Motivo este que tem provocado revolta e insatisfação nos trabalhadores, pois requer readaptações não apenas na rotina de trabalho, mas também na vida pessoal.

O SINASE estabelece que “é fundamental a elaboração de rotinas (Quadro 3) quanto aos horários de despertar dos adolescentes, refeições, higiene pessoal, cuidados com vestuários e ambientes, escola, oficinas, lazer, esportes, cultura, atendimentos técnicos, visitas, atividades externas e outras” (SINASE, 2006, p. 42). Neste sentido, a organização diária no trabalho do socioeducador é seguida pela rotina do adolescente.

As atividades precisam ser construídas nas orientações, nas providências e normas de segurança. Esta última deve estar presente desde o acolhimento do adolescente alcançando as atividades pedagógicas, as visitas, os atendimentos técnicos em geral, o esporte, a religiosidade etc. Assim, tais procedimentos se viabilizam basicamente mediante o controle do acesso a circulação de pessoas, de veículos e de materiais, envolvendo as tarefas de conferir, registrar, comunicar, monitorar, revistar, acompanhar e autorizar. Todas essas ações devem ser rigorosamente cumpridas e incorporadas às práticas cotidianas de forma plena e natural (RONDÔNIA, 2009).

Quadro 3. Rotina (atividade real) do trabalho dos socioeducadores da Unidade estudada.

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
7:15 às 10:00: Café da manhã; Limpeza: alojamentos, banho de sol, pátio, unidade, calçada etc.	7:15 às 11:00- café da manhã; Limpeza: alojamentos, banho de sol, pátio, unidade, calçada, carpir, pintar etc.	7:15 às 8:00- café da manhã e limpeza dos alojamentos	7:15 às 8:00- Café da manhã e limpeza dos alojamentos;	7:15 às 8:00 - Café da manhã e limpeza dos alojamentos. 11:00- Almoço.
10:00 às 11:00: Atendimento psicológico.		8:00 às 12:00- Visita dos familiares e/ou ligações aos familiares.	8:00 às 11:00- Atividade cultural oferecida pela psicóloga.	8:00 às 10:00- Limpeza: alojamentos, banho de sol, pátio, unidade, calçada, carro etc.
11:00- Almoço	11:00- Almoço		11:00- Almoço	10:00 às 11:00 - Biblioteca municipal.
			11:00 às 12:00- (Feedback equipe de plantão com a psicóloga).	11:00- Almoço
Tarde	Tarde	Tarde	Tarde	Tarde
14:00- Lanche	14:00- Lanche	14:00- Lanche	14:00- Lanche	14:00- Lanche
16:00 às 17:00- Futebol na quadra de areia	13:00 às 17:00- ALUNOS DE CEEJA: Instrução ou prova.		17:30 às 18:30- Inclusão social (esporte: skate, corrida, musculação pista de Kart etc.).	15:00 às 17:00- Relações interpessoais (jogos: dominó, xadrez, dama, tabuleiros etc.).
17:00- Jantar	17:00- Jantar	17:00- Jantar	17:00- Jantar	17:00- Jantar
20:00- Lanche	20:00- Lanche	20:00- Lanche	20:00- Lanche	20:00- Lanche
22:00- Repouso	22:00- Repouso	22:00- Repouso	22:00- Repouso	22:00- Repouso

Fonte: Elaborado pela pesquisadora, baseado no cronograma da rotina da UNE

O trabalho dos socioeducadores inicia-se às sete horas da manhã com troca da equipe e vai até às sete horas do dia seguinte. Nesse momento, a equipe que recebe o plantão deve conferir o livro de registros, e receber os adolescentes, verificando se não há nenhum comprometimento com sua integridade física e psicológica dos mesmos, por isso os internos devem responder a chamada de pé.

O café da manhã é servido às sete horas e quinze minutos, neste é entregue um pão francês com margarina, um pão doce e café com leite.

Em razão da falta de bebedouros dentro dos alojamentos, após servirem o café da manhã, os socioeducadores devem também servir água potável aos adolescentes, a qual é entregue em uma garrafa térmica. Entretanto, todas as garrafas térmicas a eles entregues são destruídas pelos internos. Desta forma, a água passou a ser entregue numa garrafa de plástico (PET), por essa razão precisa ser trocada de duas em duas horas por causa da temperatura³⁸. Portanto, a entrega dessas garrafas deve ser controlada, uma vez que os adolescentes costumam transformá-las em objetos pontiagudos perfurantes e/ou cortantes.

Considerando as normas previstas no Regimento Interno da Unidade Socioeducativa, os internos devem conservar limpos seus alojamentos, seus pertences pessoais e manter sua higiene pessoal, submetendo-se mensalmente ao corte de cabelo e corte das unhas. Para essas atividades os socioeducadores devem ter um rígido controle dos objetos aos internos entregues. Tudo o que for entregue carece ser registrado no livro de registros da instituição e recolhido em tempo determinado. Qualquer esquecimento ou erro pode colocar em risco tanto a vida do interno quanto a dos trabalhadores. Já o material de limpeza (rodos, vassouras, sabão em pó, entre outros) também deve ser entregue e recolhidos em seguida. Até mesmo as colheres utilizadas para alimentação precisam ser de plástico e recolhidas após o uso, para evitar que sejam transformadas em armas como é o caso desse pedaço de ferro que faz parte das grades dos alojamentos, que foi transformado em uma chuncho.

³⁸O clima da Região Norte é equatorial e bastante úmido, com médias anuais de temperatura acima de 26°C. O índice de precipitações é elevado, sobretudo entre os meses de dezembro a maio, as temperaturas são elevadas durante o ano todo. As chuvas são constantes, possuindo um período de estiagem de junho a novembro (RONDÔNIA, 2011).

Foto 1- Chuncho



Foto: Imagem cedida pelo diretor da UNE

Os socioeducadores acompanham os adolescentes durante o tempo em que estes realizam a limpeza dos alojamentos e das áreas destinadas aos banhos de sol, durante a lavagem das suas roupas, vigiando atentamente para que nenhum incidente ocorra. A preocupação e o cuidado com todos os procedimentos residem no fato de que os internos costumeiramente utilizam os cabos de vassouras/rodos para fazerem chunchos, uma espécie de espada perfurante aproveitadas para atentar contra a vida de outrem, principalmente nas tentativas de fuga (ameaças contra a vida dos trabalhadores) e nas rixas entre os internos.

O material pedagógico como (livros, canetas, lápis, apontadores etc.), em contato com a lâmpada ou com o fio descascado podem resultar em fogo e serem utilizados para provocar motins, colocando fogo nos colchões. Da mesma forma, os lápis, as canetas e os apontadores podem ser transformados em chunchos. Assim, tudo o que adentrar aos alojamentos deve ter um rígido controle para que não tenham outros fins que não os educativos.

Vale destacar que a higiene da Unidade Socioeducativa, com exceção dos alojamentos dos internos, é realizada pelos próprios socioeducadores, pois não há profissionais específicos para a realização deste trabalho. Dessa forma, mesmo não estando descrita no cargo de atividades, a limpeza de seus alojamentos bem como dos banheiros, cozinhas, corredores, pátios, entre outros é feita pelos socioeducadores plantonistas. A limpeza das salas de atendimento pedagógico, psicológico, direção, enfermagem etc., é feita

pelo profissional que a ocupa. Outrora, em algumas situações os internos que manifestavam interesse de fazerem essa limpeza, após permissão da direção eram retirados de seus alojamentos para executarem a atividade, porém, devido ao risco de fuga, e até mesmo o risco do socioeducador que faz a segurança do adolescente sofrer algum tipo de agressão física, os trabalhadores decidiram, eles mesmos, realizarem essa tarefa.

Nos dias de segunda-feira os adolescentes recebem atendimento psicológico individual a partir das oito horas da manhã. Nos dias de terça e sexta-feira recebem atendimento pedagógico, de saúde, entre outros necessários. Antes da morte de um interno que ocorreu no ano de 2013, a equipe técnica atendia os adolescentes com as portas fechadas e sem o acompanhamento dos socioeducadores, porém, após esse episódio, os profissionais, por precaução, atendem os internos com as portas de suas salas abertas, sempre solicitando a presença dos socioeducadores, que permanecem atentos do lado de fora da sala para qualquer eventualidade.

Nos dias de quarta-feira, a partir das oito horas, os internos recebem visitas de seus familiares. Para tal, todas as pessoas bem como os pertences pessoais, os objetos e alimentos trazidos para os internos passam por uma minuciosa revista feita pelos socioeducadores. Estas são realizadas separadamente (homens são revistados pelos socioeducadores e mulheres são revistadas pelas socioeducadoras) dentro de uma sala fechada. Nela o visitante deve retirar suas roupas, as quais são apalpadas em todos os seus detalhes e costuras, afim de que não passe para dentro da Unidade nenhum tipo de objeto que coloque em risco a vida dos internos e dos trabalhadores, há também a preocupação de que não entre drogas, celulares e demais objetos proibidos. Portanto, o visitante, sem roupa, precisa se abaixar três vezes até que a/o socioeducador (a) se convença de que não há objetos escondidos em seus órgãos genitais. A boca, a sola os pés, as orelhas, os cabelos, os calçados também são revistados.

Os alimentos trazidos para os internos também são averiguados, tudo o que é entregue ao adolescente, parte do pressuposto que recebeu o olhar do socioeducador e que nada daquilo que não é permitido entrada fora encontrado. Bolsas, celulares, carteiras, dinheiro e demais objetos pessoais são identificados e ficam guardados na sala da direção enquanto a visita permanece na Unidade. Geralmente durante o horário de visita, os familiares ficam junto com os adolescentes internados dentro da sala pedagógica. Enquanto conversam, pelo menos um socioeducador deve permanecer acompanhando o processo de visita. Quando a Unidade está atendendo vários internos esse encontro com a família é realizado no próprio alojamento do adolescente, entretanto, o trabalho do socioeducador é o mesmo, deve permanecer atento a todos os detalhes.

Nos dias de quinta-feira, a atividade oferecida pela equipe multidisciplinar aos internos costuma ser: debate, atendimento grupal, atividade pedagógica e/ou filme previamente escolhido de acordo com a demanda atual, em uma reunião que acontece nas segundas-feiras entre a equipe técnica, a direção e os socioeducadores. O filme é passado no data show que fica na sala pedagógica. Em todas essas atividades é necessária a presença dos socioeducadores para darem apoio à segurança.

O almoço é servido às onze horas, o cardápio é acompanhado pela nutricionista do restaurante contratado pelo Estado para a realização deste serviço. Na UNE existe uma equipe de socioeducadores responsável para verificar se a alimentação está de acordo com a proposta do cardápio diário. No momento em que é servida a alimentação, a água potável entregue nas garrafas PET é substituída por outra gelada.

No período da tarde os internos não costumam receber atendimento multidisciplinar, uma vez que a equipe técnica, a direção trabalham no expediente até às 13:30hs. Portanto, a partir desse horário os adolescentes ficam em seus alojamentos e recebem a troca de água junto com o lanche da tarde que acontece às 15:00hs e o jantar às 17:00hs. Durante esse período costumam ouvir música, assistir televisão, fazer artesanato, geralmente patos feitos de dobraduras de papel.

Às vinte e duas horas a televisão deve ser desligada, pois este é horário do repouso noturno. Neste momento, como em todos os outros em que os internos devem se submeter às regras da Unidade, costuma-se ter vários registros no livro de ocorrências dos socioeducadores. A questão é que os internos dormem muito durante o dia e querem ficar assistindo televisão à noite. Assim, quando os socioeducadores avisam que a televisão precisa ser desligada, costumam enfrentar a fúria dos internos, que, caso sejam contrariados em suas vontades, ameaçam os socioeducadores, dizem que vão se vingar deles ao terminar de cumprir a Medida, os xingam utilizando-se de palavras de baixo calão³⁹, fazem ameaças aos seus familiares. Vários foram os registros encontrados, logo ao amanhecer, os socioeducadores são recebidos com xixi e água no rosto porque quiseram executar as suas tarefas dentro da rotina e regras estabelecidas pela instituição.

Quando não há atividades pedagógicas, das nove às onze horas, os adolescentes são conduzidos a uma quadra cercada e coberta por grades de ferro que recebe o nome de banho de sol para conversarem e lavarem suas roupas. Neste momento é imprescindível que os socioeducadores fiquem atentos a todos os detalhes, pois na entidade investigada, já ocorreu

³⁹ As ofensas mais registradas no livro de Registro de Ocorrências foram: “Você não tem peito de aço”. “Vou comer o cú da sua mãe, da sua esposa”. “Eu sei onde você mora”, “Vai tomar no cú”. “Filho da puta”.

um homicídio cometido por um adolescente durante essa atividade. Além disso, os internos costumam fazer desse espaço um momento para acertar as contas entre si. Ressalta-se que as condições de trabalho neste local demonstram não serem favoráveis ao trabalho prescrito dos socioeducadores, uma vez que para permanecerem observando os adolescentes em tempo integral, devem ficar no sol tanto ao lado de fora das grades bem como em cima delas como demonstram as fotos na sequência:

Foto 2- Local destinado ao banho de sol vista pelo lado de fora:



Imagem cedida pelo diretor da UNE

Observe que a quadra é toda de concreto com espaço para visualização apenas pela porta com grades ou por sua cobertura de grades como demonstra a segunda imagem. Ressalta-se que o local é totalmente exposto, pois não há proteção contra o sol, calor, chuva etc.

Foto 3- Vista de cima do local destinado ao banho de sol dos internos.



Imagem cedida pelo diretor da UNE

Para terem uma visão constante dos adolescentes enquanto estão no banho de sol, os socioeducadores devem ficar sobre a primeira e a segunda grade de ferro que aparecem na imagem. Entretanto, observa-se que as grades são frágeis, pois não oferecem condições à permanência humana por tempo prolongado.

Entre os horários e dias previamente descritos no quadro 3, os socioeducadores também são os responsáveis pela realização das escoltas dos internos quando são transferidos de uma Unidade para outra, conduzidos à Delegacia de Polícia e Tribunal de Justiça, Promotorias de Justiça, para serem ouvidos pelos delegados, juízes e promotores; conduzidos até o hospital ou posto de saúde para atendimento médico, psiquiátrico, dentário, entre outros.

Para a realização do trabalho anteriormente descrito, o socioeducador precisa de instrumentos análogos àqueles utilizados no sistema prisional, tais como: cadeados, chaves, algemas, livros de ocorrência, tonfas, coletes à prova de bala (quando fazem escoltas). Entretanto, ressalta-se que na maioria das Unidades do Estado, inclusive na instituição onde foi realizado o presente estudo, o acesso a coletes, tonfas, entre outros, não é permitido bem como não os possuem disponíveis para uso. Em algumas Unidades, são utilizados apenas em situações extremas, ou seja, quando a vida de algum adolescente está em perigo.

Dessa forma, caso exista a necessidade de se fazer alguma intervenção arriscada, a polícia militar é acionada, e então se registra um boletim de ocorrência. Portanto, todo trabalho ou intervenção que requer a prática de segurança descrita neste estudo é feita apenas com a presença física do socioeducador. Nos incidentes em que necessitam fazer o uso da força, como por exemplo, a separação de brigas entre os internos e/ou se defender dos seus

ataques físicos, devem realizar a tarefa sem instrumentos de segurança e proteção.

4.3 Perfil da clientela atendida pela UNE

Obedecendo as determinações previstas no ECA, vinculada a Coordenadoria de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei, a UNE atende adolescentes, e tem como atribuições implantar e executar a Medida Socioeducativa de Internação, Semi - liberdade e Internação provisória⁴⁰, e pode receber tanto jovens femininos⁴¹ quanto masculinos. De acordo com o ECA, as Medidas Socioeducativas são aplicadas aos adolescentes, ou seja, a pessoa entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em Lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.

Em relação ao perfil dos jovens que cumprem Medida Socioeducativa no Brasil, encontramos fenômenos parecidos com os nossos achados nos dados de uma pesquisa realizada pelo *Conselho Nacional de Justiça* no ano de 2012, sendo que a maior parte dos jovens está abrangida na faixa etária entre 15 e 17 anos. Outro elemento importante diz respeito à estrutura familiar: a maioria dos jovens foi criada apenas pela mãe, seguida por pai e mãe. Mais um aspecto revelado pelo perfil evidenciou que 75% dos jovens faz uso de substâncias psicoativas. Este alto índice pode estar arrolado de alguma forma à ocorrência de atos infracionais (BRASIL, 2012).

No que se refere à faixa etária da clientela atendida pela UNE, o maior número de jovens está entre catorze e dezoito anos de idade. Já a incidência de delitos, os mais praticados são os atos infracionais contra o patrimônio (preponderantemente furto), seguido de homicídio. De cada dez adolescentes, nove são usuários de drogas. A maior parte dos adolescentes são filhos de pais separados, e/ou foram criados pela avó, enfim, não conviveu com o pai biológico durante a infância e adolescência.

De acordo com informações obtidas por meio das anotações no Diário de Campo, observou-se que a UNE, por ter poucos internos de sua região e disponibilizar de vagas, tem recebido adolescentes das Unidades de Porto Velho, Pimenta Bueno, Vilhena, Ariquemes, Jarú, Nova Brasilândia etc.

Quando os socioeducandos comentem faltas disciplinares nas Unidades onde estão internados, como por exemplo: provocar incêndio, incitar ou participar de rebelião ou fuga, travar rixas ameaçando a integridade física dos demais socioeducandos, dos trabalhadores

⁴⁰ A internação provisória (antes da sentença), pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

⁴¹ Nos últimos dois anos a UNE não recebeu adolescentes do sexo feminino.

etc., os internos indisciplinados, que geralmente possuem um longo histórico infracional, têm sido frequentemente transferidos⁴² para a UNE, fato que tem colocado a instituição e seus servidores a atenderem uma demanda de adolescentes com perfis caracterizados pela indisciplina. De sorte que, a questão parece agravar-se com a transferência, considerando que esses adolescentes antes de serem transferidos, estavam próximos da família, sendo que a localização das Unidades para onde os internos são transferidos dificulta as visitas dos familiares. Além disso, os internos, estavam acostumados a conviverem com um número grande de internos nas outras Unidades, o que os ajudaria a diminuir a ansiedade e a passar o tempo na Unidade respectivamente. Neste sentido, a rotina da UNE acaba sendo diferente das demais, e isso exige adaptação da parte dos mesmos.

Esses e outros fatores parecem suscitar nos internos uma grande revolta, a qual é despendida contra os socioeducadores, os quais recebem dos adolescentes a culpa pela internação, uma vez que estes devem mantê-los “internados”. Essas e outras questões acabam gerando uma série de conflitos, incluindo tentativas de fuga, ameaças e agressões verbais contra os socioeducadores.

Outra demanda que nos chama a atenção refere-se ao comportamento de revolta dos adolescentes transferidos, que conseguem retornar com mais facilidade para as Unidades de onde vieram apenas com os motins provocados. Segundo o diretor da UNE *“Somente diante de conflitos é que há uma movimentação, é que as coisas acontecem, pois várias solicitações já tinham sido feitas no que diz respeito à recondução dos adolescentes e nenhuma delas atendidas. Apenas com as rebeliões é que se tomam essas decisões”* (DIRETOR DA UNE).

Dessa forma, infere-se que o comportamento agressivo dos internos frente aos socioeducadores se transforma numa ferramenta de guerra eficaz para serem atendidos pelas autoridades e, por conseguinte, alcançarem suas reivindicações. Este comportamento pode estar sujeito à repetição em outras instituições, e ensinados aos demais internos, o que consequentemente gera caos no trabalho e por fim afeta as relações interpessoais tanto dos internos quanto dos trabalhadores, portanto o resultado da socioeducação poderá ser diferente daquela prescrita pela legislação, uma vez que aquilo se aprende de forma prática durante a internação, são as brigas, a intolerância, a indisciplina, o desrespeito aos atores da ação socioeducativa, atitudes que potencializam conflitos.

Diante desse quadro evidenciado no real da atividade socioeducativa, temos

⁴² Nenhum adolescente será incluído, excluído ou transferido da unidade, sem ordem expressa da autoridade competente (Juiz da Infância e Juventude) e de acordo com ambos os diretores das unidades, sob a pena de responsabilidade, nos termos da legislação em vigor (RONDÔNIA, 2013a, p. 25).

trabalhadores vivendo sob pressão, com medo no trabalho e desacreditados da recuperação dos adolescentes em conflito com a Lei. Isso nos faz lembrar de uma das expressões que mais temos ouvido no cotidiano do trabalho socioeducativo: *“Até agora eu não vi um se recuperar”*. Dessa forma questiona-se: Qual será o resultado da tarefa daquele que não acredita naquilo que faz? Para Dejours (1992, p. 49) este sentimento gera sentimento de impotência no trabalho, pois é a partir desse momento que o sofrimento é mobilizado subjetivamente como estratégia de enfrentamento da realidade.

4.4A escolha dos participantes da pesquisa

A seleção dos participantes da pesquisa levou em conta as diretrizes sugeridas por Minayo (2010, p. 197), uma vez que: “Numa busca qualitativa o pesquisador deve preocupar-se menos com a generalização e mais com o aprofundamento, a abrangência e a diversidade no processo de compreensão”. Para esta autora tal abordagem privilegia aqueles sujeitos sociais que contêm as características que o pesquisador almeja apreciar; esforça-se para que a escolha do lugar e do conjunto de dados e observação contenha a união das vivências e demonstrações dos objetivos da pesquisa; aprecia-os em número indicativo para admitir certa reincidência dos subsídios e, portanto, não abandona informações ímpares cuja potencialidade explicativa deve ser levada em consideração.

Quadro 4: Dados sobre os trabalhadores participantes da pesquisa

Nome	Ingressou no sistema	Escolaridade
Adão	2009	Superior incompleto
João	2009	Superior
Acácio	2009	Superior
Aline	2012	Superior
Silvana	2009	Superior
Berenice	2009	Superior

Fonte: Dados obtidos pela pesquisadora durante as entrevistas e Registros no Diário de Campo

Na seleção dos sujeitos procurou-se identificar os profissionais que pertencem ao quadro efetivo, ou seja, que passaram pelas etapas de seleção do concurso, inclusive o curso de formação. No que se refere à quantidade de participantes de um estudo qualitativo, Minayo (2010, p. 197) explica que o critério deve levar em conta o interesse do participante em

realizar a entrevista. Desta forma o critério não é a quantidade, uma vez que “uma amostra qualitativa ideal é a que reflete a totalidade das múltiplas dimensões do objeto de estudo”. Neste sentido, a amostra será composta por seis trabalhadores, entre eles uma servidora que teve afastamento do trabalho e não trabalha na equipe de plantonistas.

A maior parte dos trabalhadores da UNE ingressou no sistema socioeducativo no ano de 2009. São nove trabalhadores do sexo masculino e sete do sexo feminino com idades entre 26 a 44 anos. Dos dezesseis servidores, sete possuem nível superior e dez, nível médio. A jornada de trabalho acontece em regime de plantão, ou seja, trabalham vinte e quatro horas e folgam noventa e seis. Os plantões são organizados em equipes de três servidores. Em razão de questões éticas, os nomes dos sujeitos foram preservados, portanto utilizar-se-á nomes fictícios para substituírem a identidade de todos.

Os socioeducadores do Sistema Socioeducativo rondoniense bem como da Unidade Estudada (UNE) têm vivenciado momentos importantes para a categoria, entre eles destacam-se: as lutas sindicais pela manutenção da antiga carga horária, e pela contratação de servidores; as precárias condições de trabalho; a falta instrumentos de trabalho adequados; a falta de proteção; o medo e as mortes que inesperadamente continuam ocorrendo dentro das Unidades Socioeducativas.

4.5 Os instrumentos da pesquisa

Os registros e análises das anotações feitas no Diário de Campo forneceu-nos dados importantes, sem os quais e apenas com o subsídio das entrevistas semi-estruturadas não teria sido possível apreender aspectos importantes para o estudo. Mesmo trabalhando semanalmente na UNE, não havia percebido alguns fatos diários em outros momentos não foram observados. Dessa forma, todas as informações e fenômenos encontrados neste estudo apenas foram possíveis por meio dos instrumentos de coletas de dados escolhidos.

Como instrumentos de coleta de dados, foram aplicadas entrevistas semiestruturadas, já que “o sofrimento no trabalho articula dados relativos à história singular e dados relativos à situação atual”, isto é, ele é influenciado pela dimensão temporal (DEJOURS, 1996, p.131).

Minayo (2010) enfatiza que a modalidade de entrevista semi-estruturada corresponde a um roteiro que é adequado pelo pesquisador e promove a abordagem garantindo os seus pressupostos, ou seja, o pesquisador tem a opção de seguir um percurso e não perder o foco nem a objetividade das principais questões que deseja investigar, as quais podem ser

complementadas por meio de novos questionamentos que surgirem no momento em que se faz a entrevista (MANZINI, 2003).

Minayo (2010) aponta que na entrevista semi-estruturada, o pesquisador não deve interferir na percepção do entrevistado deixando-o livre para falar de sua própria compreensão da realidade. Assim sendo “[...] o entrevistador faz perguntas específicas, mas também deixa que o entrevistado responda em seus próprios termos” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p.168).

O modo de lidar com a organização do trabalho através da utilização das estratégias de mediação também foi investigado. Partindo desta compreensão os temas das entrevistas foram abordados por quatro eixos temáticos: **Trabalho**: contexto de trabalho, sentimentos relacionados à atividade de socioeducador (positiva/negativa); dificuldades enfrentadas nos plantões; segurança para desenvolver suas atividades de socioeducador; “integridade física” dos socioeducadores; relação entre os colegas e direção; autonomia para tomar decisões nos momentos de tensão na instituição; contradição entre o que foi ensinado na academia e que o trabalho que se realiza. **Relação com os adolescentes e entre colegas**: interações, ações e posturas; sentimentos no trabalho para explorar as vivências de prazer e sofrimento, desafios e condutas. **Estratégias de enfrentamento**: outras atividades, isolamento, silêncio, recusa ao contato com colegas, absenteísmo no trabalho e outros comportamentos de defesa. **Saúde mental**: nervosismo, fadiga, cansaço, insônia, irritabilidade, agressividade, adoecimento e outras queixas. **Prazer no trabalho**: reconhecimento, realização.

De acordo com Lancman (2008, p. 35) para compreender as relações de trabalho é preciso mais do que uma simples observação, sobretudo necessita-se de uma “escuta voltada para quem executa o trabalho. Para apreender o trabalho em sua complexidade, é necessário entendê-lo a fim de explicá-lo além daquilo que pode ser visível e mensurável. É necessário ainda, considerar e a qualidade das relações que ele propicia”. Neste sentido, o diário de campo pôde ser considerado de suma importância nesta pesquisa, pois serve para questionar alguns comportamentos, confirmar outros, enfim, dar a direção no desenvolvimento da investigação.

Segundo Minayo (2010), o diário de campo é apenas um caderno, em que o pesquisador, em seu dia a dia vai assinalando, escrevendo o que observa e não é elemento de nenhuma modalidade de entrevista. Neste caderno (diário) devem ser registradas as impressões pessoais que vão acontecendo e se transformando com o tempo, podendo ser: “[...] resultados de conversas informais, observações de comportamentos contraditórios com as falas, manifestações dos interlocutores quanto aos mais variados pontos investigados, dentre outros aspectos” (MINAYO, 2010, p. 295).

A observação de campo e o diário de campo são utilizados de forma inter-relacionada pelo pesquisador. Para Lakatos e Marconi (2010 p. 173) esta é “[...] uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade. Não consiste em ver e ouvir, mas em examinar fatos ou fenômenos que se deseja estudar.” De acordo com os autores, a observação é o ponto de partida da investigação social e constitui um elemento básico para a investigação científica, utilizada em pesquisa de campo.

A técnica da observação como coleta de dados constitui elemento essencial para a pesquisa. Suas atribuições iniciam-se desde o momento em que o problema é formulado, passando pela coleta, análise e interpretação dos dados, o que a torna indispensável no processo de pesquisa. Para o autor são muitas as vantagens do uso desta técnica na pesquisa, entre elas, “o fato de que os acontecimentos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida” (GIL, 1999, p.112). Além disso, essa técnica auxilia o pesquisador na identificação e obtenção de provas relacionadas aos objetivos sobre os quais os sujeitos da pesquisa não têm consciência, mas que dirigem a forma como se comportam. Satisfaz importante função nos métodos observacionais, na elaboração das descobertas, e coloca o investigador em contato mais perto da realidade (LAKATOS; MARCONI, 2010).

Desta forma, nos momentos em que a pesquisadora esteve na Unidade Socioeducativa, seguiu o que recomenda Dejours (2008): estar atenta a dinâmica presente nas relações interpessoais entre os trabalhadores, com sua escuta e olhares voltados não apenas à realidade dos fatos na situação de trabalho em sua dimensão física e cognitiva, mas essencialmente a vivência subjetiva, interessando-se ainda pela dimensão do comentário, que inclui concepções subjetivas, significados pessoais atribuídos ao trabalho e aos seus comportamentos e sentimentos, hipóteses sobre o porquê e como da relação vivência-trabalho, interpretações pessoais e grupais, os conflitos na organização do trabalho, relações de poder, forma de realização das tarefas, comportamentos etc. Assim sendo, tudo aquilo que foi observado e constatado como dados importantes para análise foi registrado no Diário de Campo e explorado nas entrevistas.

4.6As entrevistas

O trabalho de observação e registro no Diário de Campo iniciou-se em meados de Junho de 2013, já as entrevistas se iniciaram no mês de Agosto do mesmo ano. Estas foram pré-agendadas e realizadas individualmente, em decorrência dos participantes não

trabalharem no mesmo horário e, sobretudo, pelos problemas de relacionamento entre os profissionais. Um dos trabalhadores chegou a se manifestar dizendo que caso as entrevistas fossem realizadas coletivamente não teria condições de falar devido ao medo de se expor.

Um dos participantes sugeriu que fosse entrevistado em local diferente da Unidade, pois segundo ele, ficaria à vontade para falar. Outros, mesmo desejando realizar a entrevista em ambiente diferente da Unidade, decidiram que participariam na Unidade, porém o horário escolhido foi no período vespertino, por não haver movimentação dos diretores, dos membros da equipe técnica e dos visitantes nesse horário. Ainda assim, observou-se que durante a realização das entrevistas sentiam-se desconfortáveis ao ouvirem o barulho de algum colega do plantão circulando pelos corredores. Um deles pediu para que os demais profissionais da instituição não recebessem a informação de que foi o primeiro a conceder a entrevista.

Portanto, antes de iniciar as gravações, com o intuito de tranquilizá-los quanto às questões éticas, lia-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TECLE), verificava-se a possibilidade das entrevistas serem gravadas, e somente depois de esclarecidas todas as dúvidas e colhidas às assinaturas é que se deu início às gravações.

Os resultados adquiridos por meio das entrevistas dos participantes serão expostos na Seção 4, que tratará da análise dos dados.

4.7 Procedimentos para análise de dados

Para os procedimentos de análise deste estudo utilizou-se a técnica de análise de conteúdo temática de Bardin (2011). A autora explica que esta etapa consiste em um conjunto de técnicas aplicadas, as quais visam alcançar o teor das mensagens, através de processos sistemáticos e objetivos de exposição. “Isto se faz através de um processo continuado em que se procura identificar dimensões, categorias, tendências, padrões, relações, desvendando-lhes o significado. Este é um processo complexo, não linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação” (ALVES-MAZZOTTI; GEWANDSZNAJDER, 2004, p. 170).

Minayo (2010, p. 304) acrescenta que na “Análise de Conteúdo objetiva-se em decompor o texto em unidades de significado, decifrando os diferentes sentidos que constituem a comunicação, para posteriormente compor agrupamentos em classes temáticas”.

Dessa forma, os dados precisam ser organizados e compreendidos, portanto sua análise corresponde a uma técnica de averiguação por meio de uma exposição objetiva e ordenada do conteúdo que tem como finalidade a interpretação (GIL, 1999).

Ao aplicar a análise de Conteúdo aos dados obtidos, procurou-se localizar e descobrir significados intrínsecos à linguagem que estão ocultos até mesmo para os sujeitos da pesquisa. No que se refere à interpretação observou-se a subjetividade expressa na relação com o trabalho, Dejours (1992, p. 157) explica que:

Um dos eixos da interpretação está, justamente, no que se encontra expresso e representado pelo sujeito na cena do trabalho e no que parece estar excluído ou contido, aprisionado, emaranhado ou reprimido desta cena. Temos, como ideia central, que o sofrimento e o prazer são, em suas origens, provenientes de uma relação específica com o inconsciente. Nesse jogo entre pré-consciente e inconsciente é que se negociam as relações de prazer, de sofrimento, de desejo e de saúde mental até de saúde física [...].

Para Minayo (2010) não há uma concordância na produção de análises sobre questões sociais, existe sim, várias possibilidades acessíveis à escolha do pesquisador. Desta forma à proporção em que os dados foram sendo coletados, eram organizados a fim de assentá-los aos objetivos e às necessidades do campo de investigação. Na sequência, o material empírico foi organizado para dar início à análise das falas dos sujeitos do estudo. Esta organização incidiu em ordenar as transcrições, as observações e notas de campo de modo em que facilitasse seu acesso e leitura e que pudesse ser feita sua a relação desses dados com a teoria.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este tópico expõe os dados obtidos na pesquisa de campo. Concomitante a análise dos depoimentos, será realizada a discussão teórica dos achados do estudo.

Considerando que o objetivo desse estudo propõe-se a compreender o trabalho exercido numa Unidade Socioeducativa do Estado de Rondônia - UNE bem como compreender as contradições entre trabalho prescrito e real, de modo que possa fornecer conhecimento acerca do prazer e sofrimento e do sentido que o trabalho desempenha, empregou-se a análise de Conteúdo de Bardin (2011).

Quanto ao referencial teórico adotaram-se os pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho, que tem por objetivo apresentar e analisar os dados obtidos das entrevistas com os sujeitos da pesquisa e dos registros do Diário de Campo. A análise apresentada na sequência foi organizada em quatro categorias de sentido: 1) Trabalho real do socioeducador; 2) Organização do trabalho; 3) Prazer e sofrimento no trabalho e 4) Adoecimento mental no trabalho.

Na análise do trabalho real do contexto socioeducativo, buscou-se apreciar as condições de trabalho e entender os aspectos do trabalho prescrito, do trabalho real e das condições de trabalho no que se refere à segurança, à liberdade ou medo presente nas ações dos socioeducadores.

No tópico sobre as condições de trabalho na instituição apresentam-se os sentimentos de medo e insegurança vivenciados pelos trabalhadores no ambiente de trabalho, situação que tem interferido nas relações e modos de trabalhar. Os conflitos manifestam-se na falta de cooperação entre os colegas, situação que denuncia a contradição entre o que foi ensinado no curso de formação e o que é realizado na prática.

Na categoria prazer e sofrimento no trabalho, propôs-se compreender os processos de prazer no trabalho, que foram subdivididos em: encontrar o adolescente egresso e ser bem tratado por eles; colaboração entre os pares, amizades e vínculos com algum colega de trabalho e a importância dos dias de folga. As estratégias de enfrentamento contra o sofrimento no trabalho estão subdivididas em: sofrimento negado ou calado, a segunda atividade, as trocas de plantão, e esquecer que o trabalho existe nas horas de folga. As estratégias de defesa foram subdivididas em: autocontrole; fofocas, desconfiança, rigidez, agressividade e assistencialismo. O sofrimento no trabalho foi subdividido por: sentimentos de humilhação, autonomia cerceada, sensação de abandono e falta de capacitação.

Na categoria adoecimento mental no trabalho, buscou-se compreender os

sentimentos de medo e tristeza no trabalho; o desgaste mental; a causa do adoecimento; e a repercussão do trabalho na vida familiar e profissional.

5.1 TRABALHO REAL DOS SOCIOEDUCADORES

A análise das vivências subjetivas proclamadas nas vozes dos socioeducadores da UNE apresenta o sentido do trabalho que se realiza na instituição bem como evidencia as relações que se constituem entre a organização prescrita do trabalho e o desenvolvimento real da atividade. Objetivando uma adequada sistematização da temática, os dados deste tópico foram subdivididos em três subcategorias: condições de trabalho; trabalho real; entre o prescrito e o real.

5.1.1 Condições de trabalho: “*Eu corro muitos riscos*”.

As condições de trabalho referem-se ao ambiente físico, ao ambiente biológico, às condições de higiene e de segurança do posto de trabalho. Segundo Dejours (1992) esses aspectos têm por alvo, principalmente, o corpo do indivíduo.

A expressão “*Eu corro muitos riscos*” (Aline, João, Adão) encontrada nas falas dos três trabalhadores bem como a que virá na sequência demonstra a preocupação dos socioeducadores quanto aos riscos inerentes às condições de trabalho. João demonstra preocupação em relação à falta de equipamentos de trabalho: *E hoje a Unidade não dispõe de equipamentos de segurança*⁴³, *de... escudo, tonfas, estas coisas você não tem. Então, tipo assim. É você e ele, e acabou* (João).

A propósito deste discurso é muito comum observarmos a inquietação e a ansiedade que incidem nas situações em que os trabalhadores da UNE ficam expostos aos riscos de serem agredidos fisicamente pelos internos, principalmente quando necessitam entrar nos alojamentos com o intuito de retirarem algum tipo de objeto que coloca a integridade física dos envolvidos em perigo. Isto acontece porque os trabalhadores não têm como se defenderem durante os eventos críticos e revoltosos dos internos.

“Eu me defendo aqui se escondendo atrás das paredes. Eu estou sendo honesto com você. Eu não tenho como me defender aqui. Mas é fato. [...] Temos o que aqui? Nada. Eu convido pra qualquer pessoa que vem aqui nessa Unidade aqui, pra ver se

⁴³ Na socioeducação, o socioeducador será o próprio processo de trabalho, ele é o instrumento principal e imprescindível para que haja ressocialização.

acha algum material de contenção aqui, não tem nada aqui. Lógico que eu tinha de me esconder porque eu ia levar uma tijolada na cara?” (Adão).

“É que o sistema, ele não te dá todo amparo de material que você necessita para desenvolver um bom trabalho né?!” (Aline).

A fala de Adão evidencia o momento em que os adolescentes faziam uma rebelião na UNE, e que os socioeducadores precisaram intervir, mas não tinham como se protegerem e/ou defenderem. Quando a questão é a falta de material de contenção para realizarem as intervenções que a tarefa requer, os trabalhadores da UNE devem lidar com outro tipo de problema, o qual se refere à insegurança e o medo constante, até mesmo quando não há indícios de que algo possa acontecer: *Eu aprendi isso na academia, quando tá tudo tranquilo demais, aí que mora o perigo (João).*

Desse modo, o medo demonstra fazer-se presente nas vivências subjetivas dos trabalhadores da UNE, que vivem constantemente sob a ameaça de sofrerem algum mal. *“Eu não posso em momento algum descuidar da minha segurança, da minha retaguarda, da minha segurança não. Porque o adolescente que está aqui internado aqui, ele não é aquele cara que está contente com a internação dele” (Adão).*

A insegurança se refere ao medo dos internos, uma vez que, segundo os trabalhadores, apesar da clientela estar na fase da adolescência, possuem tamanhos e força de adulto, e o fato de estarem internados involuntariamente, os tornam insatisfeitos e revoltosos, por isso podem tentar fugir e para isso, atentar contra a vida dos trabalhadores, cujos desafios diários seriam conseguir realizar o impossível, introjetar disciplina em adolescentes que vêm de um sistema em que todas as instituições falharam: a família, a escola etc.

“Por último é estar dentro de uma Unidade Socioeducativa, então nós lidamos com adolescente sim, é menor na idade, só que tem força de um adulto, tamanho de um adulto, só que não tem um preparo psicológico de um adulto, que vem de... vários deles vêm com um histórico de, de sofrimento... de questões familiares, problemas familiares porque de chegar até o ponto de chegar ali, eu acho que é a última, acho que é a última fase assim de conflito mesmo. Então eu acho, eu penso que todas as instituições falharam e eles esquecem o tipo de adolescente que a gente está lidando” (Aline).

A servidora (Aline) traz à tona umas das problemáticas ligadas aos adolescentes em conflito com a Lei no país, problema este que ecoa dentro dos Centros de internação com um duplo sentido: “menor na idade, mas com potencial ofensivo de adulto”, isso demonstra ser uma das causas da insegurança provocada nos trabalhadores. *Só que tem adolescente que dá dois de você. Então a sociedade não vê isso, os promotores não vêem isso (João).* Logo, a essência do trabalho socioeducativo é ter disposição interior para entender que além daquela

pessoa que cometeu um ato infracional, existe um ser humano em desenvolvimento com possibilidades de mudanças, este é o desafio.

A insegurança inerente às condições do trabalho da UNE também é apreciada sob o aspecto do relacionamento entre os colegas, tendo em vista que, a desconfiança e o temor um do outro se destacam na fala dos trabalhadores. *“Então eu só trabalho com um olho aberto e outro fechado. Você não pode fechar os dois ao mesmo tempo, entendeu?”* (João).

A fala da servidora Aline corrobora os sentimentos de João quanto à desconfiança dos colegas, demonstrando que os trabalhadores da UNE, além de sentirem-se inseguros e com medo de trabalhar, criam poucas expectativas em relação às condições de trabalho oferecidas, o que mais uma vez caracteriza-se pela política do “cada um para si”. *“Eu já vi... Eu já ouvi... né?! Através de outros colegas mesmo que... que eles confiam neles mesmos para preservar a integridade física deles próprio, então que não espere muito...”* (Aline).

O servidor Adão também menciona a necessidade de estar constantemente preocupado com a sua segurança pessoal, *“Pelo menos, na minha, na minha cabeça é 24 horas”* (Adão). Isso acontece porque os adolescentes são internados involuntariamente e por essa razão ficariam constantemente planejando um meio de sair dali. *“Ele não tá contente em ficar lá trancado lá não, jamais!”* (Adão). Assim, o socioeducador acaba sendo um dos obstáculos impeditivos dessa liberdade, o que os internos acabam tendo como um problema pessoal e não reconhecem que esse vigiá-lo faz parte do trabalho do socioeducador.

A preocupação com as questões de segurança demonstra ser própria do contexto socioeducativo, haja vista que ao mesmo tempo em que os trabalhadores percebem obstáculos na cooperação entre os pares, ligados à retaguarda, também acreditam que o problema relacionado à falta de segurança poderia ser resolvido com a contratação de mais servidores. *“Como eu falei anteriormente, eu acho que precisaria ter uma equipe mais completa, pra eu me sentir mais respaldada”* (Aline).

As demandas no trabalho dos socioeducadores na instituição inclinam suas aptidões dos trabalhadores mais para o trabalho de segurança, revogando as ações caracterizadas na prescrição da atividade. As falas que denotam um trabalho de cunho socioeducativo foram encontradas mais no sentido de utopias do que no sentido prático (real). *Porque eu tenho que estar 24 horas cuidando da minha integridade física, que eu tenho que me precavê, minha integridade física* (Adão).

Na UNE encontra-se reunida uma quantidade impressionante de exigências relativas ao ambiente de trabalho. Representamos o socioeducador em seu posto de trabalho: o espaço que tem para executar suas tarefas deixa-lhe apenas uma cadeira e uma televisão, a qual passa

grande parte do seu tempo assistindo. O trabalho exige atenção e vigilância constantemente aos adolescentes internados que os agredem com palavras de xingamentos. O trabalho não costuma exigir força física (esta é imprescindível no momento de intervenções que os internos se agredem ou agredem os trabalhadores), mas requer atenção constante, como já mencionado, os socioeducadores, além de vigiarem os internos, necessitam vigiar a si próprios como precaução para que algo de ruim não lhes aconteça.

Dessa forma é possível entender que há nas condições de trabalho do socioeducador intensa apreensão com o risco de morte, a qual pode ser interpretada na fala dos trabalhadores como a preocupação com a sua integridade física. Dejours (1992) ao estudar os pilotos de caça, afirma que a ansiedade emerge desta preocupação permanente com a morte, do medo de que algo inesperado possa acontecer a qualquer momento, das falhas materiais, físicas ou psíquicas.

Se por um lado à apreciação das exigências inerentes as condições de trabalho remete-nos a averiguar, que além do calor no posto de trabalho, do zelo constante pela segurança da UNE, a atividade onde o trabalhador tem a liberdade de agir, por outro lado, Silvana manifesta-se durante uma das reuniões da UNE, dizendo que a sensação que tem é que está encarcerada. Para a socioeducadora esse encarceramento perpassa o sentido do termo, uma vez, ela como educadora *“não tem o domínio dos internos, eles fazem o que querem, na hora que querem, controlam as situações, e nós ficamos submetidos as suas vontades”*.

A Unidade Socioeducativa bem como o trabalho por ela oferecido não é visto pelos socioeducadores como elementos que contribuem para a socioeducação. A internação é comparada a uma gaiola e o adolescente a um passarinho preso, que a todo o momento deseja escapar.

“Você já viu um passarinho na gaiola? Que ele fica pulando 24 horas... pxi, pxi. Você já prestou atenção? Eu já prestei atenção. Eu já vi o passarinho na gaiola. E olha que o bichinho é um... parece ser ingênuo né?! pxi pxi... pula na beiradinha, enfiando o pescocinho só... quer fugir...O tempo todo ele quer fugir...Agora você acha que o ser humano, que é um animal racional, você acha que ele se contenta em ficar aqui trancado? Jamais...Eu acho? Não. Eu tenho certeza que qualquer ser humano, desde o adolescente até o adulto, no menor mínimo de brecha que tiver, ele vai tentar fugir, eu tenho certeza disso. Se ele tiver uma oportunidade desse tamanhozinho, ele vai querer ganhar a liberdade dele como que ele fica lá tentando achar uma brechinha” (Adão).

Sendo assim, o engajamento psíquico do socioeducador na UNE, na realização das suas tarefas, fica focado na submissão em vigiar o interno e a impedir sua fuga fazendo com que o processo socioeducativo dependa mais de ações que visem à contenção que a educação.

Para Saliba (2006a) existe nos trabalhos, uma grande impossibilidade entre o que é prometido e o que é oferecido, ou seja, a proposta educativa fica impedida de ser executada de forma eficaz uma vez que a demanda de trabalho requer práticas de segurança. Souza (2012) corrobora Saliba (2006a) ao enfatizar que os socioeducadores devem conciliar em suas tarefas a função educativa com a de segurança, nas quais estão inclusas ações que caracterizam prevenção e caso esta última venha a falhar estes profissionais devem estar prontos para as ações de intervenção e repressão.

O fato é que diante do real da atividade, foram identificados nas falas dos trabalhadores sentimentos relacionados ao medo, a insegurança quanto aos riscos no trabalho se sobressaem aos aspectos positivos no trabalho. Aline descreve a UNE como um ambiente insalubre nos aspectos físicos e psíquicos:

“Tanto risco de... saúde física em relação de repente até um adolescente é no caso de motim, vir a fazer alguma coisa contra você fisicamente. Quanto à parte, é... biológica, riscos biológicos existentes, por exemplo, digamos: é já fala que é insalubre por que? É corre o risco de o adolescente entrar com algum problema, alguma doença infecto contagiosa, né?” (Aline).

Situação que pode levar a diminuição do prazer de trabalhar e a perda de confiança entre os colegas. Além disso, o medo dá lugar à agressividade, a insatisfação, ao assistencialismo. O medo faz sofrer. É necessário proteger-se. É daí que as estratégias de defesa e de enfrentamento surgem prontas para interferir e transformar profundamente a subjetividade no trabalho como veremos em tópico específico da sequência deste estudo.

De acordo com Lancman e Sznclwar (2008) a degradação do coleguismo decorre da falta de um espaço para trocas, espaço este que proporciona um efeito positivo no desenvolvimento das relações de cooperação e trocas de informações que, por sua vez, causariam efeitos significativos para melhorar os níveis de segurança no sistema.

A questão da necessidade de espaço para a fala aparece na expressão da trabalhadora Aline, que vê as entrevistas desta pesquisa como um momento oportuno para expressar-se, e colocar pra fora o que a angústia.

“Eu acho assim que uma coisa que você está fazendo agora, eu acho assim bastante importante, que vai ter um, eu acredito assim, que as pessoas gostam de se sentir assim ouvidas, valorizadas, respeitadas. A partir do momento que você vê é ... Que você dá ouvidos pra alguém, você tira um tempo pra escutar, a pessoa também passa a confiar mais em você, passa a respeitar você também. Porque você está ouvindo o ponto de vista dela também”.

A palavra aqui se coloca como um meio de perlaboração, por ela traz-se para a realidade e inteligibilidade aquilo que não estava reunido ou consciente e então é possível que haja mudança e que as dificuldades sejam ultrapassadas.

5.1.2 Trabalho real: “O mínimo de erro que você cometer você não tem perdão” (João).

A fala acima do servidor João reflete a preocupação em realizar suas tarefas e ter que responder algum tipo de processo caso algo dê errado nas suas ações. Para esse trabalhador, é necessário ter um grande cuidado no desempenho requerido no lidar/conter as agressões dos internos, tendo em vista que o adolescente fica sob responsabilidade do Estado, o seu dever é proteger o interno e responder por qualquer dano sofrido enquanto estiver sob sua custódia. Para Dejours (1992, p. 102) a inquietação em estar sendo cuidado, acautelado é vigiar-se a si mesmo. “O medo e a ansiedade são os meios pelos quais se consegue fazer respeitar os preceitos hierárquicos. No primeiro plano, aparece a ansiedade: agir conforme as ordens recebidas, obedecer e proteger-se da ansiedade originada pelo risco de ser pego em erro”.

É preciso esclarecer que no contexto socioeducativo, o socioeducador representa o Estado como sendo o responsável pelo adolescente e pelo cumprimento da Medida Socioeducativa, fazendo com que a disciplina seja introjetada no comportamento dos internos. Portanto, jamais deve replicar com agressões verbais ou físicas, às provocações que porventura sofra de algum adolescente (SINASE, 2006). Portanto, o trabalho real do socioeducador é tanto subjetivo quanto intersubjetivo e repousa sobre as energias do domínio afetivo.

Sobre o que o socioeducador representa para os socioeducandos, Aline se expressa afirmando que a tarefa, em razão de ser correlacionada a internação, consistindo em fazer com que as regras sejam cumpridas, ocasionam situações conflituosas nos relacionamentos entre interno e trabalhador, pois este:

“[...] é como se fosse um pai disciplinador né? Que tá lá colocando regras pra ele, pra que ele obedeça. Tá restringindo a liberdade dele né? Então assim... Acaba gerando o maior conflito é nisso. Que a maioria... é como ele já vem né, esse adolescente em conflito com a lei, eles não têm regras... Quando você tenta colocar regras, eles não querem aceitar porque não são acostumados com regras né”
(Aline).

Essas regras/normas dizem respeito à disciplina, mais precisamente às situações em que os adolescentes necessitam manter seus alojamentos limpos, realizar atividades como tomar banho, acordar e se recolherem nos horários estipulados. Entretanto, diante de algum

tipo de revolta, como a falta de visita de algum membro familiar, ou falta de algum tipo de material que o Estado deixa de fornecer, os internos se rebelam com aqueles que estão mais próximos, neste caso o socioeducador, provocando um desordenamento na organização do trabalho. De acordo com o SINASE (2006, p. 48) “A disciplina deve ser considerada como instrumento norteador do sucesso pedagógico, tornando o ambiente socioeducativo um pólo irradiador de cultura e conhecimento e não ser vista apenas como um instrumento de manutenção da ordem institucional”.

Se por um lado a disciplina caracteriza-se como imprescindível no processo de ressocialização do adolescente em conflito com a Lei, por outro, constata-se que a tentativa de sua aplicação gera problemas no relacionamento entre o trabalhador e o adolescente.

Entre algumas das causas dos conflitos podemos observar a falta de respeito para com os trabalhadores que, diante da insatisfação dos internos recebem a culpa pelas falhas do sistema. Uma expressão que chama a atenção, coletada por meio das observações e registro no Diário de Campo, diz respeito a um problema ocasionado em razão de ter faltado bolacha para os adolescentes. A servidora Liliane diz: *“Não podemos registrar, por exemplo, quando falta bolacha e o adolescente fica xingando a gente como se fôssemos os culpados, como vamos colocar isso no livro?”*.

O livro de registro é o principal instrumento de trabalho e única arma de defesa do socioeducador, é por meio dele que os servidores informam todos os ocorridos durante as vinte e quatro horas que passam na UNE.

“Olha a providência que eu tomo, que você tem... Você vai ali relatar no livro... deixar ali relatado e tal. Porém, tem que lidar com o medo do adolescente receber alguma disciplina e depois ter que encontrar o adolescente na rua. Mas se for assim dado alguma coisa pra ele, você vai ter que cuidar um pouquinho mais quando aquele adolescente sair pra rua (João).

O relato no livro implica a providência dos diretores e a imposição de alguma disciplina aos internos. Entretanto, a aplicação da disciplina pode desencadear o desejo de vingança por parte dos adolescentes contra os trabalhadores. Isso faz com que o medo contamine o tempo fora do trabalho.

Se entrar ou sair um adolescente, se a UNE é visitada por alguém e tudo o que acontece faz parte do trabalho do socioeducador informar no livro de registros. É também a forma com que cientificarão os próximos plantões e autoridades sobre o comportamento e os acontecimentos ocorridos durante o trabalho. Todavia, observa-se que as ocorrências não são registradas como deveriam ser: *“Olha só! Quando um adolescente nos manda tomar naquele*

lugar e todas as vezes que nos ofendem aqui, como você tem ouvido e visto isso, não pode ir para o livro” (Liliane).

Ao serem questionados sobre o porquê de não informarem tal como acontecem os fatos, a resposta obtida foi que *“O livro de registros é sempre vistoriado por outras autoridades, e elas não devem se apossar dessas ocorrências porque seria “feio” e constrangedor ficarem sabendo que um interno mandou o socioeducador tomar naquele lugar” (Berenice).*

Outra questão alusiva a tarefa de registrar os acontecimentos refere-se a preocupação dos socioeducadores em serem indicados como problemáticos no grupo, ou aquela equipe que tem muitos registros no livro e que seriam vistos pelo gestor como aqueles que não se relacionam bem com os adolescentes.

Dessa forma, os trabalhadores preferem correr o risco de serem responsabilizados por algo que não fora registrado, e ter consequências tanto para si quanto para a segurança da UNE a serem rotulados como problemáticos. Tal fato implica colocarem-se fora das normas e prescrição da atividade.

Dejours e Jayete (2009, p. 101) caracterizam a prática do quebra galhos como um dos mecanismos fundamentais de regulação e de negociação da organização prescrita do trabalho. Porém, essa prática não é fácil, pois implica riscos de duas categorias, primeira: correr riscos, que podem ter implicações maléficas para a segurança do coletivo; segunda: implica que o trabalhador coloque-se fora das normas instituídas.

Tudo isso gera mais três consequências para os trabalhadores da UNE como entendem Dejours e Jayete (2009): 1ª O Quebra-galhos contempla a lógica do segredo e não do reconhecimento dos méritos por ser perigosa e ilegal. Sua injunção paradoxal pode causar sofrimento, mal entendidos, distorção e sonegação das informações, sentimento de injustiça e conflitos entre as equipes. 2ª Segmentação do tempo e retorno da experiência, tendo em vista que a discussão de fatos (registros que deveriam ter sido feitos) que já ocorreram não seria realizada sem causar sofrimento, pois estaria em desacordo com o funcionamento psíquico humano. 3ª Sofrimento e lógica do cada um para si, uma vez que estar fora das normas é uma posição extremante desconfortável e ameaçadora, fazendo com que os trabalhadores coloquem-se um contra os outros.

Trabalhar é vencer o hiato entre o prescrito e o efetivo. “[...] O caminho a ser percorrido entre o prescrito e o efetivo deve ser a cada momento inventado ou descoberto pelo sujeito que trabalha” (DEJOURS, 2012a, p. 25). Portanto, o trabalho socioeducativo, dentro da perspectiva dejouriana é aquilo que o socioeducador acresce às prescrições para obter os

objetivos para os quais foi encarregado, ou ainda o que é adicionado de si para rearranjar o aquilo que não dá certo.

Entre outras invenções, esse rearranjo relaciona-se a vigiar o adolescente para que este não fuja da UNE e/ou para que não atente contra a integridade física dos demais:

“A gente tem que tirar, acompanhar na porta, aguardar meia hora, duas horas, o tempo que for preciso. Tô ali guardando para dar segurança né. Tanto para ele não querer ir embora, tanto para o profissional que está aqui dentro atendendo. A realidade desse trabalho é a seguinte: retirar os internos para o atendimento, senão tiver essas atividades é o banho de sol, passou disso aí é só a alimentação e a água. Não tem mais o que fazer” (Adão).

As contenções geralmente se dão quando os internos ameaçam atentar contra suas vidas, e são assim descritas: *“Você vai tentar segurar ele né”? “Pra ele não vim machucar a integridade física minha, e seria algemar ele, pra ele não pôr em risco a minha atitude e conduzir aonde ele tem que ser conduzido” (João).*

Observa-se que todas as energias psíquicas empenhadas nas atividades estão relacionadas às tarefas que requerem pouco contato e pouco envolvimento afetivo com os internos como explica Adão:

“Mais é passar a alimentação, a água, e ficar acompanhando, se chamar a gente vai atender, ou às vezes não chama e a gente fica sempre ali na área de segurança só acompanhando, olhando pra ver. Mas quando o adolescente, ele é novato, a gente fica mais atento, de repente a gente não sabe o problema dele, de repente ele está acostumado na vida lá fora, lá solto lá, livre aí ele cai aqui na internação ele vai perder a liberdade dele, de repente ele pode ter um surto lá e querer até se matar, então a gente tem que estar sempre acompanhando isso daí”.

As habilidades técnicas dos socioeducadores modelam-se a partir do esforço para a superação dos obstáculos que o trabalho requer, confrontando-os a pôr em prática uma habilidade técnica que requer o envolvimento de uma inteligência criativa voltada a manter o interno vigiado, isso porque as atividades de cunho educacional parecem não serem possíveis de realização conforme a prescrição, sobre isso Aline diz:

“O adolescente passar o dia inteiro ali só dentro de um alojamento lá e ser tirado para algumas atividades esporádicas né? Eu acho assim que eles só deveriam voltar para dentro dos alojamentos deles pra o momento de almoçar, tomar banho, dormir. E que ficasse o dia inteiro com ... Que tivesse cada etapa com cada profissional que tivesse que lidar com ele. O curso de capacitação que ele estivesse fazendo, o curso técnico, mais a questão da escolarização dele. Então eu acredito que dessa forma teriam condições de evoluir”.

É esse lugar que o trabalhador da UNE ocupa, o de mediador. É dentro da lacuna deixada pelas políticas públicas, pelas normas em vigor e pelas instituições: família, escola etc., que o socioeducador acrescenta e reinventa algo de si mesmo para executar aquilo que

foi prescrito. Suas atividades e ações executadas ficam entre o prescrito e o real como veremos no item seguinte.

5.1.3 Entre o prescrito e o real: “Aqui a norma é na cabeça deles. Hoje eu vou algemar, ah! vou. Ah! Hoje eu não vou algemar, não!” (João).

Na fala acima, João descreve a dificuldade no cumprimento das normas estabelecidas no regimento da instituição, suas funções exigem um constante repensar de suas ações. Situação que deixa oculto o lugar de sofrimento que, por vezes, deixam transparecer nos seus depoimentos. Visto que, observa-se nas expressões sentimentos de medo, de incertezas, de limitação nas ações e outros. Esses fatores podem colocar em prova a subjetividade revelando-se nas questões de incertezas e armadilhas capazes de provocar situações que, além de suscitar o sofrimento, impedem o trabalho de ser vivo, ou seja, de ser mobilizador de inteligência e da criatividade (DEJOURS 2012a, p. 177). Sobre essa demanda, Adão descreve:

O seu serviço é na área de segurança. Então faz o que a lei manda. Então você fica na sua. Aqueles dois que te mandou você bater. Não vai bater não. Se você bater, você vai se ferrar. Na hora que você estiver ferrado, respondendo para o juiz o BO lá que você espancou lá ou como o diz o ditado: você é acusado de tortura! O cara não vai vim lá te defender você não. E também se você for carregar o adolescente no colo também, a pessoa não vai vim defender você não. Então faça o que a lei manda, procura ler muito o que fala a lei, o regimento interno da sua casa (Adão).

A organização do trabalho determina não somente a sua divisão, mas também a divisão dos homens, as relações profissionais são suscetíveis tanto de prazer como de sofrimento (DEJOURS, 2009), o que vai depender da cooperação, da confiança, do reconhecimento, entre outras particularidades que valorizam a identidade do trabalhador (LANCMAN; SZNELWAR, 2008).

As relações hierárquicas que envolvem, diretores, e demais autoridades, as quais os socioeducadores ficam submetidos, engajam processos e normas que suspendem a liberdade de agir, diminuindo as possibilidades de se exercer a autonomia, o desejo e o prazer como corrobora a conjuntura subsequente: “Acima de vocês sempre tem alguém que manda mais... Transfira responsabilidade. Se você é um socioeducador, a situação está tipo assim.... Desordenada! transfira a responsabilidade para o diretor” (Adão).

A ilustração colocada pela fala anterior demonstra um tipo de sofrimento resultante do conteúdo vazio de sentido da tarefa, a propósito do trabalho repetitivo como protótipo de um sistema disciplinar, e a propósito dos comportamentos condicionados (DEJOURS, 1992, p. 102). Outra questão enfatizada pelo autor que pode ser aplicada a essa transferência de

responsabilidade condiz com o compromisso do socioeducador entre um “bem-estar” (em relação ao esforço requerido pela auto-repressão consciente) e um “bem-estar menor” (em relação à vida psíquica espontânea).

A falta de sentido da tarefa pode ser vista na atividade desempenhada pelos trabalhadores da UNE. Adão acredita que não consegue desempenhar uma atividade de cunho propriamente socioeducativa como se prevê o SINASE. Para ele, o real da atividade não lhe dá liberdade de agir com práticas que contribuiriam para a ressocialização. *“Porque só passar para o adolescente: água, comida e tirar para uma atividadezinha aí e outra ali, isso não é ressocialização. E, se todo mundo só faz isso, que ressocialização que é essa?”* (Adão). *“Eu desde que entrei no sistema ainda não vi um adolescente recuperado”* (Berenice).

Aline também menciona o desejo de fazer algo a mais pelos internos da UNE, ao relatar a ociosidade dos mesmos. Além disso, a servidora demonstra-se insatisfeita com o que é proposto pelo SINASE e o que os trabalhadores da UNE conseguem realizar. A falta de atividades para os internos e, por conseguinte, a ociosidade dos mesmos. Tal fato demonstra que o trabalho do socioeducador, em termos do real da atividade fica restrito a vigiar os adolescentes.

“Porque esse adolescente vai passar o dia ocioso, sem nada pra fazer. Porque o sistema é ... Dentro do sistema, dentro do SINASE, o que pede o SINASE é mais bonito, o que pede a lei tá. Mas a realidade não é nada daquilo, não é como deveria ser. O governo não tá dando conta de fazer isso ser diferente, porque assim de mil. De mil, vai assim tirar um que vai conseguir voltar para a sociedade. Cem? Não sei... As expectativas que volte a conseguir ter uma reinserção social são muitas, até porque, eu acredito que uma instituição dessa não deveria ser depósito de adolescente. O adolescente passar o dia inteiro ali só dentro de um alojamento lá e ser tirado para algumas atividades esporádicas né? Eu acho assim que eles só deveriam voltar para dentro dos alojamentos deles pra o momento de almoçar, tomar banho, dormir” (Aline).

A tarefa compreende as diretrizes do que deve ser feito, a atividade o que se faz. Uma das exigências prescritas no trabalho do socioeducador refere-se à participação na construção do projeto de vida do adolescente, executando a proposta pedagógica definida pela instituição de forma que permita a redimensionar hábitos, valores com a perspectiva de formação para o exercício da cidadania. Entretanto, devido às circunstâncias e conflitos derivados da atividade, os socioeducadores da UNE acreditam que não faz parte de suas tarefas criarem vínculos que possibilitem um trabalho neste seguimento tendo em vista que:

“O socioeducador, você me desculpe a palavra, não está aqui na Unidade para ir lá ler bíblia na porta do alojamento para o adolescente. Não está lá para ficar discutindo com o adolescente sobre o que ele deve fazer ou o que ele não deve fazer. O socioeducador não está aqui para tipo assim ... Para dar conselhos, porque não é

pai de ninguém aqui dentro aqui. O socioeducador não é pastor para ficar lendo bíblia ou fazendo culto” (Adão).

É neste duplo sentido que, tanto a forma como o conteúdo do trabalho impede qualquer relacionamento entre socioeducador e adolescente. Dejours (2012a) entende que esse empecilho pode ser explicado pela contradição entre um serviço destinado à comunicação e a proibição imposta pelo trabalho real de qualquer relação psicoafetiva.

Diante das limitações determinadas pela tarefa encontra-se o real da atividade. Este real, no trabalho do socioeducador, caracteriza-se mais uma vez pela impossibilidade de alcançar sucesso na realização da tarefa que lhe é prescrito, fato que implica infringir as recomendações, os regulamentos, os procedimentos, a organização do trabalho. Desse modo a inteligência no trabalho do socioeducador pode estar condenada à invisibilidade, porque se trata de tarefas contraditórias, considerando que, ao mesmo tempo em que requer dele práticas educacionais, exige-se deles a segurança das pessoas, das instalações etc.

No dia a dia da UNE percebemos situações que os trabalhadores lidam com questões pouco comuns em outras profissões. Os adolescentes, quando revoltados com alguma situação (requerer transferência, falta de visitas, mudança de alojamento, falta de algum objeto pessoal etc.), costumam ter os seguintes comportamentos: jogar nos servidores, água do vaso sanitário, urina, fezes entre outros objetos pessoais que podem até machucar os envolvidos. O relato na sequência demonstra o momento em que os trabalhadores da UNE, além de lidar com as pressões psicológicas dos internos que os agrediam a mais de 24 horas, precisaram limpar a sujeira ocasionada por eles, inclusive as fezes que provocavam um odor muito forte no ambiente.

“Ele estava com o potinho, que já tinha jogado num plantão anterior. Ele tinha jogado fezes no banho de sol, alimentação, urina... E o diretor achou por bem tirar ele para o banho de sol e ele limpar. Aí eu disse: Ele não vai limpar. Não vai...Aí eu disse: quer pagar o preço? Nós paga. Só que eu sei que ele não vai limpar. Estou acostumado ver isso aqui. Aí eu falei: Vamos companheiro, nós ficaremos juntos, vamos participar na atividade. Um joga um balde de água, outro joga outro” (Adão).

Defrontada com a tarefa prescrita, a demanda de trabalho requer dos socioeducadores ações que não aparecem em sua prescrição, como no caso de ter que limpar a UNE, que fora suja pelos adolescentes objetivando confrontá-los. Entre outras consequências, o comportamento agressivo e desrespeitoso por parte dos internos contra os trabalhadores da UNE podem sugerir alguns riscos: Causar sofrimento; diminuir a autoestima; deflagrar os vínculos entre internos e socioeducadores etc. Por outro lado, em momentos como este, o

coletivo de trabalho parece ficar mais fortalecido por meio da cooperação na realização das atividades.

5.2 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO: “Trabalhar na UNE é como trabalhar perto de uma bomba que pode explodir a qualquer momento” (João)

Neste item, busca-se compreender as implicações das prescrições estabelecidas no SINASE e no regimento interno que norteia as ações dos socioeducadores, bem como as repercussões destas normas nas relações de trabalho. Para a análise, os dados foram categorizados em três subcategorias: Conflitos nas relações; Gestão participativa; Conflitos no discurso da formação (contradição entre o que foi ensinado academia e o trabalho que se realiza).

Por organização do trabalho, Dejours (1992, p. 25) designa como: “a divisão do trabalho, o conteúdo da tarefa, o sistema hierárquico, as modalidades de comando, as relações de poder, as questões de responsabilidade etc.” A divisão das tarefas e o modo operatório incitam o sentido e o interesse do trabalho ao sujeito, enquanto a divisão de homens solicita, sobretudo, as relações entre pessoas e mobilizam os investimentos afetivos, amor e o ódio, a amizade, a solidariedade e a confiança.

5.2.1 Conflitos na relação de trabalho: “Se nós trabalhássemos armados aqui era mais fácil um plantão dar um tiro no outro aqui” (Adão).

A cooperação seria, segundo Dejours (2012a), o consentimento com as regras de trabalho comuns aos socioeducadores. Entretanto, tal concordância não seria suficiente, sendo, portanto, necessário à reunião de condições que permitam a essas regras ascenderem a uma efetividade social, o que necessitaria de confiança mútua entre os trabalhadores.

O pronunciado do trabalhador Adão expressa a fragilização nas relações de trabalho, que neste caso poderia ser a falta de cooperação, a qual se dá em razão dos conflitos. A individualização cede lugar a uma política do cada um por si, levando a condutas desleais entre os colegas, a desconfiança aparenta alojar-se entre os socioeducadores. De acordo com Lancman e Sznalwar (2008) o isolamento e a desconfiança abrem via para as novas patologias do mundo do trabalho, como por exemplo, as descompensações, a solidão, notadamente as síndromes depressivas e as síndromes persecutórias. Na expressão de Adão é possível perceber que entre as equipes de plantão há situações limites de tensão, quando manifestam

sentimentos agressivos que podem ser ativados a qualquer momento.

Adão desabafa ao enfatizar que as relações entre os servidores da UNE estão em crise e sobressaem-se aos problemas vivenciados com os internos. *“Porque você é testado todos os dias pelos adolescentes e pelos seus próprios colegas de plantão. Então, quer dizer: Só que você tem que saber lidar com, com o adolescente te xingando, e com alguns colegas de plantão. Você não pode confiar”*.

Adão compara o ambiente de trabalho ao inferno: *“Putá merda! A gente tem que ir lá viver aquele inferno. Porque tipo assim, não é nem referente ao adolescente, mas é referente ao servidor, aos próprios colegas de trabalho”*. Logo, o sentido da palavra inferno parece estar associado às situações limites, vivenciadas na instituição bem como às dificuldades nos relacionamentos com os colegas de trabalho.

Aline enfatiza que há falta de cooperação nas vivências da UNE: *“Eu acho que não se dá um relacionamento de unidade. Se dá um relacionamento de divisão né? O diretor geral sempre fala em unidade, mas isso que está na teoria, na prática não se dá.”* Podemos inferir que a falta de cooperação, a degradação do coleguismo, a individualização, a desconfiança são fenômenos presentes nas vivências subjetivas dos trabalhadores da UNE. Tais fenômenos vão de encontro com as prescrições do SINASE (2006), uma vez que o documento preconiza a necessidade de garantir uma dinâmica institucional que possibilite a contínua socialização das informações e a construção de saberes entre os profissionais que desempenham atividades nos Centros Socioeducativos. Ao contrário do que se espera a organização do trabalho na UNE, parece ocasionar experiências degradantes entre os seus trabalhadores e não socializantes como se prevê.

Com a degradação do coleguismo os conflitos podem ser exacerbados ocasionando um distanciamento ainda maior entre os socioeducadores. Dejours (2012a); Lancman e Sznclwar (2008) chamam a atenção para o aparecimento do sofrimento psíquico emanado do fato de que a desconfiança entre as equipes também ocasiona conflitos dentro da própria equipe, induzindo os indivíduos a uma maior individualização e a um fechamento sobre si próprio.

5.2.2 Contradições no modelo de gestão participativa: “Porque você se sente frustrada é ... Você solicita alguma coisa, não vem. Algum material, não vem. Quando vem, vem pela metade” (Aline).

Com os objetivos e as diretrizes bem formuladas, o SINASE (2006, p. 40-41) tem

como conceito primordial a gestão participativa, que pleiteia autonomia adequada e participação consciente de todos os atores que agregam a execução do atendimento socioeducativo. Além disso, está inteiramente ligado ao compartilhamento de responsabilidades, mediante a convenção coletiva com os resultados.

No Estado de Rondônia, a secretaria destinada a gestão do sistema penitenciário é a, SEJUS, ela é responsável pela Coordenadoria de Atendimento ao Adolescente em Conflito com a Lei (CAA). Entretanto, algumas dificuldades apontadas nos depoimentos dos socioeducadores derivam-se dessa dependência e têm surtido efeitos negativos nos resultados das ações socioeducativas. Questões que se manifestam em forma de conflitos, não apenas na ressocialização dos internos, mas também nos processos de saúde/doença no trabalho, refletindo negativamente na vivência subjetiva dos trabalhadores da instituição socioeducativa.

Os servidores da UNE reconhecem e sofrem os efeitos desse conflito, pois se sentem abandonados pelas políticas públicas e falta de investimentos que deveriam ter prioridade absoluta e serem implantados no sistema socioeducativo como preveem os artigos 227 da Constituição Federal e 4º do ECA. *“O sistema, ele não te dá todo amparo de material que você necessita para desenvolver um bom trabalho né”* (Aline). Dessa forma, os trabalhadores da UNE deparam-se com um trabalho desvalorizado, incidindo sobre si o abandono pela instituição e ainda à impotência, por não poder concretizar suas atividades dentro das diretrizes propostas pelo SINASE. Adão desabafa: *“O sistema socioeducativo não tem prioridade de nada. Nada. Para nós não vem nada. Tudo que vem você vê, oh... O presídio tem tal coisa, o presídio tem isso... a gente dá a impressão, que para nós, no sistema socioeducativo, só sobra só o resto”*.

A falta de profissionais também é percebida como resultado da falta de investimento na instituição, como enfatiza Aline: *“Deveria ter mais profissionais, eu acho que também a questão da priorização é mais para o sistema prisional do que o socioeducativo”*.

Todavia, os efeitos dessa contradição alcançam o sentido do trabalho, tendo em vista que além do sistema socioeducativo ser considerado e vivenciado como prisão para os trabalhadores da UNE, por outro, os trabalhadores não usufruem dos investimentos a ela destinados. Por isso, acreditam que o Sistema de Garantia de Direitos, que entre suas finalidades (educação, justiça, saúde, assistência social), não contribui para a ressocialização, e mais que isso, ao invés do adolescente melhorar com a internação, os trabalhadores acreditam que ela o piora: *“Aí é por isso que eu falo: cadeia não ressocializa ninguém. Não ressocializa não. Só piora. Por que aí o cara lá, ele entra até com uma ideia legal, de repente*

topa lá uns bicho lá que não tem conserto mesmo, que está tudo atrapalhado” (Adão).

Tratando-se do sentido que o trabalho representa aos trabalhadores da UNE chegamos ao caráter de utilidade e valorização do trabalho. Lancman e Sznclwar (2008) explicam que, este valor não acontece de forma espontânea, natural. Primeiro passa por um julgamento que antes de ser formulado, precisa ser conquistado por meio da sublimação, que se dá por intermédio das relações sociais no trabalho, mais precisamente pelo olhar do outro. O olhar, em forma de julgamento transforma-se em duas partes que se intercomplementam. 1) Julgamento da utilidade social. Este é de suma importância na busca da identidade do sujeito. 2) Julgamento da beleza: que acontece de forma dupla. Primeiro ao reconhecimento do esmero trabalho do sujeito em consonância com as regras da arte. Em segundo plano consiste em conferir aos sujeitos, atributos que os diferenciam um dos outros.

“Nós como cidadãos, nós pagamos pra manter esse adolescente lá, e o custo de cada adolescente é alto, mas que não tem uma política ... é... voltada para a reinserção na sociedade. Porque não adianta você fazer um depósito de adolescente infrator, em conflito com a lei. Porque acaba sendo um depósito” (Aline).

“Porque é complicadoooo. O adolescenteee. Ele, o servidor, às vezes eu posso até ver a boa vontade dele, ele querendo sair dos problema dele. Mas de repente ele, não só no sistema socioeducativo, acho que até no sistema penitenciário também, o bandido, acredito eu, ele não vê uma oportunidade para ele, a oportunidade quem tem que criar é ele. Eu vejo se falando muito blá, blá, blá nesse país nosso, mas não vejo nada resolver” (Adão).

Os trabalhadores da UNE dão evidências de que o seu trabalho, apesar de ser extremamente importante, não possui a função nem o reconhecimento social desejado. O descrédito começa pela sociedade, e se cristaliza na subjetividade dos socioeducadores, que sustenta-se nos paradoxos derivados das políticas públicas, as quais, na nossa concepção, carecem ser reanalisadas sob a ótica do resultado das ações socioeducativas.

Na lógica da gestão encontra-se outra situação incoerente com os ideais do SINASE, que reforça o comportamento agressivo dos adolescentes, que ao serem transferidos de outras regiões para a UNE, incitam motins com a intenção de voltar para a cidade onde residem:

“Uma para tentar chamar a atenção para voltar para onde eles vieram né. Porque se eles tiverem problemas aqui, eles acham que a direção vai correr atrás pra mandar eles embora. Então tem tudo isso aí. Mas, eles já vêm de lá... se eles já vêm de lá é porque deu problema. Então quer dizer: eles já são acostumados a fazer isso. Então eles ganham tudo na pressão. E ... e se eles estão aqui para serem reeducados, não é na pressão que eles vão conseguir as coisas” (João).

É possível observar, na expressão de João, que o trabalho dos socioeducadores da UNE, fica submetido ao perfil da clientela que atende. No momento de realização do presente estudo, os internos da UNE eram, em sua maioria, oriundos de outros municípios, e

consequentemente, com o intento de retorno, o comportamento comum dos socioeducandos era agir com agressividade contra os trabalhadores. Dessa forma, não foi possível observar um relacionamento de reciprocidade entre adolescentes e socioeducadores, pelo contrário, o livro de Registros da UNE, comprova que não há tempo para a educação como o SINASE espera, pois os trabalhadores estão sempre ocupados lidando com a revolta dos internos.

As relações de poder da UNE é centrada na hierarquização, o que vem a prejudicar a relação entre as novas formas de implantação das ações socioeducativas.

“As vezes o diretor cobra o superior dele também, mas aí o superior também sofre um monte de empecilho, um monte de barreiras que atrapalham, que não conseguem romper isso. Então sei lá...Ou se é o próprio sistema que é assim, ou se é as próprias pessoas que dificultam quem tem lá em cima o acesso a isso” (Adão).

Observou-se que na UNE, as vivências subjetivas relacionadas ao reconhecimento, julgamento e sentido do trabalho caracterizam-se como elementos que mobilizam o sofrimento e as estratégias defensivas, desestruturando as relações intersubjetivas no trabalho. Vivências que podem suscitar descompensações psicopatológicas ou mesmo violências no contexto de trabalho.

Em suma, no que se refere às contradições do modelo de gestão participativa do atendimento socioeducativo rondoniense, em face da dependência e da falta de autonomia da CAA, caracteriza-se pelo autoritarismo de um modelo verticalizado, que por sua vez repercute negativamente na representação social do trabalho, afetando a saúde do trabalhador. Realidade que interfere no resultado das ações dos atores que fazem parte do processo socioeducativo.

5.2.3 Contradições e conflitos no processo de formação do socioeducador no Estado de Rondônia: “Vocês sim ainda não mexeram no rabo do capeta. Vocês não sabem o que está por vir”.

O enunciado acima expõe o discurso de um político durante a formatura da primeira turma de socioeducadores do Estado de Rondônia. O diretor da UNE, quando se referiu à formação disse que nunca se esqueceu do momento de encerramento do curso. *“Todo mundo lembra-se dessa fala, quinhentos trabalhadores ouvindo isso”*. Esse trabalhador relembra desse dia com aparente indignação. Segundo ele, os futuros socioeducadores, foram advertidos quanto ao perfil da clientela que teriam que enfrentar, comparando-a ao “capeta”, por isso foram advertidos que o trabalho a ser desenvolvido seria perigoso e arriscado.

A fim de modificar a situação do trabalho nos Centros de Internação do país, que

possui um passado ainda muito marcado por condutas assistencialistas e repressoras, o SINASE (2006) aponta a formação como um dos aspectos fundamentais para evolução e abandono dessas práticas. Entretanto, o que vemos é que a cultura da repressão parece resistir à transformação que as prescrições legais sugerem.

Porque eu vejo assim ... O servidor público...não só na nossa área, como a área de segurança toda em si, ele tem lá na academia lá, x dias lá...Lá ele vai aprender defesa pessoal, tudo...como lidar...a lei... tudo. Aí ele passou por aquele período, ele é jogado no sistema. Jogado é uma palavra muito feia (Adão).

A afirmação de Adão demonstra que entre o conhecimento enfatizado no curso de formação sobressaíram as técnicas de segurança e de contenção, as quais preparam o trabalhador para lidarem contra os riscos previsíveis e imprevisíveis. Além disso, após início do trabalho nas Unidades, não se oferece mais treinamentos, e isso faz com que o socioeducador sofra em razão do despreparo para lidar com as situações e as demandas de trabalho.

Dificuldade para colocar em prática o aprendizado: O servidor João explica que na prática, sente-se impedido de executar suas atividades conforme o treinamento recebido. “É você vai conversar com o diretor, ou com o diretor de segurança, eles falam assim: Aquilo lá... Aquilo lá não é bem assim que funciona”. Coloca-se aí a questão das regras no trabalho, e que parecem ter certa inflexibilidade, pois não admitem o acordo do coletivo. Dejours (2012b, p. 84) adverte que as “[...] regras de trabalho têm uma eficiência não apenas técnica no mundo objetivo, mas ainda moral e prática no mundo social do trabalho. Toda regra de trabalho trata simultaneamente a relação com o real do trabalho e o saber viver junto”. Portanto, o autor coloca como sendo imprescindível o espaço para a deliberação porque promove a convivência.

Incoerência no discurso dos professores: As disciplinas que fazem parte do curso oferecido pela SEJUS bem como o discurso dos professores que as ministram parecem não ter uma coerência em relação aos objetivos do treinamento como ratifica a expressão seguinte:

“Na academia é o seguinte: eu tive professor advogado, eu tive professor policial, eu tive professor agente penitenciário, eu tive professor Pedagogo, Psicólogo...Vinha um agente penitenciário louco lá, que ele era do GIR. Sabe o que é o GIR né?! Grupo de Intervenção Rápida. O cara era psicopata. O negócio do cara era só bater. O negócio dele, era quando o Urso Branco estava com problemas, juntava a equipe dele, encapuzava todo mundo lá. Chegava no Urso Branco descendo a madeira em todo mundo. Então a questão dele era de pancada, socioeducador. A intenção dele é que socioeducador batesse. Não nos instigava como bater, mas que tinha que ser linha dura mesmo para regaçar!” (Adão).

O curso de formação oferecido à capacitação dos socioeducadores contém conteúdos

e métodos que legitimam e mantêm presentes a lógica repressiva e desintegradora de subjetividades, internalizadas nas instituições e nos comportamentos dos que nela passam. Portanto, um encaminhamento para esta questão seria que o curso seja repensado a partir de uma metodologia que exclua as dicotomias tanto no treinamento, quanto no discurso de seus atores. Alguns pontos importantes a serem repensados serão apresentados nesta sequência.

Identidade profissional: A busca pela reinvenção intensifica o confronto entre “quem sou eu”, o que leva ao “como agir” que caminha em direção à descoberta de si como pelo sentido do que se faz. Tais engajamentos são expressos pelo trabalhador Adão, ao se referir ao curso de capacitação e ao conhecimento ministrado pelos professores: *“Se você não tentar é ... filtrar as coisas boas para você e largar as ruins, você fica doido na academia. Aí você fica louco. Aí você fala: Puta merda! E agora?! Que caminho que eu sigo agora!?”* Nesta expressão, é perceptível a dificuldade em colocar em prática o que se é ensinado, ou seja, os conflitos presentes na atividade do socioeducador iniciam-se no curso de formação como confirma a declaração do trabalhador João: *“No SINASE não fala isso, nós temos que funcionar pelo SINASE. Mas nós aprendemos assim na academia. Ah! Mas na academia já foi. Agora nós temos que ver em cima do ECA. Nós temos que fazer o que o promotor e o juiz quer. Então eu acho assim ... Eles mudam muito de ideia”*.

Observou-se que o trabalho realizado na UNE acaba sofrendo várias influências, pois a competência de cada socioeducador não pode ser dissociada do contexto de sua realização. Essa repercussão é resultado de contingentes que vão desde as políticas públicas hoje invalidadas, passando pelo curso de formação, e alcançando a gestão suscitadas pelas normas em vigor. O fracasso, os insucessos, o inesperado, as derrotas frente às forças do real são parte integrante do trabalho, que por sua vez, remaneja a personalidade e atribui o real do trabalho ao sujeito, que por sua vez, ao mesmo tempo em que transforma é transformado pelas características de seu trabalho. Portanto, encontrar soluções, inventar novos caminhos, passa antes de tudo por uma transformação de si, e influencia a subjetividade do trabalhador (DEJOURS, 2012a).

5.2.4 Estratégias de enfrentamento: “Às vezes eu tenho medo de abrir a boca” (Aline).

Moraes (2013, p. 177) compreende que “[...] para permanecer na normalidade os trabalhadores constroem estratégias para enfrentarem o sofrimento, e se fundamentam principalmente nos mecanismos de denegação daquilo que desencadeia o sofrimento, tendo um funcionamento inconsciente”.

As estratégias de enfrentamento são reforçadas pelas condições que beneficiam a mobilização subjetiva, todas são integradas na dinâmica intersubjetiva da atividade de trabalho. No caso dos trabalhadores da UNE foram encontradas algumas estratégias de enfrentamento contra o sofrimento, entre elas o autocontrole, a negação do sofrimento, as fofocas, a desconfiança, o silêncio e isolamento, a agressividade, o assistencialismo, o desenvolvimento de uma atividade além de ser socioeducador, as trocas de plantões, esquecer que o trabalho existe nas horas de folga.

Sufrimento negado ou calado: Este tipo de estratégia de enfrentamento é revelado nos comportamentos que não são comumente observados e que não são patológicos, os quais são demonstrados pela transformação e pelo ritual do referido sofrimento (DEJOURS, 1992). João explana utilizar este tipo de estratégia ao dizer que não tem medo de ter que enfrentar determinadas situações de risco no trabalho. *“A adrenalina sobe para a cabeça que eu nem penso que pode acontecer alguma coisa comigo. Tanto é que eu tô me controlando muito pra ... pra me segurar... e graças a Deus eu estou conseguindo. Eu não esquento a cabeça não.* Nesta expressão observa-se que a partir do momento que a excitação das fibras nervosas simpáticas se tornam ativas, o medo é negado, dando ao trabalhador uma espécie de coragem momentânea para agir diante dos fatos. Entretanto, nem o medo nem o sofrimento deixam de existir. O que se percebe nesta estratégia é uma explicação partindo da normalidade, ou seja, o sofrimento é camuflado para que, apesar das pressões, o trabalhador não enlouqueça (DEJOURS, 2006).

A segunda atividade: O trabalho que os socioeducadores escolhem para desempenhar nos dias em que estão de folga demonstra ser o responsável por suprir aquilo que a atividade da UNE não dá conta de elaborar, como se nota nas expressões seguintes:

“No momento que eu chego lá, que eu vou executar a minha tarefa lá, tipo assim ...é lógico que aquilo lá é uma atividade financeira que me ajuda bastante...Só que assim ... aquilo lá eu faço com amooooorr. Não teria nem necessidade de fazer aquilo lá não, e você pensa que eu acordo 4 horas da manhã por que eu tô ganancioso ganhar dinheiro? Não! Eu faço com amor, eu acordo, eu acordo contente porque lá tipo assim, porque eu gosto” (Adão).

O socioeducador Adão explica que tenta fazer o trabalho socioeducativo com o mesmo amor que desempenha outras atividades nos dias em que está de folga, dessa forma se por um lado o amor que Adão diz ter pela segunda atividade pode ser interpretado como o prazer que ela lhe oferece, por outro, a expressão também evidencia que o trabalho socioeducativo fica em segundo plano nas suas dimensões prazerosas e sublimatórias.

“[...] lá... eu gosto muito de conversar com pessoas. Então como eu estou no comércio eu converso com vários tipos de pessoas, de várias classes sociais e de várias cidades. Então eu converso com todo tipo de pessoa. [...] Então, é uma forma de você não estar lembrando. E se eu ficar em casa, você acaba ficando: Putz! Aconteceu isso, aconteceu aquilo ... E eu estando lá assim ... Eu esqueço daqui. Só sei que eu vou voltar a quatro dias, então eu tô sossegado... Aí eu ocupo minha cabeça com outras coisas e num, num ... Num fico lembrando do que está acontecendo aqui” (João).

Quanto ao socioeducador João, observa-se que o trabalho desempenhado nas horas de folga tem a função de suprir a falta de reconhecimento que o trabalho na UNE deixa a desejar. Aqui a dimensão da sublimação ainda proporciona a dimensão da atividade socialmente valorizada apontada por Dejours (2012b), que, à luz da clínica e da psicodinâmica do trabalho, aparece mediante a apreciação do julgamento pelo outro.

Observou-se que a segunda escolha ocupacional torna-se responsável por mediatizar o sofrimento e o prazer, pois geralmente dela se obtém o reconhecimento, o prazer, a autonomia, enfim, a sublimação, responsáveis pelo prazer, que passa pela deontologia do fazer, da liberdade de agir, em outras palavras, pela sugestão do sujeito na laboração e no ajustamento das regras (DEJOURS, 2012b).

Trocas de plantão. As trocas de plantões também não aparecem nas entrevistas como estratégias de enfrentamento, porém nas observações e no Registro de Diário de Campo pôde-se perceber que, quando há necessidade de se afastar dos problemas vivenciados na UNE, os trabalhadores fazem uso desse meio. Já existe um acordo entre os pares, para que sempre que sentirem o ambiente pesado, ou diante de outras necessidades, façam a troca entre si. Duas trocas correspondem a quinze dias de folga, ou seja, é uma forma de esquecer que o trabalho e os problemas dele sucedidos existem.

Esquecer que o trabalho existe nas horas de folga: *“Tá vendo aquela porta ali, é como se tivesse um botãozinho ali, quando eu saio eu desligo, quando eu chego eu ligo de novo” (Adão).*

João corrobora Adão e demonstra a necessidade de não pensar no trabalho depois que entregou o plantão: *“Eu gosto de sair do trabalho e esquecer que ele existe. Uma que eu saio daqui eu num ... num ... eu apaguei. Saí daqui eu esqueci. Sai daqui e só vou voltar daqui a quatro dias, então, eu apaguei” (João).* Nas duas expressões observou-se que os trabalhadores precisam esquecer-se do trabalho durante os dias em que não estão de plantão. Portanto, se há a necessidade de esquecê-lo, é porque provavelmente não seria bom lembrar-se da sua existência, porque de alguma forma lhe causa desprazer.

Dejours e Abdoucheli (2009) explicam que os alvos dessas estratégias seriam “a modificação, a transformação e, em geral à eufemização da percepção que os trabalhadores

têm da realidade que os faz sofrer”. Os trabalhadores obtêm, graças a suas defesas, diminuição da percepção da rigidez e das pressões organizacionais e das irredutíveis fontes de sofrimento.

Observou-se que, as estratégias acima apresentadas são os meios que os trabalhadores da UNE utilizam para se esquivarem do sofrimento, estas vão além das estratégias de defesas, ou seja, enfrentam a situação, se mobilizando subjetivamente, cujo processo individual ocorre diante das condições oferecidas pelo grupo. Todas essas estratégias demonstram ser de grande valia para a manutenção da mobilização dos trabalhadores da UNE, pois permitem, de uma forma ou de outra, a existência da criatividade, da inventividade, da descoberta, fazendo com que os desafios do trabalho sejam estabilizados, fatores imprescindíveis para evitar a alienação decorrente da falta de sentido da profissão.

5.2.5 Estratégias de defesa: “Você tem que manter o controle” (João).

Além das estratégias de enfrentamento existem as estratégias de defesa, a semelhança entre ambas é que são específicas para cada coletivo de trabalho, e são organizadas para transformar a situação que gera sofrimento. Segundo Moraes (2013), as estratégias defensivas apresentam uma dicotomia: apesar de protegerem o psiquismo, possibilitando o impedimento da descompensação, não são capazes de promover a modificação na organização do trabalho, por isso podem agravar o sofrimento e alcançar a alienação do sujeito e do coletivo.

Auto controle: No caso do auto controle o servidor Adão diz que o sentimento que tem em relação a sua atividade é de estar pisando constantemente em cacos de vidro, por isso deve se controlar tanto para não “ferir” os internos nos momentos de nervosismo, quanto para não fazer algo que possa vir a prejudicá-lo.

“Se você chegar ao ponto de você perder totalmente a razão, perder o auto-controle, você partir para as vias de fato, você está pisando igual eu falei, porque você está indo contra a Lei, tentando resolver uma situação que é momentânea e que é você acaba cometendo um crime, participando de um erro para tentar corrigir outro erro” (Adão).

“Eu vou pensar antes de fazer alguma coisa porque eu posso botar em risco a minha profissão e até a minha liberdade” (João).

Diante do exposto, a análise das expressões descritas aponta para um trabalho onde o profissional necessita de um esforço para manter-se equilibrado. O desafio é, portanto, cumprir com aquilo que As Bases Éticas da Ação Socioeducativa (2006) e o SINASE (2006)

propõem: não acatar as ofensas dos internos, mas sim utilizá-las como meios oportunos de educar por meio do exemplo.

Fofocas: Entre as causas da desconfiança presente no relacionamento dos trabalhadores da UNE, aparecem em destaque as fofocas, como explica João: *“Existe um problema muito sério aqui porque tipo assim, o povo tem um linguão desse tamanho mais ou menos assim ... Muita fofoca corre aqui dentro”*. O trabalhador Adão corrobora com João ao dizer que a relação entre os servidores da UNE não são verdadeiros uns com os outros.

Aqui é uma relação de falsidade. Na frente fala uma coisa, por trás fala outra, pelas costas falam outra. Não só com a direção, mas todo mundo aqui. Então tipo assim ... na frente tenta manter a boa vizinhança e nas costas desce o cacete. Então aqui não tem uma convivência muito boa não... em todos os sentidos... são poucos aqui que tem amizade fora daqui (Adão).

As relações de trabalho são marcadas pelo medo e pela desconfiança, os socioeducadores parecem encontrar dificuldades para elaborar estratégias de enfrentamento, assim, criam estratégias subsequentes como uma espécie de continuação e aprimoramento das que vão sendo utilizadas, mas todas parecem ser mobilizadas nos momentos de tensão e onde o comportamento dos trabalhadores parece perder o controle.

Desconfiança: *“Que hoje você não pode confiar nem nas paredes aqui nessa unidade né. [...] você tem que trabalhar desconfiando de tudo, então, eu uma coisa que eu estou aprendendo é trabalhar calado”* (João). Observou-se que a desconfiança surge em razão das fofocas e dos prejuízos por elas causados. Desta forma, os trabalhadores da UNE optam pelo silêncio e conseqüentemente se isolam dos demais.

Silêncio e isolamento: São estratégias parecidas, mas com estágios diferentes. A primeira refere-se a uma forma de não se envolver, sobretudo é característica do início do isolamento. Este por sua vez, aparece em um momento em que o indivíduo se encontra em um estágio mais avançado de retraimento, por isso é tido como uma patologia da solidão (LANCMAN; SZNELWAR, 2008). No caso da trabalhadora (Aline), além de encontrarmos o silêncio em suas atitudes, nos deparamos com outro tipo de estratégia, o isolamento: *“É então, muitas vezes eu prefiro me calar mesmo. E daí eu acho que é uma forma de defesa, é você pegar, você ficar mais tempo é na sua sala, é conversar menos dos problemas, do que você pensa né. E o mínimo possível”*. O servidor João aponta o silêncio como o maior desafio do seu trabalho: *“O maior desafio é você ter que ficar calado no seu plantão. [...] não entro mais em brincadeira com ninguém. Tanto é que eu não tenho nem muito convívio com os companheiros de trabalho aqui, eu converso com um ou dois, não tenho esse vínculo de*

amizade, não”. Nestas estratégias, o trabalhador introjeta a lógica organizacional e reproduz inconscientemente justamente as fontes de seu sofrimento, a saber, o silêncio e a solidão.

“Aquele que se envolve subjetivamente com todas as responsabilidades inerentes à tarefa e encara honestamente as dificuldades que aparecem na gestão da discrepância existente entre o trabalho prescrito e o trabalho efetivo [...]” acaba vivenciando a experiência do fracasso, da impotência, da dúvida, da incerteza (LANCMAN; SZNELWAR, 2008, p. 226). Ou seja, aquilo que o trabalhador conhece do seu trabalho, dificilmente chega até o outro para ser apreciado, julgado, uma vez que, expor a experiência é também exhibir os insucessos, os fracassos do real, em decorrências das normas gerenciais. Neste sentido demonstrar tais fatos é também admitir a incompetência do sujeito. Portanto, a saída para evitar o sofrimento acaba sendo o silêncio que leva ao isolamento e ao individualismo, por conseguinte, à fragilização dos vínculos de amizade que, acabam enfraquecendo a força do coletivo de trabalho.

Medo: *“Medo, medo, sente assim pressão por parte dos órgãos oficiais até de vir responder por algum problema, ou por parte de um familiar de um adolescente desse né”. [...] O Ministério público, né? A família..., é, a sociedade... a corregedoria*” (Aline). O medo refere-se a insegurança que os socioeducadores sentem durante a execução de suas tarefas, que por sua vez, demonstra-se estar impregnado não apenas na atividade, mas também no sentido que a atividade suscita à subjetividade do trabalhador da UNE. Seria o medo, portanto, o responsável pela proteção física desse trabalhador. Entretanto, este sentimento, ao ser vivenciado em excesso pode ser nocivo à saúde do trabalhador, ascendendo descompensações psíquicas: *“E tem gente que hoje, no momento, está fazendo tratamento devido a morte que teve recentemente, que está com pavor até hoje, que está com síndrome de pânico”* (Adão).

Rigidez: Diante do sofrimento ocasionado pela pressão na atividade de trabalho, os servidores organizam estratégias para protegerem-se contra a medo dos internos. Adão tenta se defender demonstrando coragem e autoridade: *“A gente procura ficar numa postura mais adequada para tentar mostrar para o adolescente que a gente está ali para ter firmeza e para ele sentir firmeza na gente, mas tipo assim ... Aquela segurança plena aqui dentro, ninguém tem, acredito eu. Eu não tenho”*.

Agressividade: A agressividade pouco aparece na fala dos trabalhadores da UNE. Porém, podemos encontrar sinais de sua evidência, que só foram possíveis ser identificados por meio das observações e registro no Diário de Campo. Diante das limitações impostas pela organização do trabalho, os socioeducadores encontram meios para lidar com o medo e a

hostilidade dos internos que possuem um alto potencial ofensivo e uma extensa ficha criminal. Dessa forma, agem tanto com agressividade, quanto com assistencialismo, o que vai depender da ocasião e da personalidade de cada trabalhador. Caso estejam sozinhos com os internos, costumam tratá-los educadamente e com cortesia. Porém, para demonstrarem autoridade e se auto afirmarem, caso estejam perto de outras pessoas e tenham que dar algum tipo de ordem, costuma ser ríspidos na forma de se expressarem e tratarem os internos.

Assistencialismo: Este tipo de estratégia não apareceu nas entrevistas, porém fica nítida nas observações. Alguns socioeducadores têm um tipo de relacionamento um pouco diferenciado com os internos, e que foge à prescrição da atividade. O assistencialismo acontece com as seguintes atitudes: trazer para os adolescentes: roupas, objetos pessoais, alimentação, remédio etc., passar objetos e alimentação fora dos horários, atender os internos todas as vezes que é solicitado, conversar sobre a vida pessoal, dar conselhos, fazer correrias (favores) etc.

“Há divergências por quê? Atritos, confusão né? Porque aquele lá é rigoroso, aquele plantão. O outro, já tudo que, independente de horário, tudo que o adolescente pedir ele cede, ele faz para o adolescente. É até uma forma dele não ter conflito com o adolescente. Pra passar aquele período com o adolescente sem conflito nenhum. E ele faz daí as vontades do adolescente. E o outro lá que não faz a vontade, que não cede a vontade, ele é o ruim. É onde que o adolescente vai desacatar, desrespeitar” (Aline).

Estas práticas geram conflitos entre os trabalhadores, pois aqueles que não agem da mesma forma são rotulados como os “trabalhadores ruins” pelos adolescentes e os que fazem são os “bonzinhos”. Dessa forma, as ofensas e a agressividade são sempre disparadas aos trabalhadores que compõem o primeiro grupo, os do segundo são protegidos. Além disso, se os internos planejam uma rebelião ou fuga, combinam de agir nos plantões em que os trabalhadores “bonzinhos” não estão.

Os trabalhadores utilizam a agressividade e o assistencialismo como poderosos instrumentos de trabalho para se defenderem da realidade que os faz sofrer.

Importante ressaltar que, à medida que as estratégias defensivas vão sendo exploradas pela organização e aproveitadas de forma acentuada, proporcionam o risco de colaborar para ativação da condição desfavorável aos próprios trabalhadores, diminuindo sua força e, paradoxalmente, acelerando o adoecimento (LANCMAN; SZNELWAR, 2008).

5.3 PRAZER E SOFRIMENTO NO TRABALHO: “Agora as coisas vão tranquilizar por aqui” (Berenice, Liliane).

O sucesso operacional de um modelo institucional ressocializador depende de sua organização, como afirma Dejours (2012b), pois esta relaciona-se tanto aos aspectos ligados à divisão do trabalho quanto à divisão dos homens. Sendo assim, o conhecimento, por parte de uma instituição sobre a importância de uma organização do trabalho que perpassa a relação entre prazer e sofrimento no trabalho pode permitir transformações e gerar condições que favorecem a saúde (DEJOURS, 2009).

5.3.1 Prazer no trabalho: “[...] depois que ele estava lá fora, ele viu que eu fui um camarada que foi produtivo para ele” (Adão).

Pensar em prazer é pensar naquilo que nos faz bem, que nos faz sorrir, que nos motiva a continuar. Neste sentido, Dejours (2012a) afirma que o trabalho jamais é neutro, podendo suscitar tanto o sofrimento quanto o prazer, este refere-se à “descarga de energia psíquica que a tarefa autoriza” (DEJOURS, 2009, p. 24).

Transferência dos internos para a Unidade de onde vieram: Depois do homicídio ocorrido na UNE, observou-se uma desestabilização emocional na maioria das pessoas que nela trabalham. Entre os sintomas mencionados pelos servidores registrou-se: insônia, medo, preocupação constante, cansaço, medo de ser penalizado, medo de ter que responder administrativamente pelo crime, pensar constantemente no ocorrido, entre outros. Nos primeiros trinta dias subsequentes ao crime houve intensa movimentação dentro da instituição: policiais militares, civis, peritos, promotora de justiça, repórteres, corregedores, coordenador etc. Vários foram os depoimentos colhidos e as investigações feitas, todos os trabalhadores foram investigados, ouvidos. A corregedoria da secretaria de justiça e a promotoria de justiça montaram uma sala especial com seus escrivães a fim de ouvirem os trabalhadores da UNE.

O diretor da UNE relatou que em apenas um dia, os trabalhadores tomavam um galão de água mineral, quantidade que levava mais de uma semana para acabar. Disse ainda que nunca se sentiu tão tenso no seu trabalho, e que para poder continuar exercendo sua função necessitou tirar férias depois do fato. Uma preocupação evidenciada no discurso dos trabalhadores foi encontrar os culpados para o ocorrido. Ao mesmo tempo em que estavam unidos protegendo-se um aos outros, entravam em discussão, dizendo que em algum

momento alguém deveria ter feito algo que facilitou a ocorrência do homicídio. As acusações eram: Você não ficou olhando os internos no momento em que estavam no banho de sol; Você estava no computador quando aconteceu o homicídio; Você estava na cozinha; Você estava assistindo televisão na área de segurança. Outro fator em destaque, observado no discurso relaciona-se à rejeição dos trabalhadores ao homicida. Os socioeducadores mencionavam que não conseguiam olhar para o interno que praticou o crime, que sentiam raiva, nojo da frieza do interno. Pior ainda, para os socioeducadores seria servi-lo, fazer o que pedia. Isso caracterizava-se como um de seus maiores desafios: servir àquele que gostariam de punir.

Observa-se que os trabalhadores buscavam descobrir em qual lugar e o que cada um deles estava fazendo no momento que ocorreu o fato. O próprio homicida ajudava a colocar “fogo” na discussão dizendo sempre sorrindo e demonstrando frieza nas suas expressões: O diretor estava na UNE quando eu matei o fulano; Ciclano estava bem pertinho, estava na cozinha. Todas essas conversas pareciam interferir no comportamento dos trabalhadores, deixando-os agitados e nervosos, sendo a equipe mais afetada aquela que estava de plantão no dia do crime.

Depois de toda essa tensa movimentação o que se observou no comportamento dos trabalhadores da UNE foi uma onda de alívio, de felicidade, isso porque os internos, os quais haviam provocado toda a situação desestabilizadora, iriam voltar para a cidade de onde vieram. Daquele dia em diante, passou a se observar um maior entrosamento entre os servidores, conversavam e brincavam entre si. A equipe de socioeducadores que viera fazer a escolta dos internos também aparentava felicidade. A ela, acredita-se que a possibilidade de sair da rotina, e de estarem em contato com outros colegas de trabalho representa ser uma fonte de prazer no trabalho. Quanto aos trabalhadores da UNE, o sentimento coletivo de comemoração se dava pela transferência do homicida e pela transferência daquele que o instigou a cometê-lo.

Nas situações comuns de trabalho, são frequentes os incidentes que transtornam e desestabilizam os trabalhadores. Dejours (1992) explica que isso acontece no manejo de situações que provocam riscos para a proteção das pessoas ou a segurança das instalações. Para os trabalhadores, muitas vezes, não é possível definir se seus fracassos têm a ver com uma falta de capacidade ou com irregularidades do sistema técnico. Tal perplexidade é um agente de angústia e sofrimento ao assumir a forma do medo de ser inábil, de não estar à altura ou ser inábil de enfrentar ocorrências inesperadas, nas quais esteja intrincada a responsabilidade.

Observou-se que depois dos acontecimentos que provocam uma desordem psíquica, ou que geram tensões, conflitos os trabalhadores da UNE passaram a ter motivações para continuar o trabalho. A fala em destaque, *“Agora as coisas vão tranquilizar por aqui”* explica essa situação, pois evidencia a alegria pela volta da tranquilidade, da paz. Neste sentido, se há uma desordem desse tamanho, infere-se que a transferência dos internos de outras regiões para a UNE é causa de sofrimento, assim como a volta para a Unidade onde estavam internados é fonte de alívio e motivação para trabalhar, ou seja, causa prazer.

Reconhecimento: Na expressão acima, é perceptível a importância do reconhecimento, Dejours (2006) enfatiza que este sentimento mostra-se decisivo na dinâmica da mobilização subjetiva da inteligência e da personalidade no trabalho, o que em outras palavras, segundo a psicodinâmica pode ser visto como a motivação para o trabalho. O reconhecimento esperado tem o papel fundamental, que é de transformar o sofrimento em prazer.

O prazer passa a existir quando há possibilidades de flexibilização da organização do trabalho, de modo que esta admita maior liberdade ao trabalhador para rearranjar sua maneira de agir (DEJOURS, 2009). Esse sentimento está relacionado à satisfação das necessidades do sujeito, resultando da descarga de energia psíquica que a tarefa autoriza que aconteça, com os processos sublimatórios que ampliam a subjetividade e favorecem os sentimentos de satisfação, realização bem-estar, felicidade, os quais superam a angústia, o ressentimento e violência próprios do sofrimento (DEJOURS, 2012a).

Encontrar o adolescente egresso e ser bem tratado por ele: Na expressão em destaque anteriormente e na expressão seguinte, pode-se perceber que os socioeducadores, além de sentirem prazer em serem bem tratados pelos egressos da UNE, também sentem prazer quando o adolescente está fazendo cursos, sendo qualificado, ou seja, recebendo o devido atendimento socioeducativo prescrito.

“Mesmo com a falta de um curso, uma oportunidade a mais para o reeducando, eu já vi menor que entrou aqui, é claro, com ato infracional pequeno que saiu daqui, me encontrou lá fora e eu fui bem tratadoooo, conversou comigo, falou assim que mudou, que pra ele aquilo foi um exemplo pra ele” (Adão).

Ver o adolescente construir família e trabalhando depois que saiu da Unidade:
“Acho que foi de coração, também não sei né se ele falou isso pra mim. E eu o vejo na rua, trabalhando, casou”. O servidor Adão demonstra satisfação em ver que os adolescentes que foram internados na UNE se deram bem na vida, melhoraram, reconstruíram-se, ou seja, aconteceu a ressocialização, a qual é o objetivo primordial do trabalho socioeducativo.

Observa-se que nesta fonte de prazer encontramos o sentimento de utilidade do trabalho. De acordo com Dejours (2006) o reconhecimento esperado por quem mobiliza sua subjetividade implica a participação dos atores e se refere à função de quem espera o reconhecimento, pois quando o trabalho é reconhecido, também o são os esforços, as angústias, as dúvidas, as decepções, todos esses sentimentos passam a adquirir sentido.

Colaboração entre os pares: *“Estou aprendendo com o seu auxílio também né, junto com você né. Graças a Deus a gente trabalha muito bem. Você está me ajudando muito a superar essa fase ruim da minha vida né”* (Aline). Esta servidora demonstra que sua fonte de prazer no trabalho está atrelada ao apoio encontrado nos pares, este processo é confirmado pelo que Dejours (2009) expõe como alívio da carga psíquica do trabalho, o tornando equilibrante e abrindo espaço para a motivação e a satisfação. Esse tipo de prazer evidencia a importância do coletivo de trabalho, que segundo Dejours (2012b, p. 79) “[...] só é possível se obtiver a reunião das inteligências para inscrevê-las em uma dinâmica subjetiva comum”.

As amigas e os vínculos com alguns colegas de trabalho: Apesar dos laços de amizade se encontrarem em profunda fragilização na UNE, Adão demonstra a importância do bom relacionamento entre os colegas e confirma os benefícios da força do coletivo: *“[...] O que eu acho...por tudo de contra tempo que tem... o que me deixa... o que eu fico contente é que eu tenho algumas pessoas que trabalham mais eu aqui, que a gente somos amigos* (Adão). Dejours (2012b) adverte que trabalhar não é apenas produzir, mas também viver junto, daí a importância de uma articulação entre os espaços de promoção e fortalecimento dos vínculos.

Os dias de folga: *“E se eu ficar em casa, você acaba ficando: Putz! Aconteceu isso, aconteceu aquilo... E eu estando lá assim ... Eu esqueço daqui”* (João). Apesar de não exigir grandes esforços físicos, a rotina de trabalho e o conteúdo da tarefa realizada na UNE parecem demandar de seus servidores bastante esforço psíquico, o que se dá em razão das características da profissão já apresentadas no início da análise (medo, riscos, desconfianças etc.). Dessa forma, a folga torna-se imprescindível no processo de estabilização das energias psíquicas, necessárias ao equilíbrio mental e age como espécie de flexibilização ofertada pela organização do trabalho que gera o prazer (DEJOURS, 2009).

Com base na Psicodinâmica do Trabalho, pode-se destacar que o prazer encontrado nas vivências subjetivas dos trabalhadores da UNE caracteriza-se como a implicação do pleno desenvolvimento do funcionamento subjetivo, que se origina quando o indivíduo atinge seu potencial para o sentimento, para a liberdade, e para a demonstração absoluta de si mesmo, no intento de poder atingir tudo aquilo que ele é capaz, e para que ele possa, além disso,

constituir relações satisfatórias com os pares, com os adolescentes atendidos e com a sociedade.

5.3.2 Sofrimento no trabalho: “Eu vejo que os socioeducadores se sentem humilhados, desrespeitados mesmo. Como pessoa, como profissional, né?! (Aline).

Destacam-se como vivências subjetivas, o sofrimento, o prazer, os desejos. Elas remetem ao sujeito em particular, que tem uma história, uma experiência única, com seu modo singular de senti-la. Logo, cada indivíduo, ao vivenciar algum tipo de sofrimento, edifica suas estratégias e mecanismos de defesa, que, no plano individual, ostentam configurações adaptativas às condições ambientais de cada contexto.

Diante dos desafios impostos pela organização do trabalho, as vivências subjetivas dos trabalhadores da UNE deixam em evidência o sofrimento, o que demanda dos servidores, autocontrole constante para lidar com a tensão.

Sentimentos de humilhação: *“Eles me xingam... Já aconteceu de eles me xingar eu...ai eu fico lá quietinho”* (Adão). Assim como o servidor Adão, João alude à complicação e a dificuldade encontrada para não perder o controle emocional, pois as pressões psicológicas são inerentes a sua profissão. *“É complicado. Porque você é xingado a todo momento. É jogado água em você, urina, até mesmo fezes né? [...] De jogarem comida em você...é, é pressão psicológica a todo momento em cima de você. Sendo xingado, sendo testado. Então é complicado você trabalhar assim”* (João).

É possível observar na fala anterior o acúmulo da energia pulsional, que necessita ser descarregada no exercício do trabalho, mas ao ser impossibilitado/reprimido de expressão acaba gerando um sentimento de desprazer. Segundo Dejours (2012a); Dejours (2009) a energia não pode permanecer guardada por muito tempo, portanto, quando as capacidades de contenção são expandidas, a energia retorna para o corpo, nele desencadeia certas perturbações como é o caso da angústia e da agressividade.

Insegurança: *“Eu achei que foi assim de o adolescente ter matado o outro, foi por falta de ouvir, aconteceu isso por falta de ouvir, que se eles tivessem ouvido o clamor que vários socioeducadores clamavam, que queriam uma postura mais assim de segurança mesmo (Aline)”*. Nesta expressão observa-se que a insegurança nasce do medo do que já ocorreu dentro da UNE. Mesmo antes de um adolescente ter matado o outro interno, os socioeducadores já previam que isso poderia ocorrer. E esse clamor explícito na fala da

servidora demonstra que há possibilidades de acontecer não apenas com os socioeducandos, mas também com os trabalhadores, como já fora registrado em outras Unidades do Estado.

Pressão psicológica: Aqui a pressão psicológica é avocada por meio das dificuldades enfrentadas no trabalho real, que não vem apenas do medo dos internos, mas também da sociedade, da família, do ministério público que visita a UNE constantemente. *Eles conseguiram quebrar um ferro lá, uma chapa de ferro assim ... que saiam cavando. Os caras eu acho que estavam com o capeta no couro, que derrubaram. Ninguém ficou La olhando para ver aquilo lá (Adão).* Dessa forma, Aline corrobora os sentimentos evidenciados por Adão ao verbalizar como se sente no trabalho. *“Então quer dizer: é muita pressão... é muita pressão psicológica. Você lida com a pressão psicológica diariamente né?! Então é muito difícil!”.*

Os desafios impostos pela organização do trabalho direcionam os trabalhadores da UNE a agirem. O desejo emanado das atribuições da atividade parece provocar sentimentos de raiva, portanto a ação e a criatividade demandadas como respostas à ação não são possíveis, são ilegais. Dessa forma, o socioeducador tem como desafios do seu trabalho, a paciência e a calma, mais precisamente promovida pelo domínio de si mesmo. *“Eu chegava... ah... eu bufava... respirava fundo... e bufava... a minha vontade era entrar lá e espancar pra mostrar para eles que eu não tenho medo deles” (João).*

Autonomia cerceada: *“Eu vou falar a verdade, não é nem que eu sinto que não tenho autonomia, mesmo que me dessem autonomia, eu não vou tomar autonomia” (Adão).* João demonstra medo exercer autonomia. Acredita, portanto, que não é possível tê-la em razão do próprio processo e da organização do trabalho.

“Antigamente eu tomava decisões e assumia as consequências. Hoje já não tomo mais não. Porque você não tem uma hierarquia certa. Que normalmente seria: diretor, diretor de segurança, comissário e os plantões. Mas não. É plantão, diretor de segurança, e diretor geral. O diretor de segurança fala uma coisa e o diretor geral fala outra. O plantão faz, o plantão assumiu o risco” (Adão).

Sensação de abandono: Quando o trabalhador é desprezado em suas atividades, não há possibilidade de prazer. A falta deste torna-se perigosa porque desestabiliza o referencial no qual se apoia a identidade. *“Eu me senti jogada dentro da secretaria de justiça” (Aline).* *“Porque eu vejo assim ...o servidor público...não só na nossa área, como a área de segurança toda em si, ele tem lá na academia lá, x dias lá...Lá ele vai aprender defesa pessoal, tudo...como lidar...a lei... tudo. Aí ele passou por aquele período, ele é jogado no sistema” (Adão).*

O desejo de serem lembrados evidencia-se mais uma vez com a necessidade de reconhecimento. A questão é que tais fatores geram efeitos negativos sobre a subjetividade dos

trabalhadores, verificada que a dinâmica do reconhecimento nasce do olhar do outro. Neste caso, esse outro é representado pelo sistema de gestão, que não investe em políticas que valorizem a profissão e, por conseguinte, João diz: “*A Sejús, ela não intervém muito aqui né. [...] Aqui é cada um por si e Deus por todos. Cada um cuida do seu.*”

A sensação de abandono também se dá em razão da falta de cursos de aperfeiçoamento: “*O Estado em si não se preocupa não. [...] eu já estou há quatro anos já na ativa já, trabalhando já, já vai fazer quatro anos que estou trabalhando já. Acredito eu que a cada ano, dois anos, o Estado ofereceria pelo menos quinze dias de uma, seria uma reciclagem* (Adão). O SINASE (2006) pontua que a formação continuada dos atores sociais envolvidos no atendimento socioeducativo é fundamental para a evolução e aperfeiçoamento das ações socioeducativas. Entretanto, observa-se que esta é uma questão que deixa a desejar.

Os sinais de sofrimento são evidentes nas vivências subjetivas dos trabalhadores da UNE. Nelas destacam-se os sentimentos em relação às falhas tanto da organização, quanto das condições de trabalho, portanto, enraizado nas dinâmicas causais das situações de trabalho. O que se percebe nas falas é o mascaramento do sofrimento, que dependendo do evento desencadeante e da vulnerabilidade de cada indivíduo, pode ainda evidenciar-se sob a forma de patologia como será apresentado no item seguinte.

5.4 ADOECIMENTO MENTAL NO TRABALHO DO SOCIOEDUCADOR: “*Eu cheguei no fundo do poço*” (Aline).

Este item objetiva expor fragmentos narrativos de um dos sujeitos que fez parte do estudo. O sujeito foi diagnosticado com esgotamento nervoso devido à síndrome de estresse pós-traumático⁴⁴ desencadeado após a morte de um interno dentro da UNE. A escolha e a apreciação dos recortes apresentados tem como referência básica, a concepção psicodinâmica dos processos de subjetivação relacionados ao trabalho, à saúde e ao adoecimento. Os dados colhidos nas observações e nas entrevistas demonstraram que a trabalhadora apresentou os seguintes sintomas: cansaço constante, medo no trabalho e fora dele, pensamentos de morte, angústia, tristeza, presenteísmo, desgaste mental.

⁴⁴ O Transtorno do Estresse Pós-Traumático (TEPT) é uma alteração psicofisiológica que acontece depois uma experiência de alto choque emocional. As alterações neuroendócrinas, cognitivas e emocionais encontradas no transtorno procedem das reações do indivíduo às súbitas e ásperas agressões vivenciadas (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Sentimentos de medo e tristeza no trabalho: *“Eu acho que estamos pisando em cima de cacos de vidros”* (Adão). Foram observados no comportamento da servidora, que permanecia grande parte do seu tempo no trabalho trancada em sua sala. Além do medo dos internos, Aline apresentou medo de ser contagiada por alguma doença dos adolescentes, por isso falava constantemente sobre isso, e cuidava para não aproximar-se de locais que eles haviam tido contato. Em relação ao medo externo ao trabalho, a servidora relatou que mandou reforçar as fechaduras de sua casa.

Schлиндwein (2013, p. 431) *apud* Clot (2010), afirma que “O trabalhador que adoece sente-se “amputado” de grande parte de suas motivações e disponibilidades; silencia, condena-se à imobilidade, tensão contínua que não pode ser canalizada por movimentos, gestos, pensamentos”. Portanto, o prejuízo da disposição laboral coloca em risco o recurso interno da atividade humana, o trabalho.

Mesmo com a necessidade de afastamento em razão da saúde prejudicada, Aline resistia contra a ideia de ficar longe do trabalho: *“[...] parar de trabalhar seria o mesmo que se entregar e eu não quero isso”*. Mencionava ainda que sonhara com esse trabalho, pois estudou para passar no concurso e não imaginaria que essa atividade seria algo que lhe tiraria a alegria de viver.

Desgaste mental: foi evidenciado pela exaustão psicológica: *“Eu estava assim muito, muito, muito cansada. Muito exausta. Por mais que não tenha tanto procedimento pra exaustão, mas eu me sentia muito exausta”*. Por distúrbios do sono: *“Há momentos em que eu durmo demais... Há momentos em que eu num ... que eu durmo pouco né?!”* Dificuldade de raciocínio e insegurança: *“Então gera uma confusão na mente, um medo... você tem que fazer ..., mas será que eu faço: você sabe o que é se sentir entre a cruz e a espada?”*

Causa do adoecimento: Aline acredita que a principal razão de seu adoecimento foi a falta de segurança: *Você quer saber qual foi a gota d’água mesmo? Eu falei assim: - Foi a falta de segurança! Pra mim foi a gota d’água*. Outra causa seria o fato de não ser ouvida, principalmente porque os socioeducadores já previam a morte do adolescente. E assim como aconteceu com um interno, poderia ter acontecido com qualquer trabalhador da UNE: *“Até porque acontece qualquer coisa com um profissional desse ou fica, ou chegar a ficar doente pelo trabalho, pela forma às vezes de não ser ouvido... ou se sentir desrespeitado”* (Aline).

O adoecimento de Aline foi visto por alguns colegas de trabalho como um fracasso, expressando-se com palavras que indicavam que a servidora era fraca e propensa ao sofrimento. Outros se compadeciam de sua dor, mesmo sem saber exatamente o que ela estava vivenciando, faziam suposições, mas ficavam preocupados pela tristeza aparente de Aline.

Esta, por sua vez, se culpava, dizendo que gostaria de realizar um bom trabalho, mas que não estava conseguindo, assim sentia-se improdutivo, pensava em alternativas, como ser transferida para outra instituição, mas não tinha forças para encaminhar os procedimentos necessários.

Diante da conjuntura apresentada observou-se que a servidora passou a ter dificuldade não apenas na execução das tarefas correlatas ao trabalho, mas também as demais atividades do dia a dia, ou seja, o trabalho passou a repercutir na sua vida pessoal, aumentando dessa forma as tensões conflitos, energizando assim o quadro patológico por ela enfrentado.

Repercussão do trabalho na vida familiar e profissional: Os discursos dos servidores Adão e João apresentados em seguida admitem evidências de que as vivências de trabalho da UNE repercutem na vida familiar dos seus servidores:

“Porque tipo assim quem ou não quer, por mais que a gente tenta filtrar, neutralizar alguma coisa aqui de dentro, por exemplo: tipo assim: Não. Lá é lá e aqui é aqui, mas quer ou não quer eu percebo que eu antes de trabalhar aqui eu era outro cara”. “[...] Parece que não, por mais que eu tente evitar, mas eu acho que eu acabei, acabo herdando alguma coisa pra mim... de alguma conduta dessa assim. Que a gente quer ou não quer, alguma coisa eu acabo levando para a minha casa.” (Adão).

No caso de João, sua fala parte do pressuposto que, caso o socioeducador não domine suas emoções nos desafios impostos pelo trabalho terá repercussões, além disso: Segundo ele, o trabalho em que executa: *“Pode trazer problemas psicológicos, problemas de insônia... Eu acredito que se a pessoa não manter um equilíbrio emocional” (João).*

A experiência vivida pelos trabalhadores da UNE, demonstra que, o trabalho tem impedido o processo de sublimação, gerando sentimentos negativos, sendo fonte de angústia e ansiedade prejudicando assim a saúde mental:

“Ai chega a hora que eu vejo, eu me irrita, porque a irritabilidade da pessoa, às vezes conforme a hora está com sono, o estresse, aí acaba se irritando fácil. Aí é a hora que eu acabo xingando: - Bando de filho duma égua, bando de desgraça, cala sua boca aí suas pestes” (Adão).

Demais consequências do trabalho, na vida e subjetividade dos trabalhadores, referem-se à identidade. Observou-se que os desafios provindos do relacionamento com os internos da UNE repercute na forma como os trabalhadores tratam os adolescentes, a própria família e os amigos, interferindo na subjetividade do trabalhador. Como aclara o servidor (Adão):

“De repente você encara uma ofensa mínima que você acaba levando ao companheiro, ou até do filho que às vezes não é nem por maldade, quando você já tá que tipo assim.... com aquele perfil... Tipo assim ... Óh, eu tenho que mostrar para

a pessoa o lugar dela, que é assim, aí você acaba arriscando sua casa também aonde que acaba te danificando as suas raízes lá” (Adão).

Diante dos relatos apresentados, nota-se que o relacionamento na UNE, marcado pelo medo, pela desconfiança, falta de segurança etc., determina o perfil dos socioeducadores e, por conseguinte, afeta a qualidade dos vínculos sociais dos atores envolvidos no processo de ressocialização do adolescente.

O SINASE (2006) aponta as habilidades pessoais na inter-relação com o adolescente, como requisito indispensável para se estabelecer a relação de ajuda na busca da superação de impasses e das dificuldades do socioeducando, ou seja, a qualidade do trabalho socioeducativo vai depender do perfil profissional e da qualidade do relacionamento interpessoal que ocorre entre os envolvidos no trabalho (SINASE, 2006, p. 42).

Todas as ocorrências, os desafios, os sofrimentos e prazeres vivenciados pelos trabalhadores decorrem das lacunas entre a atividade prescrita e o real do trabalho possível de executar, modo como se desenvolve a psicodinâmica do trabalho. Essas consequências ressoam na vida do trabalhador, na percepção de si mesmo e do outro, bem como as relações com os colegas de trabalho e com a família são diretamente influenciados pelo trabalho. Dessa forma, tanto a saúde quanto a adoecimento não podem ser analisadas sem levar em consideração o sujeito e o contexto do qual ele faz parte, neste caso é imprescindível que sejam dadas atenções especiais ao trabalho, tendo em vista que ele é vivo, e permite tanto a transformação da subjetividade como a sua degradação.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os pressupostos teóricos da Psicodinâmica do Trabalho foram os principais responsáveis pela concretização e análise deste estudo. Tendo em vista que o alicerce de uma pesquisa acerca da saúde do trabalhador na perspectiva da Psicodinâmica é a não generalização de seus achados, torna-se imprescindível ressaltar que esta investigação considerou e caracterizou de modo singular as vivências descritas pelo sujeito. Generalizar seria desprezar as suas diferenças, reunindo as qualidades comuns numa só ideia, que as fixa e as define, seria ainda não levar em consideração que cada sujeito possui uma história única, e que esta produz acepções singulares sobre a sua subjetividade e vivência no trabalho bem como nos estados referentes à saúde, à patologia, ao sofrimento e\ou prazer.

Dessa forma, procurou-se facilitar a expressão da subjetividade por meio do recurso à palavra do socioeducador trabalhador, uma vez que a fala age como um meio de se fazer chegar à inteligibilidade aquilo que ainda não estaria no consciente, tornando possível o acesso ao sofrimento, ao prazer e às defesas (DEJOURS, 2012a).

A realização do estudo na UNE apresentou-se como sendo um momento oportuno para que os trabalhadores pudessem falar sobre suas reais vivências de trabalho, em uma conjuntura na qual não há interesse em saber o outro lado da história. Os discursos apontaram os alcances e falhas da organização do trabalho e as repercussões na subjetividade dos trabalhadores. Impactos estes, decorrentes de uma gestão centrada num modelo verticalizado, autoritário e assistencialista. Esses fatores impedem o avanço das políticas públicas e normas em vigor, fundamentadas na garantia de prioridade absoluta. Neste sentido, necessita-se ponderar que o trabalho realizado com os adolescentes em conflito com a Lei, pode ser um dos grandes aliados às mudanças e objetivos alvitados nas políticas públicas que visam esses jovens.

O trabalho realizado pelos socioeducadores da UNE, deve ter como principal destinatário o coletivo em questão, contemplando as peculiaridades e singularidades da clientela. Dessa forma, é necessário a atividade socioeducativa ter como desafio superar as práticas corriqueiras ao identificarem o adolescente no ato infracional cometido. Nesta perspectiva, as ações socioeducativas experienciadas na UNE, buscam efetivar as prescrições legais, mobilizando os trabalhadores em torno de uma lógica organizacional que se encontra em plena edificação.

Como resultado de uma construção histórica veemente, marcada por condutas repressivas encontra-se a UNE, a uma primeira vista, pode-se contemplar uma arquitetura

implantada num ambiente singelo, tranquilo, seguro, saudável, que *a priori* retrata as perspectivas do atendimento socioeducativo almejado.

Por meio do aprofundamento nos fenômenos dessa investigação, com o auxílio de técnicas confiáveis, sob a luz da abordagem teórica Psicodinâmica do Trabalho, que por sua vez, demonstrou ser de extrema importância neste estudo, pôde-se apontar e chegar às concepções apresentadas nesta sequência.

No que se refere às condições de trabalho na UNE, o ambiente apresenta-se precário, inadequado e insalubre para o desenvolvimento das atividades diárias, tem pouca ventilação e calor excessivo. O contato com os adolescentes expõem os socioeducadores a riscos tais como: contágio de doenças, agressões físicas, pressão psicológica (agressões verbais), medo etc. Diariamente os adolescentes descarregam todo o nervosismo, tensão e frustração sobre os trabalhadores da UNE em função dos problemas e limitações que encontram nas condições nas quais são submetidos no sistema socioeducativo.

Nesta conjuntura os trabalhadores se defendem como podem, buscam em si mesmos (próprio corpo no sentido físico e mental) meios para o desenvolvimento de suas atividades. Essa busca de autoproteção torna o trabalho mediatizado pela pressão, pelo estresse, pelo nervosismo e, portanto, um ambiente com condições favoráveis a deterioração da saúde mental dos trabalhadores.

A organização do trabalho na UNE é regulada por incoerências. Ainda que, o modelo organizacional se configure numa gestão participativa e visivelmente autônoma, o trabalho real apresentado nas vivências subjetivas do socioeducador desvela a contradição do que realmente deveria ocorrer, ou seja, a priorização nos investimentos destinados ao adolescente em conflito com a Lei do Estado de Rondônia. As propostas, cujas bases sustentam-se na proteção integral, mantêm a lógica do modelo prisional punitivo com resquícios das condutas assistencialistas repressivas de outrora, o que se configura numa gestão verticalizada.

A organização do trabalho na UNE exige o envolvimento psicoafetivo do socioeducador, pois o resultado da produção/trabalho necessita desse elemento. Dessa forma, realizar um trabalho de qualidade significa relacionar-se bem com o socioeducando, significa não sofrer com sua história, não sofrer com suas agressões, não acatar suas ofensas, ouvindo-o e aconselhando-o, pois fazer-se presente na ação socioeducativa dirigida ao adolescente é aspecto primordial para a construção do vínculo, ou seja, o socioeducador é a peça fundamental no processo de trabalho, ele é o instrumento que a prescrição não oferece, mas que a prática demanda.

No real da atividade, as dicotomias acima descritas cristalizam-se nos estados de

sofrimento, uma vez que, quando o trabalhador se depara com forças alheias a sua vontade, não consegue mobilizar-se para que a sublimação aconteça, o que se dá em razão da falta de sentido da tarefa. Assim sendo, as falhas existentes na organização do trabalho podem facilitar o sofrimento mental.

O desafio que o socioeducador enfrenta é então, colocar em prática aquilo o que é prescrito pelo SINASE, em outras palavras, seria realizar um trabalho que exige ensinar a disciplina a jovens, estes vivenciam uma fase complexa, por se tratar da adolescência se verifica subvertida aos princípios legais, e que, como os próprios servidores mencionam: todas as demais instituições por onde passaram não deram conta de suprir suas demandas. O socioeducador não pode errar, ele representa o Estado, e ao mesmo tempo os pais, necessita impor disciplina, mas disciplinar e ensinar regras implica correr riscos, ter problemas, consequências para si e para sua família quando o adolescente estiver em liberdade.

Ressalta-se que a UNE não possui em seu quadro de servidores o pedagogo e seria ele o profissional responsável pela matrícula e acompanhamento do processo de ensino no sistema modular de ensino oferecido pelo Centro de Educação de Jovens e Adultos - (CEEJA). Portanto, os seus internos recebem aulas voluntárias dos socioeducadores, principalmente do diretor, que é formado em pedagogia.

Outra questão eminentemente importante é em razão da constante rotatividade de adolescentes advindos de outras cidades, a educação formal da qual estamos falando fica fragmentada, ou seja, não há tempo para os adolescentes iniciarem e terminarem as disciplinas, tampouco concluírem as séries. Desta forma, a educação social passa a se destacar na UNE. Esse tipo de educação não visa o intelecto, mas o educar para viver em sociedade e exercer a própria cidadania. Essa educação caracteriza-se como um projeto de vida e um instrumento pedagógico para garantir a equidade no processo socioeducativo. A partir de um diagnóstico polidimensional, elabora-se o Plano Personalizado do Adolescente (PPA). A responsabilidade pela condução do plano é da equipe da UNE, mas sua execução depende de todos os envolvidos, principalmente do apoio dos socioeducadores. Tais fatores demonstram creditar uma responsabilidade ao socioeducador, por não ver de imediato os resultados do seu trabalho na vida e transformação dos internos, geralmente acabam reincidindo na prática do ato infracional, sentem-se desmotivados em relação aos objetivos da educação social, subvalorizando a tarefa prescrita e enaltecendo as práticas punitivas como forma de solucionar os problemas apresentados no contexto real de trabalho.

O trabalho prescrito, ou tarefa relaciona-se às finalidades e normas impostas aos trabalhadores da UNE, satisfazendo assim aos objetivos do trabalho definidos pelo SINASE

para atender o concreto do trabalho, e deve ser realizado pelo socioeducador, em um determinado período de tempo.

A atividade, todavia, é relativa ao trabalho real, por meio do qual o trabalhador transmite sua marca pessoal. O trabalho prescrito aos socioeducadores se distancia do efetivamente realizado, uma vez que, existem agregações de vários elementos e procedimentos para execução de algumas tarefas. Alude-se como exemplo as atividades que, apesar de serem prescritas, estarem normatizadas, se destacam nas ações e não dão espaço para as demais exigidas, no caso, seriam as atividades relacionadas a educação. Portanto, todo o tempo e energias são gastos nas tarefas de segurança, relacionadas a: conter, escoltar, revistar, registrar, vigiar, acompanhar, passar alimentação, água entre outras.

Ao praticar as atividades acima mencionadas os trabalhadores da UNE ficam diante daquilo que Dejours (2012a) aponta como paradoxo do real, que acontece quando todo o saber se choca contra a resistência do mundo. O que o socioeducador considerava como verdade aparece como falso. O real é a verdade que se destaca na negativa (não trabalhar como socioeducador conforme estaria previsto).

As ações socioeducativas revelam-se na lacuna entre o prescrito e o trabalho efetivo, é bem aí neste espaço que encontramos a realidade do trabalho socioeducativo, ou seja, grande parte do trabalho do socioeducador acaba sendo o que não foi previsto no processo de formação, na organização da tarefa nos planejamentos formais.

Neste sentido, as falhas deixadas pelas normas de outrora e aquelas em vigor, as disfunções organizacionais, as anomalias do sistema entre outras, são conhecidas pelo socioeducador, essencialmente a partir do modo como devem lidar com a falta de normatização nos procedimentos técnicos que impedem a autonomia, pela impossibilidade em ter um relacionamento psicoafetivo, pela impossibilidade de realizar o desejo de fazer algo a mais pelos internos, como podemos perceber, na preocupação que têm em ver os adolescentes ociosos e no prazer em vê-los trabalhando quando estão em liberdade. A experiência do real os impede de colocar em prática esse desejo.

Assim, esse servidor trabalha sob a forma de fracasso, da falta de sentido, passando a ver o trabalho como uma experiência desagradável, dolorosa, sente-se impotente, angustiado, nervoso, decepcionado e desanimado. O insucesso se constitui por meio da experiência prática e efetiva, ocasionando medos, inseguranças, dores, experiências desagradáveis, que são expressas através do sofrimento no trabalho.

O sentido do trabalho na UNE é definido pela forma com que a atividade está organizada em sua conjuntura. Diante do sofrimento já evidenciado na experiência do real,

podemos ver ainda as consequências desse problema nas relações e nos investimentos psicoafetivos entre os trabalhadores, marcados principalmente pela falta de cooperação e pela desconfiança.

Os efeitos da gestão verticalizada repercutem no sentido do trabalho e na subjetividade do socioeducador, pois se percebem sozinhos. No isolamento não encontram forças na busca do reconhecimento do trabalho real, constitui-se numa cooperação acuada, cooperação esta que se avulta principalmente nos momentos de crise, onde os laços sociais são deteriorados, pois não possuem força suficiente para permanecerem, por isso, a organização do trabalho não se modifica, a força para essa transformação não é suficiente. Sobressai-se, portanto, neste contexto o sofrimento e as patologias da solidão, representadas primordialmente pelo medo sob os vários aspectos: medo de falar, medo de lutar, medo dos adolescentes, medo de posicionarem-se.

A falta de profissionais também é percebida como resultado da falta de prioridade ao sistema socioeducativo. Os trabalhadores da UNE acreditam que a incoerência parte da falta de suporte em todas as acepções. Não há assistentes sociais, pedagogos, médicos, dentistas e nem remédios. Os alimentos não são de boa qualidade. Não há investimentos nas Unidades Socioeducativas, ao contrário do sistema prisional, que apesar de pertencer a mesma secretaria, oferece aos seus reeducandos saúde de qualidade com quadro de profissionais próprios. Enquanto que o sistema socioeducativo precisa buscar esse apoio na rede pública e, muitas vezes, não recebe dela um atendimento de qualidade. Os socioeducadores percebem e sentem a discriminação e rejeição aos adolescentes, tomando-as para si.

Os obstáculos do real se dão por meio da dificuldade de se colocar em prática o conhecimento obtido no curso de formação e da incoerência no discurso dos professores. Os esforços para realizar uma atividade eficaz, são obtidos em geral, a custo de energias que demandam total mobilização da inteligência de quem trabalha. Como em todo coletivo de trabalho, na UNE, há aqueles que são apáticos, injustos, mas em sua maioria, há aqueles que manejam esforços e investimentos pessoais para realizar o melhor, pondo nisso muita energia psíquica. Dejours (2006) em sua obra “A banalização da injustiça social” aponta que seria justo que essa contribuição fosse reconhecida. Contudo, quando ela não é, passando despercebido em meio à diferença geral ou é recusada pelos demais, gera um sofrimento ameaçador à saúde mental do trabalhador, devido à desestabilização da identidade.

Nessa busca pela descoberta, identificação e construção os socioeducadores da UNE se deparam com os conflitos, por sua vez, necessitam ser ordenados, para assim a profissão

adquirir sua própria identidade, e os discursos incubados venham à tona na forma de elaboração da verdadeira subjetividade profissional do socioeducador.

O confronto inevitável com os imprevistos no trabalho realizado na UNE traz a temeridade do fracasso. Consequentemente, a experiência do sofrimento agrega-se ao trabalhar. O sujeito movimenta seus recursos subjetivos para superar essa experiência afetiva e regular o sofrimento. De acordo com Moraes (2013) são muitos os desafios para o incremento de um ambiente adequado à criação de estratégias de enfrentamento, haja vista ser imprescindível uma atmosfera de confiança e cooperação. Elementos de difícil manutenção em um cenário de gestão caracterizado pelo individualismo e pela desconfiança como é o caso da UNE.

Apesar da UNE apresentar-se em condições pouco favoráveis ao desenvolvimento das estratégias de enfrentamento, como modo de resistir o real e conquistar o prazer no trabalho, os socioeducadores mobilizam-se subjetivamente em torno de propósitos que visam transformar o prescrito e promover a saúde no trabalho, o que gera em torno de negar ou calar o sofrimento, das trocas de plantões para realizar algo gerador de prazer ou que fuja do sofrimento, e de esquecer que o trabalho existe nas horas de folga, já que os dias de folga servem para contrabalancear as vinte quatro horas de vivência descrita por João como: *“inferno”*.

Quanto às fontes de sofrimento no trabalho realizado pelos trabalhadores da UNE foram encontradas algumas estratégias de defesa que provém do conflito entre a organização do trabalho e o funcionamento psíquico.

A desconfiança característica da gestão em desenvolvimento na UNE estimula o isolamento e o silêncio, os relacionamentos e os vínculos sociais aparecem cada vez mais deteriorados. As fofocas se destacam como forma de atribuir o problema e os fracassos pessoais ao outro. A forma com que o trabalho se apresenta em sua estrutura é baseada no medo, no rigor, na agressividade, na instabilidade, no receio, na necessidade de proteger-se. Esses fatores fragilizam as relações entre os servidores, gerando desconfiança e confiscando a cooperação.

O socioeducador se depara cada vez mais sozinho, e precisa continuar se protegendo dos efeitos maléficos do trabalho, assim, o medo aparece como outra estratégia de defesa. O principal, do ponto de vista subjetivo é a resistência, ou seja, a capacidade de acreditar que nada de mal vai acontecer mesmo trabalhando num ambiente totalmente favorável ao pior. As pressões exigem autocontrole, exigem a rigidez nas relações com os internos, e acabam afetando os relacionamentos interpessoais tanto na instituição quanto na família dos

trabalhadores como veremos na sequência.

É preciso ser forte, ser rígido, demonstrar-se corajoso, entretanto quando o conjunto dessas defesas se aglomera pode ocorrer dois tipos de estratégias defensivas caracterizadas como comportamentos dicotômicos e proibidos: agressividade e assistencialismo. Ser agressivo significa desferir contra os internos os mesmos comportamentos e falas recebidos. É aí que o socioeducador rompe de vez com a prescrição da atividade, que seria “demonstrar, através de seus atos e palavras, respeito pelo adolescente e não pode jamais responder com agressões verbais ou físicas, a provocações que porventura sofram de algum adolescente” (RONDÔNIA, s. d., p. 9). Esse trabalhador não se vê capaz de aguentar a pressão no trabalho, e a descarga da energia psíquica se dá por meio de atitudes proibidas, mas na prática sobressaem-se como uma saída para não surtarem, não adoecerem, enfim não romperem com a realidade.

A organização do trabalho na UNE é pautada por contradições, embora os objetivos e princípios do atendimento socioeducativo sejam efetuados priorizando a eficiência e a efetividade de acordo com as Leis em vigor, com respeito aos direitos humanos, a estrutura desse arranjo acaba pendendo para o controle da subjetividade dos trabalhadores e ao adestramento da força de trabalho, o que se configura na impossibilidade das transformações almejadas, pois ainda convivem vestígios do modelo assistencialista repressor, por meio das próprias atribuições das tarefas socioeducativas, quiçá por ainda estar em fase de construção, apenas os suportes legais enfocados até aqui não deram conta de resolver a problemática relacionada aos adolescentes em conflito com a Lei no país.

Dessa forma, as ações socioeducativas acontecem apenas na teoria e o socioeducador recebe os impactos das impossibilidades e fracassos das políticas públicas destinadas à população jovem do nosso país, que até o momento, demonstra não ter alcançado os propósitos utópicos formulados.

O sofrimento nas vivências no trabalho dos socioeducadores da UNE são passíveis de desencadear uma desorganização subjetiva, uma vez que, apesar de quase invisíveis são nocivas à vida mental dos trabalhadores. Dejours (1992) faz referência aos pilotos da aviação de caça, onde se explora uma loucura específica, que permite encontrar homens capazes de se lançarem num desafio mortal. Ao contrário dos pilotos de caça analisados por Dejours, o sofrimento dos socioeducadores parece não contribuir para a efetivação dos objetivos esperados pela proteção integral, ao contrário, percebe-se pela angústia encontrada um trabalho mortificado em todos os seus aspectos, pois a insegurança, a pressão psicológica, a sensação de abandono deixam os trabalhadores em um estado crítico de descrença, onde o

melhor a fazer é ir para o trabalho, cumprir as vinte quatro horas e ir embora. Dessa forma, é nas horas de folga que os trabalhadores da UNE encontram tempo e se recompor.

Na UNE, o adoecimento mental vem à tona, mas os trabalhadores adotam meios para se esquivarem tanto de revelá-los quanto de enfrentá-los. As trocas de plantões, o tempo que lutam para ficar longe da instituição é uma forma de esconder o sofrimento existente nas suas vivências de trabalho. Quando uma das servidoras afastou-se por transtorno do pânico, os demais adotaram uma postura de negação, utilizando por vezes o silêncio como estratégia de defesa, por outra as fofocas contra o medo do risco iminente do enlouquecimento. Afastar-se por motivos de saúde aponta o fracasso pessoal, causa vergonha diante dos pares, aponta ainda para o fracasso das estratégias de enfrentamento contra o sofrimento. O silêncio é despontado como medo de falar, de se contaminar, e as fofocas seriam a forma de compreensão a respeito do que estaria acontecendo, seria ainda as hipóteses para o adoecimento, atribuindo a culpa à fraqueza e fragilidade psicológica dos trabalhadores, a falta de aptidão para lidar com um trabalho que possui tantos riscos, neste caso é necessário ter coragem o bastante para encará-los, dessa forma aquele que adoece seria fraco e frágil. Tais fatores desencadeadores de adoecimento retiram a culpa da organização do trabalho e a coloca nos pares, ou seja, nos trabalhadores, que por sua vez se encontram sem possibilidades de olhar para a conjuntura como um todo, pois não há cooperação, os laços sociais estão fragilizados, não há força no coletivo, não há voz, enfim encontram-se alienados. Seria, portanto, a ideologia defensiva, a responsável pelo impedimento dos trabalhadores assumirem o quanto o trabalho adoece, é por essa razão que a culpa acaba sendo daquele que não resistiu às pressões.

O medo aparece como um dos principais responsáveis pelo rompimento das proteções que impedem o adoecimento. Ao lado do medo caminha a insegurança, é como se ambos os sentimentos caminhassem juntos. Não se sabe se é o medo que gera a insegurança ou se é a insegurança que gera o medo, mas o fato é que essas vivências tornam-se a questão central para análise daquele que adoece na UNE. Após o desencadeamento da patologia, mais precisamente pelo desgaste mental já avançado, a tristeza toma o seu lugar, talvez pela impossibilidade de agir diante dos fatos. A questão é que os socioeducadores parecem não compreenderem como um trabalho tão pacato, que é o sonho de muitos, pois já foi almejado por eles próprios, os deixam tão desestimulados e tristes. A inteligibilidade dos trabalhadores da UNE não consegue decifrar a incógnita, dessa forma, a saída que vêem é aproveitar o tempo fora da UNE para recompor-se, ou utilizá-lo para estudar e passar em outro

concurso. Talvez seja este o motivo pelo qual o quadro de funcionário se encontra constantemente defasado.

Apesar de encontrarmos um ambiente de trabalho composto por uma organização que favorece o sofrimento e o adoecimento, também foi possível detectar sentimentos prazerosos nos trabalhadores da UNE. Esse prazer permite meditar sobre trabalho não como um infortúnio constante e determinado, e que pode contribuir para o fortalecimento da identidade, destaca Lancman e Sznclwar (2008). Logo, foi possível identificar sentimentos de mobilização subjetiva que edifica o socioeducador como profissional, o que se dá por meio do reconhecimento, da colaboração entre os pares, das amizades, das folgas, de ver os frutos do trabalho, de ver os adolescentes ser reconduzidos para as Unidades de onde vieram, de ser bem tratado pelo egresso e ver que ele conseguiu se superar, e deixar a criminalidade. Esta última fonte de prazer relaciona-se diretamente ao resultado do trabalho almejado pelos socioeducadores, pois ver o adolescente trabalhando, se casando significa sentir que o trabalho desempenhado surtiu efeito na vida do socioeducando.

Observa-se que os socioeducadores realizam a reapropriação do desejo apresentada por Mendes (2007), assim, as vivências acima descritas os permitem resgatar o pensar, o agir, as opiniões, os sonhos. O desejo aqui aponta como o centro da motivação para o trabalho socioeducativo apontada por Dejours e Abdoucheli (2009). Tais fenômenos contribuem com o fortalecimento da construção coletiva das possíveis soluções de compromisso, fazendo com que os trabalhadores expressem-se frente às incoerências intrínsecas à organização do trabalho, o que favorece a suavização da carga psíquica permitindo a estabilização mental nos trabalhadores.

Propomos que, a elaboração sugerida, poderá ser auferida por meio de espaços para a fala do coletivo, para possibilitar aos trabalhadores refletir o trabalho, expressar seus sentimentos, suas angústias, sonhos e expectativas. Acredita-se que este momento possa dar um novo significado não apenas a atividade, mas a profissão como um todo.

Dejours (2012b) explica que os espaços para deliberação coletiva são ambientes públicos de discussão de regras e normas que regem as ações de trabalho, contemplam a atividade deôntica, que denota a atividade de raciocinar sobre o fazer, sobre o trabalho real, permitindo a evolução da organização do trabalho e das transformações de seu processo. Além disso, esse momento facilita o desenvolvimento da cooperação e da autonomia, propiciando a ressignificação do sofrimento no trabalho, pois permite ao trabalhador pensar sobre sua prática, sobre as lacunas entre o prescrito e o real da atividade; sobre seu lugar e importância frente às ações socioeducativas. Esse conhecimento poderá ressignificar o

sofrimento e abrir caminho para o prazer por meio do fortalecimento do coletivo, da cooperação e da solidariedade. O fortalecimento do coletivo ativa e suscita funções psíquicas próprias, é fonte de criação de novos comportamentos (SCHILINDWEIN, 2013).

A mesma autora concorda que o apoio psicológico possibilita ao sujeito elaborar a experiência penosa e as angústias que experimentou no real da atividade. Dessa forma, acredita-se ser imprescindível que as políticas públicas já existentes sejam colocadas em prática, e outras sejam elaboradas, sem desvencilhar o socioeducador de seu trabalho real. Tais políticas devem reconhecer a importância do socioeducador prevista no SINASE, reconhecimento este, que na prática poderá ser executado na melhoria das condições de trabalho, na formação continuada, no oferecimento de cursos de gerenciamento de crises, relacionamento interpessoal etc. Melhorando as condições de trabalho, a organização deste poderá ser contemplada, permitindo assim, maiores vivências de motivação, prazer e saúde.

Com o investimento no relacionamento dos trabalhadores, no fortalecimento da cooperação poderá ocorrer uma mobilização em favor dos objetivos da categoria, do fortalecimento da identidade profissional, do poder de agir, o que resultará na melhoria do funcionamento da instituição e consequentemente favorecerá a clientela por ela atendida.

Considerando que o real da atividade destacou-se como uma das questões emergentes na UNE, ressalta-se a importância de novas investigações com outros trabalhadores do Sistema Socioeducativo a fim de contribuir à orientação da equipe técnica das Unidades do Estado para que possam redirecionar suas intervenções ao fortalecimento do coletivo de trabalho e, assim, colaborar com a reafirmação da importância do papel do socioeducador nas Unidades de internação para adolescentes em conflitos com a Lei.

REFERÊNCIAS

ALBERGARIA, J. **Direito penitenciário e direito do menor**. Belo Horizonte: Mandamentos, 1999.

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais**. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

ANCED. **Pelo direito de viver com dignidade: Homicídios de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação**. São Paulo: ANCED, 2011.

ARANTES, E. M. M. Estatuto da Criança e do Adolescente: doutrina da proteção integral é o mesmo que direito penal juvenil? In: ZAMORA, M. H. (Org.), **Para além das grades: Elementos para a transformação do sistema socioeducativo**. Rio de Janeiro: PUC, 2005, p. 63-78.

ÁRIES, P. **História Social da Criança e da Família**. Tradução de Dora Flaksmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Travessa do Ouvidor, 1981.

ASCOM - SINGEPERON. **Singeperon denuncia agressões a socioeducadores, 2012**. Disponível em: < <http://www.tudorondonia.com/noticias/singeperon-denuncia-agressoes-a-socioeducadores-,29587.shtml>>. Acesso em 01 fev. 2014.

ASSIS, S. G. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos não-infratores**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999. 236 p. ISBN 85-85239-18-2. Disponível em: <<http://books.scielo.org.>>. Acesso em 28 out. 2013.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Z. **Identidade: Entrevista a Benedetto Vecchi**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 8069 de 13 de jul. de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990.

_____. **Parâmetros para formação do socioeducador:** uma proposta inicial para reflexão e debate / Coordenação técnica Antônio Carlos Gomes da Costa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006a.

BRASIL. **Panorama Nacional:** A execução das medidas socioeducativas de internação. Conselho Nacional de Justiça. Brasília, 2012.

_____. **Levantamento Nacional do Atendimento Sócio Educativo** realizado pela Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Presidência da República (SPDCA / SEDH / PR) – 2010.

_____. **As bases éticas da ação socioeducativa:** referenciais normativos e princípios norteadores / Coordenação técnica Antônio Carlos Gomes da Costa. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b.

_____. **Inspeção Nacional às Unidades de Internação de adolescentes em conflito com a lei.** Um retrato das unidades de internação de adolescentes em conflito com a lei. Direitos Humanos: Brasília, 2006c.

_____. Conselhos Regionais e Federal de Psicologia. Seminário Nacional: 8 a 9 de dezembro. **A Atuação dos Psicólogos junto aos Adolescentes privados de liberdade.** Brasília, DF, 2006.

CAMPOS, F. S. Adolescentes infratores acautelados: uma caricatura dos sistemas penitenciários. In: **Para além das grades:** elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: PUC, 2005. p. 113-124.

CAMPOS, F. L. **Métodos e técnicas de pesquisa em Psicologia.** 4. Ed. São Paulo: Alínea, 2008.

CODO, W.; SAMPAIO, J.; HITOMI, A. **Indivíduo, trabalho e sofrimento.** Petrópolis: Vozes, 2 ed., 1994.

CONANDA. **Construindo a Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e o Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes 2011 – 2020.** Brasília, DF, 2010.

CONEDCA/RO- Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rondônia. **Relatório de visitas as unidade de Medida das Socioeducativas do Estado de Rondônia.** Porto Velho, 2010.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**: estudo de Psicopatologia do trabalho. 5 ed., São Paulo: Cortez, 1992.

DEJOURS, C. Uma nova visão do sofrimento humano nas organizações. In: CHANLAT, J. (Coord.). **O indivíduo na organização**: dimensões esquecidas. São Paulo: Atlas, 1996. v. 1, p. 146-164.

DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. **Psicodinâmica do trabalho**: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento trabalho. São Paulo: Atlas, 2009.

DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Dejours, C. Prefácio. In A. M. Mendes, **Psicodinâmica do trabalho**: teoria, método e pesquisas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007, p. 19-22.

_____. **Trabalho vivo**: sexualidade e trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2012a.

_____. **Trabalho vivo**: trabalho e emancipação. Brasília: Paralelo 15, 2012b.

DEJOURS, C. A carga psíquica do trabalho. In: DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2009, p.21-32.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E. Itinerário teórico em psicopatologia do trabalho. In: DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2009, p.119-147.

DEJOURS, C.; JAYET, C. Psicopatologia do trabalho e organização real do trabalho em uma indústria de processo- metodologia aplicada a um caso. In: DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2009, p. 67-118.

DEJOURS, C.; ABDOUCHELI, E.; JAYET, C. Psicopatologia do trabalho e organização real do trabalho em uma indústria de processo- metodologia aplicada a um caso. In: DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. JAYET, C. **Psicodinâmica do Trabalho**: Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2009, p. 67-118.

DEJOURS, C. Subjetividade, trabalho e ação. **Revista Produção**, 14 (3), 2004, p. 27-34.

_____. Adendum: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. In: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (orgs) **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Brasília: Paralelo 15, 2008. p. 57-123.

DIGIÁCOMO, M. J. **Aspectos gerais quanto a implementação do Sinase**. Curitiba, set. 2012. Disponível em: <<http://www.crianca.caop.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1198>>. Acesso em 01 abr. 2013.

FACAS, E. P. Prazer-sofrimento no trabalho: a abordagem psicodinâmica do Trabalho. In: CASTEL, V. L. D. (org^a). **Saúde Mental e Trabalho na Amazônia**: Múltiplas leituras sobre prazer e sofrimento no trabalho. Porto Velho: Edufro, 2013, p. 39-53.

FERRÃO, I. S. *et al.* O olhar de socioeducadores de uma unidade de internação sobre a efetivação da doutrina da proteção integral. **Unisc, Barbarói**, v.36, p.42 -55, jun. 2012. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/viewFile/2919/2103>>. Acesso em: 16 Mar. 2013.

FRASSETO, F. A. **Execução da medida sócio-educativa de internação**: primeiras linhas de uma crítica garantista. 2005, p. 303-342. Disponível em: <http://www.tjsc.jus.br/infjuv/pdf>. Acesso em: 20 de dez 2012.

GONÇALVES, H. S. Medidas socioeducativas: avanços e retrocessos no trato do adolescente autor de ato infracional. In: Zamora, M. H. (Org.), **Para além das grades**: Elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: PUC, 2005, p. 35-62.

GOFFMANN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 7 ed., 1974.

GOMES, C. **Sejus toma providências para apurar morte de adolescente em unidade socioeducativa**, 2013. Disponível em: <<http://www.newsrrondonia.com.br/noticias/sejus+toma+providencias+para+apurar+morte+de+adolescente+em+unidade+socioeducativa/38754>>. Acesso em 01 nov. 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GRANDO, M. K. *et al.* **As cargas de trabalho em um Centro de Apoio Sócio-Educativo**. **Online Braz. J. nurs.** (Online). v.5, n. 1, 2006.

GRECO, P. B. T. **Distúrbios psíquicos menores em agentes socioeducadores dos centros de atendimento socioeducativo do rio grande do sul**. Santa Maria, RS, Brasil 2011. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ppgenf/DISSERTACAO%20PATRICIA%20GRECO.pdf>>. Acesso em: 12 nov. 2012.

GRECO, P.BT. *et al.* Estresse no trabalho em agentes dos centros de atendimento socioeducativo do Rio Grande do Sul. **Rev. Gaúcha Enferm.** 34 (1),94-103, 2013.

HELOANI, J. R. CAPITÃO, C. G. Saúde mental e psicologia do trabalho. **São Paulo em perspectiva**, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a11v17n2.pdf>>. Acesso em: 03 mar. 2013.

HERCULANO, A. H. GONÇALVES, M. C. Educador social: segurança e socioeducador, a conciliação. **Serviço Social Revista**, Londrina, v. 14, n.1, 2011. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/download/10674/10889>>. Acesso em: 18 fev. 2013.

JACQUES, M. G. C. Identidade. In: _____. *et. al.* **Psicologia social contemporânea**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998. p. 159-167.

JACQUES, M. G. C. O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil. **Psicologia & Sociedade**; 19, Edição Especial 1: 112-119, 2007.

LAKATOS, E. M. MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Editora Fiocruz. 3 ed. Brasília, 2008.

LIMA, M. E. A. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. (Orgs.) **Saúde Mental & Trabalho**: leituras. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semiestruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) **Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial**. Londrina: Edue, 2003.

MENICUCCI, G.; CARNEIRO C. B. L. Entre monstros e vítimas: a coerção e a socialização no sistema socioeducativo de Minas Gerais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 107, jul./set. 2011, p. 535-556.

MENOR é assassinado dentro da casa socioeducativa de Jaru, 2013. Disponível em: <<http://alertarondonia.com.br/noticia/menor-e-assassinado-dentro-da-casa-socioeducativa-de-jaru,jaru,2585.html>> Acesso em: 01 de nov. 2013.

MERLO, A. R. C. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. (Orgs.) **Saúde Mental & Trabalho: leituras**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

_____. Psicodinâmica do trabalho. In: JACQUES, M. G.; CODO, W. (Orgs.). **Saúde mental & trabalho: leituras**. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 130-142. Disponível em: <http://www.saudeetrabalho.com.br/download/psicodinamica-merlo.pdf>. Acesso em: 10 julho de 2011.

MENDES, A. M. B. Aspectos Psicodinâmicos da Relação Homem-Trabalho: as contribuições de C. Dejours. **Psicologia: Ciência e profissão**, 1995. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v15n1-3/09.pdf>>. Acesso em 25 out. 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MORAES, S.R.; LIMA, M. E. A. Educador ou agente de segurança? Paradoxos no trabalho de centros de internação para adolescentes. **Anais do XIV Encontro Nacional da ABRAPSO**, 2007. Disponível em: <http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/anexos/AnaisXIVENA/conteúdo/html/sessoes/2350_sessoes_resumo.htm>. Acesso em 03/06/10.

MORAES R. D.; MENDES A. M.; MORAES, R. D. Estratégias do Sofrimento e Conquista do Prazer no Trabalho. In: MERLO, A. C. **O Sujeito no Trabalho: entre a saúde e a patologia**. Curitiba: Juruá, 2013.

OLIVEIRA, E. S. **Escolarização de adolescentes em conflito com a lei: um estudo em Rondônia**. Porto Velho, Unir, 2011. Disponível em: <http://www.mapsi.unir.br/menus_arquivos/1022_elisangela_s_oliveira___escolarizacao_de_adolescentes_em_con.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2012.

PASSETTI, E. Conversação sobre abolicionismo penal e o teatro do direito. In: ÁVILA, G. N. (Org.) **Fraturas no sistema penal**. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 9-30.

RIZZINI, I. **O século perdido – Raízes Históricas das Políticas Públicas para a Infância no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Santa Úrsula, 1997.

_____. **A institucionalização de crianças no Brasil - percurso histórico e desafios do**

presente. São Paulo: PUC, 2004.

_____. O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In: ZAMORA, M. H. (Org.), **Para além das grades**: Elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: PUC, 2005. p. 9-12.

ROLIM DE MOURA - **Adolescente é morto dentro do centro de ressocialização do menor**, 2013. Disponível em: <<http://www.newsrondonia.com.br/noticias/rolim+de+moura+adolescente+e+morto+dentro+do+centro+de+ressocializacao+do+menor/32473>>. Acesso em 01 set. 2013.

RONDÔNIA. **Normas e Procedimentos de Rotina em Unidade de internação**. Porto Velho, RO, 2009.

_____. **Governo Estadual do estado de Rondônia**. Disponível em: <<http://www.rondonia.ro.gov.br/conteudo.asp?id=180>> Acesso em 13 jan. 2011

_____. **Regimento Interno das Unidades Socioeducativas do Estado de Rondônia**. Porto Velho, 2013a.

_____. Nota do Singeperon - Banco de Horas implantado pelo Estado. **Singeperon**, Rondônia, 02 dez. 2013b. Disponível em: <http://www.singeperon.com.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=1037:nota-do-singeperon-banco-de-horas-implantado-pelo-estado&catid=34:noticias&Itemid=57>. Acesso em 05 jan. 2013.

_____. **Programa de Execução das Medidas Socioeducativas de Internação e Semiliberdade em Rondônia**. Porto Velho, 2002.

_____. **Manual Socioeducar para o Programa de Atendimento ao adolescente Privado de Liberdade**. Porto Velho: Segraf/ MP-RO, s/ d/. Disponível em: <http://www.mp.ro.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=75830&folderId=459623&name=DLFE-44002.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2012.

SALIBA, M. G. **A educação como disfarce e vigilância**: análise das estratégias de aplicação de medidas sócio-educativas a jovens infratores. Marília, 2006a. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/files/saliba.pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2013.

_____. **Olho do Poder**: uma análise crítica da proposta educativa do Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: UNESP, 2006b.

SARAIVA, J. B C. **Adolescente e Ato Infracional:** Garantias Processuais e Medidas Sócio-educativas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

SATO, L. Subjetividade, saúde mental e LER. In: RC Ruiz (org.). **Um mundo sem LER é possível.** UITA (União Internacional dos Trabalhadores da Alimentação), Montevideo, 2003. p. 61-80.

SEDA, E. **O adolescente, o crime e o conselho tutelar.** Rio de Janeiro, 2000.

SELIGMANN-SILVA, E. Da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho: Marcos de um percurso. In: DEJOURS, C. ABDOUCHELI, E. JAYET, C. **Psicodinâmica do trabalho:** Contribuições da escola Dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho. São Paulo: Atlas, 2009. p. 13-19.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental:** o direito de ser dono de si mesmo. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Roberto da. **Os filhos do governo:** a formação da identidade criminosa em crianças órfãs e abandonadas. São Paulo: Editora Ática, 1997.

SILVA, E. R. A; GUERESI, S. **Adolescentes em conflito com A lei:** situação do atendimento Institucional no brasil. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. Brasília, 2003.

SINASE. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Lei nº 12.594.** Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. CONANDA. Brasília, 2006.

SCHLINDWEIN, V. L. D. C. (2013). Histórias de vida marcadas por humilhação, assédio moral e adoecimento no trabalho. **Psicologia & Sociedade**, 25(2), 2013, p. 430-439. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v25n2/20.pdf>>. Acesso em 01 jan. 2014

SOARES, J. J. B. S. **O Sistema Socioeducativo no âmbito do estado do Rio de Janeiro:** panorama atual e perspectivas. In: BRITO, L. M. T. (Coord.) Responsabilidades: ações socioeducativas e políticas públicas para a infância e juventude no Rio de Janeiro. RJ: Eduerj, 2000.

SOUZA, T. Y. **Processos de desenvolvimento de educadores sociais do sistema de medidas socioeducativas:** Indicadores de formação. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10482/12340>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

SOUZA, G.A. D.; ÁVILA, G. N. Processo Penal, falsas memórias e entrevista cognitiva: Da redução de danos à redução de dor. In: ÁVILA, G. N. (Org.) **Fraturas no sistema penal**. Porto Alegre: Sulina, 2013, p. 285-315.

VOLPI, M. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Sem Liberdade, Sem Direitos**: A privação de liberdade na percepção do adolescente. São Paulo: Editora Cortez. 2001.

ZAMORA, H. H. Medidas socioeducativas: avanços e retrocessos no trato do adolescente autor de ato infracional. In: ZAMORA, M. H. (Org.). **Para além das grades**: Elementos para a transformação do sistema socioeducativo. Rio de Janeiro: PUC, 2005, p. 35-62.

ZANIANI, E. J. M. Criminalidade Infantil: A ‘endemia traiçoeira’ do Brasil Republicano. In: BOARINE, M.L. (org^a). **Higiene Mental**: Ideias que atravessaram o século XX. Maringá: Eduem, 2012, p. 48-49.

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Para a Entrevista

Universidade Federal de Rondônia – UNIR/ Programa de Pós Graduação em Psicologia

Pesquisadora Responsável: Elizangela Codinhoto Araújo

Orientadora: Prof. Dra. Vanderleia Dal Castel Schlindwein

Nome do voluntário: _____

Idade: _____ RG: _____

Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa intitulada **“Cortinas de ferro”: o trabalho real de socioeducadores de uma unidade socioeducativa de internação do estado de Rondônia**, por meio de entrevistas que poderão ser realizadas no seu próprio local de trabalho ou outro lugar a combinar. Durante os encontros e entrevista será utilizado um gravador para que eu não me esqueça do que você disser. Caso você não autorize a gravação, irei escrever as suas respostas em uma folha de papel. A entrevista será mantida em sigilo, ou seja, ninguém vai ficar sabendo que é você. Apenas eu e minha orientadora vamos saber. Após a gravação do depoimento, será transcrito e impresso em duas vias, sendo uma entregue a você (sujeito da pesquisa), e a outra via será mantida em arquivo por mim (pesquisadora). As gravações em áudio serão apagadas. A sua colaboração será muito importante para a realização da pesquisa, mas a decisão de participar é sua. Caso você deseje desistir em qualquer fase da pesquisa, a sua vontade será respeitada, sem prejuízo a sua atividade profissional. Os resultados desta pesquisa serão utilizados para fins científicos, ou seja, apresentações e publicações. Todos os dados serão publicados com a modificação dos nomes para que ninguém possa saber de quem se trata. Você não terá nenhum benefício direto nesta participação. Informo-lhe também que você não vai receber nenhum pagamento pela sua participação no estudo e não terá nenhuma despesa. No entanto, os resultados desta pesquisa servirão para aumentar os conhecimentos sobre a relação saúde e trabalho e poderão contribuir para os profissionais do sistema socioeducativo que vivenciam diariamente a dinâmica, prazer e sofrimento no trabalho. Não há risco em participar desse estudo, mas pode ser que em alguns momentos você possa sentir algum desconforto emocional. Caso isso ocorra, entre em contato com a pesquisadora. Contamos com a sua participação, agradecemos e pedimos que leia e assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso você tenha alguma dúvida sobre a pesquisa poderá entrar em contato com a pesquisadora nos telefone indicado abaixo.

Atenciosamente,

Responsabilizamo-nos a responder quaisquer dúvidas antes que você se decida a participar.

Eu, _____,
declaro ter tido todas as informações necessárias e concordo em participar, como voluntário, do projeto de pesquisa acima descrito.

Porto Velho, _____ de _____ de _____.

Nome e Assinatura do voluntário
Pesquisadora responsável – tel. (69) 84516694

Elizangela Codinhoto Araújo

APÊNDICE B - Carta De Autorização À Direção Da Unidade Socioeducativa

CARTA DE AUTORIZAÇÃO À DIREÇÃO DA UNIDADE SOCIOEDUCATIVA

Ao Senhor Diretor: **Marcio Alves Scopel**

Prezado Diretor,




Vimos, por meio desta carta, prestar-lhes algumas informações e solicitar a Vossa Senhoria a colaboração necessária para a realização da pesquisa de mestrado intitulada **“Cortinas de ferro”: o trabalho real de socioeducadores de uma Unidade Socioeducativa de internação do estado de Rondônia**. Esta pesquisa é parte dos requisitos do Programa de Mestrado Acadêmico em Psicologia da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e tem como objetivo compreender as vivências subjetivas de prazer/sofrimento no trabalho dos socioeducadores nas unidades socioeducativas do Estado de Rondônia; Identificar as contradições entre o trabalho prescrito no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE e o trabalho que se faz na unidade socioeducativa, e investigar a relação entre o trabalho e os efeitos marcadores dos sistemas coletivos de defesa em relação ao sofrimento dos socioeducadores que atuam com adolescentes em conflito com a lei. A abordagem teórica utilizada é a Psicodinâmica do Trabalho, disciplina que tem por objeto estudar as relações dinâmicas entre organização do trabalho e processos de subjetivação, que se manifestam nas vivências de prazer-sofrimento, nas estratégias de ação que são usadas para mediar as contradições da organização do trabalho, nas patologias sociais, na saúde e no adoecimento. A coleta de dados será feita por meio de encontros de entrevista individual com os socioeducadores. A participação dos socioeducadores será voluntária, mediante assinatura no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. No processo de coleta de dados procurar-se-á não intervir na cultura e nas rotinas da organização, planejando a aplicação dos instrumentos de acordo com a conveniência da instituição. Além disso, o nome da Unidade e os dados pessoais coletados não serão divulgados, serão totalmente confidenciais e anônimos. As informações serão analisadas e disponibilizadas para a instituição. Para quaisquer esclarecimentos, colocamo-nos à sua inteira disposição, no e-mail: elizangelacodinhoto@hotmail.com e no telefone 8451-6694.

Atenciosamente, Prof. Dra. Vanderleia Dal Castel Schlindwein – Orientadora de Mestrado e Elizangela Codinhoto – Mestranda.

AUTORIZAÇÃO Eu, Marcio Alves Scopel, Diretor Geral da Unidade Socioeducativa _____, autorizo a realização da pesquisa conforme os termos mencionados acima.

Cidade, Pato Branco de Abril, 2013.

APENDICE C – Termo De Concessão



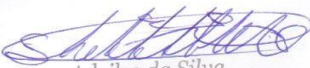
TERMO DE CONCESSÃO

Eu, **Adeiso da Silva**, gerente geral do Sistema Socioeducativo do Estado de Rondônia, após ter recebido todos os esclarecimentos sobre a pesquisa intitulada **“As experiências subjetivas de prazer/sofrimento no trabalho do socioeducador nas unidades socioeducativas para adolescentes”**, sob orientação da professora Dr^a Vanderléia Dal Castel Schlindwein da Universidade Federal de Rondônia- UNIR, ciente dos meus direitos, de que, em caso do não cumprimento das determinações éticas da Resolução 196/96 CNS/MS, terei a liberdade de retirar a minha concessão, a qualquer momento, sem nenhuma penalização.

Autorizo a estudante Elizangela Codinhoto (mestranda) a desenvolver sua pesquisa nas dependências das Unidades Socioeducativas: Unidade II, Rio de Janeiro e Unidade Provisória do Estado de Rondônia.

Local, Rorito Velho data 03/04/2013.

Assinatura do responsável.



Adeiso da Silva
Gerente Geral (GAA/CAA/Sejus)
Mat. 300019054

APÊNDICE D- Roteiro Da Entrevista Semi-Estruturada Com Os Socioeducadores

1. Como é seu trabalho de socioeducador.
2. Como se sente desenvolvendo essa atividade.
3. Fale das dificuldades enfrentadas nos seus plantões.
4. Sente-se seguro para desenvolver suas atividades de socioeducador.
5. A instituição se preocupa em “preservar a integridade física” dos socioeducadores.
6. Como é a relação entre os colegas e direção.
7. Você tem autonomia para tomar decisões em momentos de tensão na instituição.
8. Tem contradição entre o que aprendeu na academia e que você faz.

9. Como é a relação no dia-a-dia entre os adolescentes e você.
10. Como se sente quando os adolescentes proferem ofensas a você.
11. Como age com os adolescentes que desafiam você.

12. Você já ficou nervoso em seu trabalho. Descreva se possível, a situação.
13. Como você se sente ao final de um plantão de trabalho. (Sente fadiga, cansaço, insônia, irritabilidade).
14. Este trabalho traz riscos a sua saúde.
15. Já adoeceu aqui dentro, teve relação com o trabalho.
16. O que você faz depois que sai do seu trabalho.
17. Você desenvolve outras atividades além desta, qual e porque escolheu fazer isto.
18. Fale-me sobre o que lhe agrada no seu trabalho, o que te deixa feliz e se relaciona a sua atividade.

APÊNDICE E- Parecer Consubstanciado Do Comitê De Ética Em Pesquisa - CEP

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: AS EXPERIÊNCIAS SUBJETIVAS DE PRAZER/SOFRIMENTO NO TRABALHO DO SOCIEDUCADOR NAS UNIDADES SOCIOEDUCATIVAS PARA ADOLESCENTES

Pesquisador: ELIZANGELA CODINHOTO ARAÚJO

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 15838613.7.0000.5300

Instituição Proponente: Universidade Federal de Rondônia - UNIR

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 430.940

Data da Relatoria: 17/06/2013

Apresentação do Projeto:

O projeto dará origem a uma dissertação de mestrado. Relaciona saúde e trabalho e enfoca as experiências subjetivas de prazer sofrimento na categoria de sócio educadores, em duas unidades socioeducativas em Rondônia.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto apresenta três objetivos. Compreender as vivências subjetivas de prazer sofrimento por sócio educadores em duas unidades socioeducativas em Rondônia; identificar as contradições entre o trabalho prescrito, no Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/SINASE e o que é realizado nas unidades socioeducativas.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Há uma previsão de desconforto emocional para os participantes, bem como o compromisso da pesquisadora em prestar assistência nos casos em que isso ocorra. O benefício previsto é contribuir para a reflexão sobre a necessidade de reorganização do sistema de trabalho, de modo a garantir a saúde mental do trabalhador das Unidades Socioeducativas.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

A abordagem teórica e metodológica da pesquisa se orienta pela psicodinâmica do trabalho. Tem caráter qualitativo e utilizará observações e entrevistas gravadas, com quinze sujeitos,

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.

Bairro: Centro

CEP: 78.000-000

UF: RO

Município: PORTO VELHO

Telefone: (691)182-2111

E-mail: reitoria@unir.br; cep.unir@yahoo.com.br

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR**

Continuação do Parecer: 430.940

trabalhadores de unidades socioeducativas. As entrevistas serão interpretadas através de "análise de conteúdo". Não haverá armazenamento das gravações.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O protocolo apresenta os termos obrigatório, consubstanciados nos seguintes documentos:

1. Folha de rosto assinada;
2. TCLE para as entrevistas;
3. Carta de autorização da unidade executora da pesquisa;
4. Carta de autorização da unidade que servirá de base empírica da pesquisa
5. Cartas de aceite da orientadora e da orientanda;
6. Currículos;
7. Projeto de pesquisa.
8. Instrumento de coleta
9. Cronograma e orçamento

Recomendações:

Não há recomendação

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

Protocolo de pesquisa aprovado em reunião do colegiado realizada em 18/10/2013.

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2965 campus José R.**Bairro:** Centro**CEP:** 78.000-000**UF:** RO**Município:** PORTO VELHO**Telefone:** (691)182-2111**E-mail:** reitoria@unir.br; cep.unir@yahoo.com.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE
RONDÔNIA - UNIR



Continuação do Parecer: 430.940

PORTO VELHO, 21 de Outubro de 2013

Assinador por:
Edson dos Santos Farias
(Coordenador)